



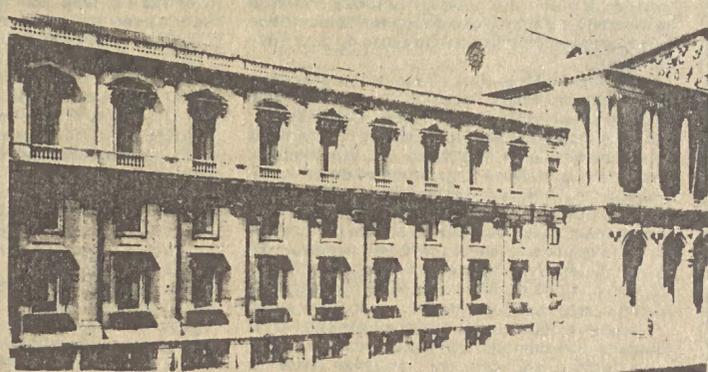
Temas e tácticas da campanha anticomunista

EM FOCO — Pag. 12

PROVOCAÇÕES NO ALENTEJO

Uma tentativa falhada de assalto ao Centro de Trabalho do PCP em Estremoz e o espancamento por agrários fascistas de militantes do PCP denunciam as «liberdades» que a política do MAP quer fazer regressar ao Alentejo onde prossegue a brutal ofensiva contra a Reforma Agrária.

Pag. 8



Respostas do governo na AR

Um escândalo!

Das cerca de 120 perguntas formuladas ao Governo por deputados, o Governo respondeu... a nove!!! Das 16 apresentadas pelo PCP, Monjardino e Proença de Carvalho responderam a duas — e a olharem para o relógio! Entretanto, o vice-primeiro-ministro passou a ganhar 42 500\$000 por mês!

Pag. 4

COMÍCIO DE UNIDADE E DETERMINAÇÃO

O camarada Álvaro Cunhal expôs no Pavilhão dos Desportos a posição do PCP face à ofensiva da direita e aos problemas prementes que se colocam ao Povo português

págs. cent.



A MESMA LUTA

● 4 de Fevereiro de 1961

Sob a direcção do MPLA, o povo angolano inicia a sua luta pela independência com o assalto à prisão de S. Paulo em Luanda

● 3 de Fevereiro de 1969

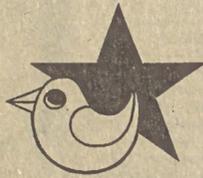
Eduardo Mondlane, fundador da Frelimo, combatente heróico pela liberdade do povo de Moçambique, cai vítima de um atentado organizado pelo colonialismo e pelo imperialismo

Hoje como ontem, os trabalhadores portugueses saúdam a luta, os mártires e as vitórias dos povos de Angola e Moçambique

Pag. 2/10



A campanha dos 1500 contos da UJC ultrapassou os 2000 e vai encerrar com uma grande festa no domingo, às 16 horas, no pavilhão do Clube Atlético de Campo de Ourique (CACO). Há baile com o conjunto Metafase e participam Ary dos Santos, Fernando Tordo, Luísa Basto e Carlos Paulo!



Por iniciativa dos Pioneiros de Portugal, região Norte, realiza-se no próximo domingo, no Palácio de Cristal de uma importante iniciativa integrada no Ano Internacional da Criança. A partir das 10 horas, haverá pintura, modelagem, provas desportivas e uma largada de pombos. À tarde, às 14 e 30, as crianças vão desfilarem da Praça da Liberdade até ao Palácio onde se iniciará, às 15 horas a 2.ª parte da festa com Barata Moura, Coro de Pioneiros, grupo de teatro, palhaços e ilusionistas.

GRANDE ESPECTÁCULO AMADORA
PAV. ACADÉMICA REBOLEIRA
SÁB. 10 FEV. 21 H.

Carlos do Carmo Ary dos Santos, Fernando Tordo, J. Jorge Letria, Carlos Paulo, Luísa Basto, Fernando Correia



Organização da Amadora
PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Editorial

Unidade e luta — penhor da democracia

Nestes últimos dias ocorreram acontecimentos e foram produzidas afirmações que denotam o extremo agravamento da situação nacional e a crescente degradação da crise política, económica e social em que o país se debate.

O Povo português defronta novos perigos e ameaças e tem diante de si uma luta complexa e dura, embora disponha de forças bastantes para cortar o passo à reacção e vencer a grande batalha pela defesa e consolidação da democracia e da Revolução de Abril.

Contudo, nenhuma dúvida deve restar quanto à natureza do combate que se trava: o que está em curso é uma vasta manobra visando a inversão e a destruição do regime democrático e o restabelecimento a médio prazo de uma nova ditadura.

O governo Mota Pinto/PSD, braço executivo da direita no Poder, conduz uma política que a cada passo viola abertamente a Constituição; as suas respostas às interpelações dos partidos na Assembleia da República são elucubradas. Fora dele, partidos e organizações de extrema-direita movimentam-se, entram em conlujos deliberados contra as instituições democráticas, proclamam objectivos que se situam claramente fora do quadro constitucional apontando ao 24 de Abril, desenvolvem a sua chantagem política.

Nos campos do Alentejo o MAP reacende um novo surto de ilegalidades e violências, de extorsões e esbulhos de terras e bens das UCPs, lança-se no caminho da rápida reconstrução dos latifúndios, procura implantar entre as populações da zona de intervenção da Reforma Agrária um clima de insegurança, intimidação e terror.

Atiçados pela equipa do MAP, alguns elementos da GNR estão-se comportando como nos velhos tempos, reavivam exemplos de violência e brutalidade que o 25 de Abril tinha começado a apagar, reabrem de novo um indesejável contencioso e um abismo de mau futuro entre as forças militarizadas e o povo.

No plano social o governo Mota Pinto/PSD comporta-se como um autêntico destacamento do grande patronato, como um dócil instrumento do imperialismo e dos monopólios, atirando para cima dos trabalhadores o fardo principal da crise e agravando sensivelmente a nossa dependência relativamente ao capital estrangeiro.

O governo de Mota Pinto/PSD carrega no acelerador de uma política intolerável para o Povo português. O governo não só não resolve como ainda agrava os problemas nacionais mais candentes.

Durante o ano de 1978, sob a égide dos governos do PS sozinho, do PS/CDS, do engenheiro Nobre da Costa e do actual governo de Mota Pinto/PSD a situação dos trabalhadores e das classes e camadas intermédias da população portuguesa sofreu um agravamento considerável.

Com aumentos confessados e certamente abaixo das realidades da ordem dos 27,6% para a alimentação e bebidas, dos 24% para a habitação, dos 44,1% para a água, combustível e electricidade; com uma desvalorização do escudo de 27,5% e uma taxa de inflação de 22,6% a população trabalhadora suportou o peso maior da crise económica e financeira.

O governo de Mota Pinto/PSD anunciou, porém, novos aumentos de preços, prepara, de acordo com o FMI, novo «pacote» de medidas atentatórias das condições de vida, dos direitos e regalias dos trabalhadores. Na sequência de outros aumentos o governo já anunciou que as rendas de casa vão subir, os transportes vão encarecer, os combustíveis aumentarão ainda mais de preço. O escândalo do novo imposto anunciado por Jacinto Nunes pretende aliviar os reduzidos proventos dos trabalhadores em 50 a 60% do seu subsídio de férias.

O governo é impotente para reduzir a taxa de inflação mas anuncia já a revisão das disposições acordadas com os representantes sindicais no início de 1978 para actualização dos salários em 20% baixando-a para os 18%.

Os caixeiros-viajantes do FMI, de novo em Portugal, vêm certamente impor novas restrições, novas reduções do ritmo do nosso desenvolvimento económico, novos contingentes de desempregados cujo número aumentou de 18% em 1978 e vêm impô-lo a um governo disposto a curvar-se a todas as suas exigências e humilhações.

O governo Mota Pinto/PSD, pela sua política irracional contra os trabalhadores e os pequenos e médios empresários do comércio, da indústria e da agricultura, põe contra si amplas camadas do Povo português. O governo isola-se cada vez mais e, entretanto, o ministro Vaz Portugal tem o arrojo de dizer que cumpre leis democraticamente aprovadas pelo Povo português (!!!).

Para onde vai o governo? Que pretende com a sua política?

É no contexto de uma vasta manobra antide-mocrática e antipopular que se insere a política do governo Mota Pinto/PSD e dos partidos que, de uma forma ou outra, tornaram possível a sua passagem na Assembleia da República.

Nos últimos dias os partidos da direita e o próprio PS fingem marcar distâncias relativamente ao governo e às suas medidas antipopulares, fingem mesmo uma «oposição» que o seu apolo de facto à equipa Mota Pinto desmente de maneira incontestável.

Uma interrogação se deve fazer: porquê os partidos da direita atacam o seu governo? Porquê o PSD, seu principal estelão e inspirador, e o CDS, aparecem agora, de maneira mais ou menos aberta, a atacar o «seu» governo Mota Pinto?

Sim, porque será que os partidos da direita e mesmo o PS, fingem atacar agora o governo

que põe em prática a sua política, a política desses partidos?

O ataque e a sabotagem financeira contra as empresas nacionalizadas, a venda ilícita de participações do Estado; a brutal ofensiva para a destruição da Reforma Agrária; o cerceamento anticonstitucional dos direitos e garantias dos trabalhadores; os saneamentos políticos de numerosos profissionais democratas da comunicação social e a cega ofensiva contra toda a expressão democrática na imprensa, na rádio e na televisão controladas pelo Estado; a submissão ao capital estrangeiro e as «aberturas» inconstitucionais aos monopólios, consubstanciadas pelos acordos com o FMI e a ruína política de integração na CEE; o crescente enfeudamento de Portugal aos planos agressivos da NATO, são iniciativas que se identificam totalmente com a estratégia política dos partidos da direita.

Então porque atacam eles o «seu» governo? E porque reanimam ao mesmo tempo sob as formas mais diversas e subtis os seus ataques e críticas ao órgão de soberania Presidente da República?

Sá Carneiro faz que ataca mas não ataca o governo. Quer apenas que o governo «vá definindo o bloco social, político e partidário em que se apoia» como se o PSD não fosse de facto o inspirador e a principal força componente do governo de Mota Pinto.

Quanto ao Presidente da República, Sá Carneiro é muito preciso: a recandidatura do general Eanes «não seria clarificadora e correria, pelo contrário, o risco de aumentar a indefinição, abalando a confiança dos portugueses no regime democrático».

É também certamente pela sua reconhecida vocação «democrática» que Sá Carneiro afirma que «na próxima eleição presidencial não deverá nem poder haver um candidato das Forças Armadas seja ele civil ou militar».

Por seu lado Amaro da Costa e o ultra Lucas Pires, do CDS, dizem o mesmo por outras palavras. Para o primeiro, o governo de Mota Pinto é de uma «inabilidade total» mas valendo que a queda do actual Executivo a curto prazo seria «um desastre nacional». Amaro da Costa acusa o Presidente da República de «emparedar o governo» por não definir se o apoia ou não. Lucas Pires é mais explícito: reclama do general Ramalho Eanes «mais alguma coisa de modo a assumir a força dos que o elegeram».

Não deixa igualmente de ser revelador o facto de todos estes partidos falarem muito num candidato civil à Presidência da República quando numerosos factos indicam que negociam já a apresentação de uma outra candidatura militar.

Uma tónica que permanece geral na extrema-direita: a Constituição deve ser revista. Inconstitucionalmente e desde já. Sá Carneiro diz mesmo, como se o mundo girasse à sua volta, que «qualquer candidatura à Presidência da República tem de assentar... num projecto concreto de revisão da Constituição».

É indubitável que a direita e a extrema-direita se empenham neste momento a fundir numa nova manobra de desestabilização política e militar que abra rapidamente o caminho a uma mudança de regime no sentido reacção, como primeiro passo para a liquidação de facto do regime democrático.

A desestabilização do órgão de soberania Presidente da República reaparece como um dos objectivos centrais das manobras da direita.

Por outro lado os objectivos eleitoralistas das forças reacçãoárias determinam a sua posição quanto ao governo de Mota Pinto/PSD. Quer os partidos da direita, quer o PS, fingem lavar as mãos quanto à responsabilidade do seu apolo à política do governo mas exultam com o carácter profundamente reacçãoário dos actos governativos da equipa Mota Pinto.

Há mesmo «advogados do diabo», ditos «amigos do povo», que desejam que o governo Mota Pinto se afunde cada vez mais na sua política impopular para que depois eles possam afirmar-se como milagrosos salvadores da pátria doente. Desejam-no, por mesquinhos interesses eleitoralistas dos seus partidos mesmo à custa da crescente exploração do povo trabalhador, golpeado pela política do governo.

O Povo português tirará de toda esta cínica manobra as necessárias conclusões e saberá expressá-lo no terreno da luta e nas suas próprias opções políticas.

O movimento democrático e popular de massas no qual o movimento operário exerce um papel aglutinador e fundamental, é, juntamente com a participação activa dos trabalhadores na solução dos grandes problemas nacionais e a iniciativa política das forças patrióticas mais representativas, como o PCP, a mais forte garantia de defesa das instituições e do regime democrático expresso na Constituição.

As grandes lutas da classe operária, a potente jornada nacional de solidariedade com a Reforma Agrária na qual se deve incluir a gigantesca recolha de assinaturas de mais de 260 000 portugueses, a corajosa acção dos parlamentares comunistas, por vezes acompanhados por deputados socialistas na elaboração de leis progressistas, as múltiplas acções incluídas no largo espectro das liberdades democráticas consagradas na Constituição, representam a expressão concreta da vontade do Povo português de preservar as suas conquistas democráticas e as possibilidades reais de as defender das investidas da reacção.

Multiplicar e ampliar essas lutas e acções, intensificar a unidade de todas as forças democráticas e patrióticas em torno das conquistas de Abril é uma tarefa essencial e determinante para a defesa da democracia e da liberdade do Povo português.

Saudação do PCP ao MPLA

«Por ocasião deste 18.º aniversário do glorioso 4 de Fevereiro de 1961, o Comité Central do Partido Comunista Português transmite ao Comité Central do MPLA — Partido do Trabalho, ao seu Presidente Camarada Agostinho Neto, e por seu intermédio à classe operária e a todo o povo trabalhador da República Popular de Angola, as mais calorosas e solidárias saudações fraternais dos comunistas portugueses.

As ingerências, agressões e todas as outras barreiras incessantemente levantadas pelo imperialismo e seus agentes contra a libertação nacional do vosso povo desde o desencadear da heroica luta armada a 4 de Fevereiro de 1961 têm sido derrotadas umas após outras pelo povo

angolano sob a direcção do MPLA — Partido do Trabalho, a sua vanguarda temperada na luta e guiada pela ideologia científica do proletariado. De tal forma que a derrota do colonialismo e do neocolonialismo e a edificação da República Popular de Angola são o anúncio claro da vitória final, difícil mas certa, por que tanto aspira o vosso povo, na via da consolidação da liberdade, da independência e da paz, e da construção do progresso e do Socialismo na vossa Pátria.

No momento em que as forças reacçãoárias portuguesas acabam de montar, em conjunto com um laço do imperialismo e inimigo do povo angolano, mais uma nefanda provocação contra o povo irmão da RPA

e uma sabotagem ao desenvolvimento das relações entre os nossos dois países, os comunistas portugueses exprimam-vos, queridos camaradas, da sua inteira solidariedade de combate para com a vossa luta e o seu mais vivo repúdio e indignação contra esta nova e grave manobra. Certo de exprimir os anseios profundos da classe operária, dos trabalhadores e da maioria esmagadora do nosso povo, o PCP tudo fará para que, conforme os preceitos da Constituição Portuguesa, cessem de vez os ataques contra a RPA a partir do território de Portugal e se criem e consolidem relações de amizade e cooperação entre os nossos dois povos e países, baseadas no respeito da soberania nacional e da não

ingerência nos assuntos internos.

Podéis estar certos, queridos camaradas, de que não pouparemos esforços aqui em Portugal na luta pela concretização desses grandes objectivos, assim como de que tudo faremos para que continuem a desenvolver-se e reforçar-se entre o MPLA e o Partido do Trabalho e o Partido Comunista Português os profundos laços de amizade fraternal e solidariedade de combate que nos unem, forjados na dura luta comum contra o fascismo e o colonialismo e as sentes nos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário.

O Comité Central do Partido Comunista Português»

Uma vastíssima indignação popular

1. As recentes medidas de política económica e social decididas ou anunciadas pelo Governo Mota Pinto/PPD — fixação de um limite de 18% para os aumentos salariais, criação de um imposto especial, aumento das tarifas dos transportes públicos, redução do leque dos produtos do cabaz de compras e seu encarecimento, aumentos dos combustíveis com os seus previsíveis reflexos na alta geral de preços — estão a provocar muito justamente uma vastíssima indignação popular que, só por si, exprime uma frontal condenação do Governo, mais à direita desde o 25 de Abril.

2. As medidas já tomadas e anunciadas, bem como outras que se encontram em preparação, demonstram a completa insensibilidade do Governo ante as enormes dificuldades e situações dramáticas em que já hoje se debate a grande maioria das famílias portuguesas. Confirmam também o desprezo deste Governo pelos sentimentos e preocupações que têm vindo a ser manifestados pelos trabalhadores e por outras camadas laboriosas, através das formas legítimas que o regime democrático lhes garante. Comprovam ainda a total devoção do Governo aos interesses, pressões e exigências dos grandes capitalistas, de cujos planos se

mostra submisso executante em ostensivo prejuízo das condições de vida da população e em clara oposição aos próprios interesses da recuperação económica e do progresso de Portugal.

3. As referidas medidas do Governo Mota Pinto constituem uma aceleração brutal e deliberadamente planeada da política seguida nos últimos 3 anos, primeiro pelo Governo PS, apoiado de facto pelo PPD e CDS, depois pelo Governo PS-CDS e pelo Governo demitido de Nobre da Costa. Durante três anos, esses Governos multiplicaram as promessas não cumpridas, os sucessivos pedidos de sacrifícios que apenas sempre conduziram a novos pedidos de sacrifícios, exactamente porque nada tinham de verdadeiras medidas de recuperação económica, mas eram tão-só uma peça fundamental da política de recuperação capitalista. Prosseguindo no mesmo caminho, depois de o actual Primeiro-Ministro demagogicamente ter pretendido apresentar-se como o acusador das ruínas económicas dos anteriores Governos, o Governo Mota Pinto revela que nada de novo e positivo traz para a solução dos problemas nacionais e que é manifestamente incapaz de fazer frente às reais

necessidades do País, como o PCP acertadamente preveniu. 4. A responsabilidade desta política desastrosa, de gritante e revoltante conteúdo antipopular e antinacional, tem naturalmente de ser atribuída ao Governo Mota Pinto que a executa e aplica. Mas, de igual forma, é indispensável responsabilizar politicamente pelas consequências das medidas deste Governo, as forças políticas e sociais que inspiram e comandam a sua acção: o PPD, o CDS, as organizações do grande patronato e o imperialismo.

Temendo enfrentar a onda de indignação popular que a política do Governo Mota Pinto está a suscitar, o PPD e o CDS ensaiam já a sua demarcação de algumas das medidas mais gravosas e impopulares que estão anunciadas. Mas nenhuma hipocrisia ou manobra demagógica pode fazer esquecer que foram o PPD e o CDS que apoiaram a formação deste Governo, que com os seus votos na Assembleia da República o defenderam da moção de rejeição do PCP e que, até há pouco, não lhe pouparam rasgados elogios e aplausos entusiásticos. Nenhuma demagogia pode escamotear que as medidas aplicadas pelo Governo Mota Pinto correspondem exactamente aos objectivos da política defendida por esses partidos.

Perante as graves medidas que o Governo Mota Pinto se propõe aplicar contra os interesses dos portugueses e de Portugal, mais clara se torna também a responsabilidade assumida pelo PS ao deixar passar um tal Governo e ao recusar-se à unidade com as forças democráticas para lhe fazer frente.

5. O povo português não está condenado a ter fatalmente de suportar e sofrer as consequências da política do Governo Mota Pinto/PPD.

No legítimo e inalienável exercício dos direitos e liberdades consagrados na Constituição, os trabalhadores, todas as classes e camadas brutalmente atingidos nos seus interesses vitais, as forças democráticas, têm condições para que, do seu protesto, da sua unidade e da sua luta, nasça a derrota desta política e deste Governo e se abra o caminho, cada dia mais urgente, para a concretização de uma nova política económica e social, garantida pela formação de um governo democrático com uma política democrática.

3 de Fevereiro de 1979

A SECÇÃO DE INFORMAÇÃO E PROPAGANDA DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Novos arranjos e partilhas do poder

1. Informações seguras se faz eco — indicam que se apromtam nos bastidores alterações graves nos lugares de chefia das Direcções Regionais de Agricultura do Entre-Douro e Minho e de Trás-os-Montes e Alto Douro. Em ambos os casos, todos os substitutos que se apromtam são homens altamente reacçãoários, que estiveram ligados ao regime fascista, e agora mais ou menos próximos do PPD e da CAP, de ideias abertamente retrógradas em relação ao desenvolvimento das agriculturas regionais, à descentralização, ao apoio técnico aos pequenos e médios agricultores, etc.

2. Estas mudanças de chefias — tal como já tinham sido as dos governadores civis — estão a ser objecto de conversações entre elementos altamente responsáveis do PS e elementos do Governo (neste caso do MAP) num descarado negócio de «novos arranjos e partilhas de poder», com a insofismável cumplicidade da direcção do PS que «troca» as posições da chefia de técnicos socialistas por possíveis e aparentes cedências do PPD noutras áreas (talvez em relação à UGT...).

3. Há algum tempo que a CAP / PPD / CDS / PPM vinham exigindo, sobretudo no Entre-Douro e Minho, a demissão dos técnicos directores da região. Pelo negócio, é a direcção do PS que agora se prepara para permitir que tais

exigências sejam satisfeitas, aceitando que a frente dos Serviços Regionais do MAP sejam colocados homens da confiança dos grandes proprietários absentistas, dos grandes intermediários e das forças políticas mais reacçãoárias.

4. É necessário unir os esforços de todos os democratas e de todos os antifascistas, incluindo comunistas e socialistas, sobretudo dos técnicos do MAP, para denunciar e combater o iminente saneamento político de técnicos das Direcções Regionais da Agricultura. Mas é necessário ao mesmo tempo, desmascarar vivamente a activa cumplicidade e participação dos dirigentes do PS naqueles mesmos

saneamentos de militantes seus.

Não se pode aceitar que a direcção do PS negocie com o PPD e o Governo deste, nos bastidores e pelas costas, posições suas no aparelho de Estado (governadores civis, directores de serviços, homens da informação, etc.), e, ao mesmo tempo, a mesma direcção do PS procure apertar uma indignação e um protesto inteiramente fingidos, cujo objectivo é apenas o de, demagogicamente, apresentar-se com posições de esquerda, de oposição ao Governo PPD/Mota Pinto e ao avanço da reacção, que de facto consente, deixar passar, fomenta e negocia.

Porto, 3 de Fevereiro de 1979

A Direcção da Organização Regional do Norte do PCP

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes — Lisboa-4. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — Lisboa-4. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL Central Distribuidora Livreira, SARL, Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa-1. Tel. 769744/769751.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa-1. Tel. 769705.

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — Lisboa-2. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 576 — Porto. Tel. 28938.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Erva, 5 — Coimbra. Tel. 28394.

Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém. Tel. 24564.

Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A — Setúbal. Tel. 29493.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcazar de Bago, 13 — Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: CDL, Departamento de Venda Directa, Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa-1. Tel. 763701.

PUBLICIDADE: Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A — Lisboa-1. Tel. 41787. Composto e impresso na Heika Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora.

Tiragem média do mês de Janeiro: 76 412



Encontro do PCP sobre desporto
Termina no próximo dia 23 o prazo para a chegada das propostas de alteração ao documento base

Reunião da Comissão Nacional no sábado

É já no primeiro fim-de-semana de Março (dias 3 e 4) que decorrerá em Lisboa o Encontro Nacional das Organizações do PCP sobre cultura física e desporto, importante iniciativa que, tal como tem sucedido noutros sectores da vida nacional (refira-se, por exemplo, a Conferência Económica, a Conferência sobre as empresas nacionalizadas e o Encontro sobre os problemas da educação e do ensino), apontará um conjunto global de propostas objectivas e coerentes, constituindo assim um importante contributo para a luta por rectificações urgentes à política nefasta que tem sido seguida e para se avançar em direcção a uma nova política de cultura física e desporto, de acordo com as transformações democráticas operadas na sociedade portuguesa.

Como aqui já salientámos, a preparação do Encontro está a reunir, em franco e aberto diálogo, o espírito de iniciativa, a cooperação prática, o largo interesse e a ampla participação de camaradas, simpatizantes do Partido e muitos outros democratas de diferentes tendências, pessoas que por qualquer motivo estão ligadas à actividade desportiva e à cultura física no nosso país. Esta ampla participação unitária tem sido, aliás, um factor fundamental para o êxito dos trabalhos preparatórios, nomeadamente para o levantamento e análise da situação actual e para a esquematização das medidas democráticas de uma nova política para aquele importante sector da vida nacional.

concretas que introduzam uma nova dinâmica nos trabalhos preparatórios, ou seja, levando à prática a palavra de ordem lançada na última reunião da Comissão Nacional: «Por cada sector e organização do Partido vamos realizar uma grande iniciativa», o que, saliente-se, está a ser conseguido em muitos locais.

Por outro lado, é necessário avançar com o debate em torno do documento base distribuído às organizações, não esquecendo que termina já no próximo dia 23 o prazo para a chegada ao Executivo da Comissão Nacional das propostas de alteração.

Um Instrumento fundamental

O documento base deve ser aproveitado para o relançamento do debate, amplo e aberto, em torno dos temas do Encontro, de modo a que o documento final, contendo já as emendas e contribuições que vão chegando, apresente de facto os pontos de vista, a vontade e as aspirações de todos os portugueses interessados na democratização, dinamização e relançamento progressista do desporto e da cultura física. O documento base, instrumento fundamental na presente fase de preparação do Encontro, deve constituir o objecto central dos debates e reuniões, sempre na perspectiva do seu enriquecimento.

O documento tem 58 páginas e está dividido por seis capítulos: «O papel e o lugar da cultura física e do desporto no processo democrático, rumo ao socialismo»; «Do fascismo aos dias de hoje»; «Princípios orientadores do desenvolvimento da cultura física e do desporto»; «Medidas democráticas necessárias»; «Uma estratégia global de desenvolvimento»; e «Conclusões». No 4.º capítulo são apontadas as medidas gerais e específicas, abordando estas

últimas temas como «Desporto escolar», «O desporto e os trabalhadores», «Bases para uma política consequente de formação», «Planificação», «As organizações populares, o associativismo e o desporto»,

«Os pequenos clubes», «Desporto de alta competição», «As relações internacionais», entre outros.

Reunião nacional

Entretanto, realiza-se no próximo sábado, no anfiteatro do Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes, em Lisboa, com início às 10 horas, uma importante reunião da Comissão Organizadora Nacional, provavelmente a última antes do Encontro, em que participarão representantes das Organizações Regionais do Partido, camaradas da UEC e da UJC, assim como os



A cultura física e o desporto só assumirão inteiramente o lugar a que têm direito na sociedade portuguesa quando estiverem garantidas as condições para a sua prática generalizada pelas grandes massas e para a sua completa integração na vida social, enquanto factores de educação, formação e valorização do indivíduo.



membros dos grupos de trabalho que colaboraram com a Comissão Executiva no lançamento da actividade preparatória.

Iniciativas

No âmbito da propaganda, é de salientar que aparecerá ainda esta semana o cartaz do Encontro estando igualmente prevista a edição de mais um folheto de divulgação dirigido à opinião pública. Recentemente, saiu a «Informação 3», na qual se faz um balanço dos elementos divulgados na última reunião da Comissão Nacional, e se analisam as «linhas de acção imediata» e os aspectos principais do debate em torno do documento base.

No passado fim-de-semana realizaram-se em vários pontos do país iniciativas integradas na preparação e divulgação do Encontro, nomeadamente em Lisboa (na sede da UEC/UJC, no CT de Benfica e no CT da Amadora), no Porto (no CT Anibal Cunha) e em Castelo Branco.

O encontro começou no CT Vitória, na Avenida da Liberdade, em Lisboa, a fase final do Torneio de Xadrez organizado pela DORL, que se prolongará até ao próximo dia 24.

Amanhã, realiza-se no Império Clube de Portugal (Picheleira-Lisboa) um colóquio seguido de passagem de filmes. Esta iniciativa unitária tem início às 21 horas.

1200 contos para CT de Odivelas
Solidariedade atravessa fronteira



A solidariedade até pode chegar de avião. Foi o que pensamos ao ouvirmos uma história de solidariedade que a camarada Eliete, de Odivelas, nos contou, a propósito de uma iniciativa da Campanha dos 1200 contos que já aqui uma vez anunciamos: a das assinaturas numa toalha que será bordada e mais tarde entregue ao Museu do Partido.

resposta. Talvez a carta não lhe tivesse chegado às mãos... Vou de novo explicar a minha iniciativa. Eu leio o nosso «Avante!» já há muitos anos. E sinto muito prazer em colaborar em muitas iniciativas, principalmente nestas de angariar fundos.

suas palavras e a solidariedade que as acompanha são mais importantes. A camarada Eliete, que nos contou esta história e nos mostrou a carta que transcrevemos, mostrou também um pequeno caderno onde vieram as assinaturas das três dezenas de camaradas e amigos que lá na França não esqueceram as lutas que se travam na Pátria nem o Partido que defende os trabalhadores. Cerca de três mil escudos acompanharam as assinaturas que irão também ser bordadas na toalha...

Os fundos que a toalha já recolhida vão em cerca de 18 mil escudos. E há pouco chegou uma boa ajuda. Não mais nada menos do que de França, onde um emigrante leu o nosso jornal e se interessou pela campanha. Uma carta chegou ao Centro de Trabalho do PCP em Odivelas. Mas o melhor é dar a palavra ao amigo que a escreveu — António Manuel Catató, que vive e trabalha em Arpação.

Já tenho algumas dezenas de assinaturas e também algum dinheiro de todos os camaradas e amigos que quiseram colaborar. O camarada, que na altura pedia para saber a maneira como podia enviar o dinheiro, desculpava-se, no fim, do seu pouco saber. E um falciano de 55 anos a quem o assunto negou as letras, pois nunca frequentou a escola. Mas nas

E assim, com o estorço de muitos se toma mais sólida a casa que em Odivelas é o novo Centro de Trabalho. Um outro camarada, do Alentejo, que segue esta campanha pelo «Avante!», enviou também a sua contribuição: 200 escudos, a juntar ao dinheiro que irá um dia perfazer os 1200 contos necessários.

Quadros técnicos
Reunião na Marinha Grande debate obreirismo e elitismo

Mais uma sessão de trabalho, entre muitas outras que em todo o país estão sendo realizadas, efectuou-se na Marinha Grande, em meados de Janeiro, no âmbito do Encontro Nacional do PCP Sobre os Problemas dos Quadros Técnicos.

Uma profunda compreensão política da necessidade da aliança da classe operária com a camada social dos quadros técnicos, atendendo aos problemas específicos que se colocam, foi a dominante da reunião.

travar urgentemente o passo a tais desvios foi reconhecida, devendo os comunistas empenhar-se a fundo no «limar das arestas» existentes, conscientes de que estão a levar à prática a orientação de seu Partido. Quadros técnicos e operários comunistas têm a sua frente, neste campo, grandes e importantes tarefas. Quadros e classe operária não são inimigos sociais, como apregoa a direita.

A sessão contou com a participação interessada de dezenas de camaradas, quadros técnicos comunistas e militantes operários, e desenvolveu-se em torno do conjunto de problemas de natureza sócio-profissionais dos QT e, em particular, o das relações com os restantes trabalhadores.

Neste centro operário de grandes tradições antifascistas ficou claro que, cada vez mais, é opinião generalizada que a luta patriótica pela solução da crise terá de ser travada pela classe operária e outras camadas sociais com características, problemas e anseios próprios.

A tarefa de reconstrução nacional é uma tarefa que permite perfeitamente atender às diferenças entre os diversos grupos e camadas sociais não monopolistas, mantendo a sua identidade própria, mas retirando o que de comum todas elas anseiam — a resolução dos grandes problemas nacionais, dos grandes problemas do nosso povo.

Com uma composição muito rica, esta reunião trouxe à discussão experiências valiosas obtidas por camaradas nas Comissões de Trabalhadores, na Contratação Colectiva, nas relações de comunistas e quadros técnicos.

O reconhecimento da importância dos quadros técnicos no processo produtivo, bem como a existência, aqui ou ali, de situações delicadas causadas quer pelo obreirismo, quer pelo elitismo, foi outro tema muito vivo na discussão. A necessidade de

Grândola
Assembleia de Freguesia decide alargar organização

Reuniu-se em Grândola, no dia 28 de Janeiro passado, a Assembleia de Freguesia do Partido Comunista Português, com a participação de 92 delegados eleitos e a presença de cerca de 90 convidados. Na mesa que dirigiu os trabalhos, além dos camaradas Manuel Martins, Fernando Vasco e José Espada, da Comissão Concelhia, e Manuela Nóbua e António Bispo, da Comissão de Freguesia, encontravam-se ainda os camaradas Blauqui Teixeira, da Comissão Política do Comité Central, e Américo Leal, do CC e da DORS.

número de militantes representa 15 por cento da população abrangida. Detendo-se particularmente no número de reuniões e plenários realizados por cada organismo e nas actividades de informação e propaganda, apontando aspectos positivos do trabalho — funcionamento regular e ligação às massas — e nas deficiências encontradas, este primeiro documento apresenta alguns objectivos a alcançar que são, no fundamental, melhorar a organização e alargar ainda mais o recrutamento.

camaradas, continuou os seus trabalhos com a apresentação de relatórios das várias comissões locais do Partido na freguesia — Ameiras, Aldeia do Futuro, Canal-Caveira, Grândola — dos bairros, das empresas e dos sectores. Depois da votação dos relatórios e de um intervalo para almoço, a segunda parte dos trabalhos teve como objectivo a eleição de nova Comissão de Freguesia que ficou constituída por onze elementos, na sua maioria operários e empregados.

A primeira parte do Relatório de Actividades, apresentado e votado de manhã, analisa detalhadamente a composição e estrutura da organização de freguesia, cujo

Esta 1.ª Assembleia, para a preparação da qual grande número de reuniões e plenários preparatórios se efectuaram com a participação de muitos

Em sessão aberta e durante a qual foi feita uma intervenção sobre a situação política actual, foi o novo organismo apresentado à população. O encerramento decorreu com um Canto Livre.

Quadros do PCP reunidos na Moita

Um importante plenário de quadros e activistas nas diversas organizações do Partido no concelho da Moita realizou-se no passado dia 3 do corrente naquela vila, à volta do tema «O papel dirigente do Partido nas organizações de massas».

Participaram no plenário 130 camaradas, de entre os quais 30 mulheres, representando a Comissão Concelhia da Moita as comissões de freguesia da Moita, Alhos Vedros e Baixa da Banheira, comissões locais e do bairro, células de zona e células de empresa, núcleos de colecti-

vidades e de cooperativas. Participaram ainda activistas de comissões de moradores e de trabalhadores, do movimento dos reformados, do movimento unitário de mulheres do concelho, de sindicatos e também eleitos das autarquias do concelho.

Presentes na mesa, além do Executivo da Comissão Concelhia, que dirigiu a reunião, a camarada Sofia Ferreira, membro do Comité Central e da DORS, e o camarada Jaime Serra, da Comissão Política do CC.

O debate, animado por numerosas intervenções, permitiu

Militantes de St.º António dos Cavaleiros

A Comissão de Freguesia de Loures promove no próximo sábado uma reunião aberta a todos os militantes do Partido residentes em Santo António dos Cavaleiros, mesmo que estejam inscritos noutros sectores ou células de empresa, para

discussão de problemas que se colocam à organização local. A reunião será às 15 horas no C.T. de Loures.

Actividades do Partido

Campanha em Setúbal - A Campanha continua. A mais saliente das realizações que se aproximam é, sem dúvida, o baile organizado pela célula da SAPEC, que vai realizar-se no próximo sábado nas instalações da antiga fábrica da Quinta Alves da Silva, com início às 21 e 30 horas. Para além de muitas iniciativas que se desenrolam e se preparam para que se atinjam os 7 mil contos da meta, há a assinalar as importâncias conseguidas até domingo passado pelas várias organizações: A. Terlim, 1000\$00; Barreiros, 158\$40; C. Concelhia, 21 757\$50; C. de Bar, 14 257\$70; C. de Banca, 3040\$00; C. de Secretária, 2095\$00; Caixa de Previdência, 9055\$00; Comerciantes, 50 100\$00; 1.º de Maio, 372\$90; Coop. UJC, 500\$00; Praias Sado 660\$00; CTT, 2160\$00; Marítimos, 44\$00; Diversos, 6143\$20; EDP/UEP, 2750\$00; Entreposto, 23 574\$90; Óleos Vegetais, 2000\$00; Anunciada, 7660\$00; S. Julião, 1194\$00; S. Lourenço, 720\$00; S. Sebastião, 12 560\$00; Frisado, 3478\$40; IMA, 9988\$00; Inapa, 2216\$00; Mague 2, 5638\$00; Mague/EDP, 1950\$00; Movimento 3 523\$80; Pescadores, 9470\$00; Parel, 490\$00; Portucel, 16 980\$00;

Organização da Amadora proferiu uma intervenção política.

100 contos para Ourique - A Comissão Concelhia de Ourique do Partido Comunista Português assinala, congratulando-se, a solidariedade recebida durante a Campanha de 100 mil escudos que promove para a construção de um Centro de Trabalho. Contributos para esta Campanha têm chegado a Ourique provindos de camaradas do Barreiro, da Cova da Piedade, do Chegadinho e da Baixa da Banheira.

Barreiro - Conforme salienta o Boletim Informativo editado pela Comissão Concelhia do Barreiro durante a Campanha de Fundos - 1500 contos - que promove para o Centro de Trabalho, no fim de Janeiro já se tinham ultrapassado os 800 contos, verificando-se que - depois de um começo bastante hesitante, mas compreensível, se tivemos em conta o aumento do custo de vida, que cada vez mais diminui o poder de compra dos trabalhadores - entrou a campanha, no mês de Dezembro, numa fase mais viva.

«Avante 77» - No passado sábado, à noite, realizou-se em Vila Real de Santo António uma sessão que foi preenchida pela projecção do filme sobre a Festa do «Avante!» de 1977 e de um outro intitulado «Por uma política democrática e patriótica». Mais de uma centena de pessoas assistiram à sessão em que interveio também um camarada da Comissão Concelhia, falando sobre os filmes e sobre temas de organização.

Convívio na Amadora - Integrado na Campanha de Fundos de Natal e Ano Novo, realizou-se no passado domingo um almoço de confraternização que reuniu na Buraca mais de 140 participantes, entre militantes e simpatizantes do Partido. Um camarada do Executivo do Organismo de Direcção da

A juventude em festa

Uma grande festa vai assinalar no próximo domingo em Lisboa o encerramento da Campanha de Fundos da UJC. Realiza-se no pavilhão do CACO (Campo de Ourique), a partir das 16 horas. Participam, entre outros, Ary dos Santos, Fernando Tordo, Luís Basto e Carlos Paulo. O baile será animado pelo conjunto «Metafase».



Renascimento recorda aspectos da vida e da actividade de L. I. Brejnev nos anos que se seguiram imediatamente à 2.ª Guerra Mundial, em que o papel do dirigente soviético, do Partido e das massas foram decisivos na reconstrução do que os invasores nazis destruíram.

Preço 70\$00

a distribuição

RÁDIO VARSÓVIA EM PORTUGUÊS

Rádio Varsóvia transmite diariamente em português nos seguintes horários e frequências (hora de Lisboa): pelas 22 horas, em ondas curtas, 31 e 41 metros, frequências de 9675 Khv e 7285 Khv; pelas 5 horas e 30, em ondas curtas, 41 e 49 metros, frequências de 7270 Khv e 6135 Khv, em ondas médias, 200 metros. O endereço de Rádio Varsóvia é 00-950, Caixa Postal 46, Varsóvia.

Agenda

Dia 9, Sexta-feira

Barreiro, às 21 e 30, comício nos Pencheiros com o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central. Carcavelos, às 21 e 30, sessão de esclarecimento na Sociedade do Ameiro com o camarada Carlos Pereira, membro suplente do Comité Central.

Dia 10, Sábado

Melorca (Figueira da Foz), às 15 horas, sessão musical na Casa do Povo. Carritos (Figueira da Foz), às 17 e 30, sessão musical no Club Recreativo. Buarcos, às 21 e 30, sessão musical no GIS e intervenção política pelo camarada Joaquim Gomes, membro da Comissão Política do Comité Central. Faro, às 19 horas, no Centro de Trabalho, convívio promovido pela UJC, integrado na campanha de fundos. Faro, às 21 horas, no Centro de Trabalho, terceira edição do concurso «Clu-Glu Show», iniciativa da UJC, UEC e PCP. Marinha Grande, às 14 e 30, encontro de metalúrgicos promovido pelo Partido, no Teatro Stephens, com a presença da camarada Severiano Falcão, membro do Comité Central. S. Domingos de Rana, às 21 horas, sessão de esclarecimento na Sociedade. S. João da Pesqueira (Lamego), no salão do Cinema dos Bombeiros, às 21 horas, sessão-festa em que intervirá o camarada Veiga de Oliveira, deputado à Assembleia da República. Canto livre com Adriano Correia de Oliveira e um grupo de Lamego.

Dia 11, Domingo

Costa de Lavos (Figueira da Foz) às 15 horas, sessão musical na Casa dos Pescadores. Figueira da Foz, às 18 horas, no Club Recreativo, sessão musical com o grupo «Os Galés» de Setúbal. Alqueidão de Serra (Porto de Mós) às 17 e 30, sessão de esclarecimento, seguida de canto livre. Ucanha (Tarouca), na Casa do Povo, às 15 horas, sessão-festa: intervenção política pelo camarada Veiga de Oliveira, deputado, canto livre com Adriano Correia de Oliveira e um grupo de Lamego e baile.

Camaradas falecidos

CARLOS AUGUSTO DURÃO - Após grave doença, faleceu no passado dia 25 de Janeiro o camarada Carlos Augusto Durão, pai do camarada Carlos Durão, membro suplente do Comité Central. Este camarada, que tinha 64 anos de idade e era natural da Moita, era membro do Organismo dos Pequenos e Médios Industriais do Barreiro, vila onde viveu largo tempo e onde deixou muitos amigos. O seu funeral, ali realizado, contou com a presença de muitos camaradas, entre os quais José Vitoriano, da Comissão Política do CC e Hermenegildo Pacheco, suplente do CC, os camaradas Emília Durão e Quaresma, ambos da DORAL. Presentes ainda membros da Comissão Concelhia do Barreiro, do Comité Local de Lisboa e da União da Juventude Comunista.

MANUEL DA CONCEIÇÃO VALENTE - Desapareceu nas águas do Guadiana, no passado dia 28 de Janeiro, quando pescava, o camarada Manuel da Conceição Valente. Este camarada era membro da Comissão Concelhia de Mértola do PCP e também vereador da Câmara Municipal daquele concelho.

MANUEL DOMINGOS VERISSIMO - Com 77 anos de idade, faleceu no passado dia 1 do corrente o camarada Manuel Domingos Veríssimo, que era natural da Carregueira. Pequeno agricultor, este camarada era membro da Comissão de Moradores de Pinhal Novo, onde residia, e grande activista no Centro de Trabalho do Partido.

ANTÓNIO EMÍDIO CALAMBA - Operário, de 54 anos de idade, militante do Partido desde os 17 anos, faleceu o camarada António Emídio Calamba na sequência de um acidente de viação. Este camarada, que era natural de Salvaterra de Magos, residia em Camarate e encontrava-se suspenso na firma J. Pimenta.

JOSÉ ANTÓNIO PEREIRA - Em 17 de Janeiro faleceu no Hospital de Cascais, por doença, o camarada José António Pereira, que no tempo da clandestinidade, fez parte da célula do PCP da Casa da Imprensa. Era membro do Secretariado da Comissão Local de Leceia do PCP.

Semana

31 Quarta-feira
1946 — Nas ruas de Lisboa e Porto grandes manifestações populares exigem a liberdade.

Uma lista unitária ganha as eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Professores da Zona Centro, que anteriormente tinha uma direcção PPD. São conhecidos os resultados das eleições para a direcção do Sindicato dos Mineiros do Sul onde a lista unitária obteve 73 por cento dos votos. O PCP divulga 16 perguntas a pôr ao Governo na Assembleia da República, durante o próximo encontro dos dois órgãos de soberania. O Sindicato dos Jornalistas contesta a suspensão do programa radiofónico «Contraponto». Segundo os números provisórios já conhecidos o recenseamento eleitoral teria ultrapassado o de 1976 em 3,78 por cento (59 664 eleitores).

1 Quinta-feira
1542 — D. João de Castro é nomeado capitão-mor das esquadras costeiras do reino, cuja missão é combater a pirataria.

UGT São conhecidos os resultados das eleições para os corpos gerentes do Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria, Turismo, Restaurantes e Similares do Sul em que a lista unitária ganha por 70 por cento dos votos expressos. A lista afecta à UGT perde cerca de 900 votos em relação às anteriores eleições, em que concorreu sob a sigla «Carta Aberta». Um vespertino da capital revela que o imposto-surpresa abordado pelo ministro das Finanças Jacinto Nunes diz respeito ao subsídio de férias, que não poderia ultrapassar a quantia do ordenado mínimo nacional — 5700\$000 —, revertendo o restante do ordenado para os cofres do Estado. O comunicado da reunião do Conselho de Ministros revela que foi fixada «a percentagem máxima dos aumentos salariais durante o ano de 1979» mas não diz em quanto. No entanto, segundo alguns jornais, este máximo seria de 18 por cento.

2 Sexta-feira
1975 — Trabalhadores rurais ocupam terras abandonadas na Horta da Picoia, em Montemor-o-Novo. É o início da Reforma Agrária.

Num apelo ao Provedor de Justiça, cerca de 40 advogados e juristas pronunciam-se pela inconstitucionalidade da Portaria n.º 379, do MAP, que pretende regulamentar a comercialização da cortiça. O presidente da Associação dos Comerciantes do Porto declara: «Não concordamos com a abertura do «Pão de Açúcar» aos sábados a tarde porque isso prejudica gravemente o restante comércio». A acusação particular no julgamento do assassínio do general Delgado requeir ao tribunal que ordene a instauração de procedimento criminal contra o antigo ministro do Interior do regime fascista, Santos Júnior, por participação nos homicídios voluntários do general e da sua secretária.

3 Sábado
1677 — Morre o conde de Vila Flor, general que se distinguiu na Guerra da Restauração e bastante contribuiu para a consolidação da independência portuguesa.

Com a publicação do diploma legal, Torres Vedras é elevada oficialmente à categoria de cidade a partir desta data. O ministro da Comunicação Social, Proença de Carvalho, revela que o novo imposto que o Governo pretende criar não será aplicado já sobre o subsídio de férias mas sobre o décimo terceiro mês que poderá sofrer reduções na ordem dos 50 a 60 por cento a favor do Estado. O secretário-geral do PPD, Amândio de Azevedo, revela em Braga que as conversações ultimamente efectuadas entre Sá Carneiro e Mário Soares se destinam a conseguir um entendimento PS/PPD, quanto a questões como «a revisão constitucional, o futuro bloco político capaz de apoiar um governo e as eleições presidenciais». Amaro da Costa, do CDS, declara: «Os apoios visíveis do Governo não parecem, neste momento, sólidos e bastantes para superar as dificuldades que se avizinharam». Um grupo de aruaceiros assalta o Centro de Trabalho do PCP em Estremoz só não consumando a destruição total do interior devido à intervenção dos moradores do prédio.

4 Domingo
1779 — Nasce Almeida Garrett, romancista, poeta e autor dramático. Como político apoiou os revolucionários liberais, participando nos combates contra os absolutistas.

Em Évora, aruaceiros fascistas agredem o camarada António Mouteira, membro da Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP. A agressão verificou-se debaixo dos arcos da Praça do Giraldo, nesta cidade e só não assumiu maiores proporções devido à pronta reacção popular que pôs em fuga os aruaceiros. Terminam num hotel de luxo do Porto os trabalhos da chamada «assembleia de delegados» da CAP e na qual é pedida com carácter de urgência «uma mais firme autoridade do MAP para que a entrega de reservas seja intensificada». A Comissão Política Nacional da JSD declara, em Faro, que se o Governo não fizer uma revisão urgente de algumas medidas que pretende lançar, mesmo os partidos que, em princípio, não lhe fizeram obstrução poderão vir a impedir que o Parlamento aprove a proposta de lei do Orçamento.

5 Segunda-feira
1801 — Nasce Passos Manuel, político e estadista que se empenhou na defesa da causa liberal.

O Conselho da Revolução considera inconstitucional o decreto-lei que proíbe as entidades patronais de receber e entregar nos sindicatos as quotizações dos trabalhadores ao seu serviço e impunha o pagamento individual das quotas. Delegações de trabalhadores das UCPs e Cooperativas Agrícolas de Portalegre deslocam-se a Lisboa onde se encontram com o comandante da GNR, general Passos Esmériz, o ministro da Agricultura e Pescas e o presidente da Comissão da Agricultura e Pescas da AR, deputado Vítor Louro. A Assembleia Municipal do Porto manifesta-se contra a abertura dos supermercados «Pão de Açúcar» aos sábados. Centenas de portieiros manifestam-se contra a aplicação do regulamento da profissão elaborado pela CML.

6 Terça-feira
1608 — Nasce o padre António Vieira, escritor, diplomata e mestre da oratória que foi uma vítima da Inquisição.

Os Comunistas na Assembleia da República

Governo respondeu pouco, mal ... e «na brasa»!

Parte do Governo de Mota Pinto (um vice-primeiro-ministro, um ministro adjunto, um ministro da propagação e um secretário do PPM) compareceu terça-feira na Assembleia da República, ao abrigo das disposições constitucionais para, pela primeira vez desde que o Programa do Governo passou na AR com os votos favoráveis do PPD e do CDS e a abstenção do PS, responder a um conjunto de perguntas que lhe foram formuladas por deputados de todos os partidos e que, em devido tempo, lhe foram entregues.

Das cerca de cento e vinte perguntas que foram formuladas, Mota Pinto e o seu Governo «escolheram» nove susceptíveis de obterem resposta nesta sessão.

A expectativa que rodeava a ida do Governo de Mota Pinto a esta sessão da Assembleia da República depressa se desvaneceu, não tanto pela

importância das perguntas que foram escolhidas pelo executivo, mas sobretudo pelo facto de muitas das que foram deixadas de lado serem de grande actualidade.

Assim, e por exemplo, das 16 perguntas formuladas pelo Grupo Parlamentar do PCP, o Governo escolheu duas — uma relativa à medida antidemocrática que considera ilegítima qualquer participação das CTs da Função Pública na vida da Administração Pública, outra referente à desvalorização dos salários reais dos trabalhadores, nomeadamente através de medidas como a limitação de 18 por cento para os ajustamentos salariais. Questões de relevante importância sem dúvida. Mas convém notar que o Governo deixou propositalmente de lado as perguntas relativas ao já controverso e repudiado novo imposto, à revisão das rendas de casa, à autorização concedida ao «Pão de Açúcar»

para abrir ao sábado à tarde, à política da comunicação social, ao Serviço Nacional de Saúde, aos reformados, etc, etc.

Se o Governo, através dos membros que compareceram na Assembleia ao princípio da tarde de terça-feira, tivessem ao menos, a essas nove perguntas, respondido de forma clara e precisa, esclarecendo as questões...

Mas não: o Governo respondeu pouco, mal... e «na brasa!» Sobre as CTs da Função Pública, e depois do deputado do PCP Jorge Leite referido que a decisão do Governo mereceria o amplo repúdio dos trabalhadores e da própria Assembleia, o ministro adjunto Monjardino declarou que o Governo não revogaria tal decisão. Sobre a aplicação da Lei das Finanças Locais — questão posta pelo PPD — o mesmo ministro leu de afogadinho uma extensa lista de estudos que o Governo tem

promovido; mas, quanto a medidas concretas... disse nada!

Aliás, na leitura das respostas, o ministro Monjardino preocupou-se sobretudo em, a par de uma velocidade oral que faria inveja a um disco de 33 rotações em 78, olhar constantemente para o seu relógio de pulso... O mesmo faria Proença de Carvalho, embora de outro modo: entrou na Assembleia já a sessão tinha começado, respondeu à pergunta que lhe cabia e retirou-se de imediato — faltavam ainda respostas para 4 perguntas. Nem precisou de olhar para o relógio, bastou-lhe olhar para a lista das perguntas!

Pode dizer-se que os membros do Governo de Mota Pinto responderam (mal) às perguntas, mas às questões disseram nada. O único esclarecimento que efectivamente prestaram à Assembleia e ao país na sessão de terça-feira foi o de

que este Governo não dá satisfações...

Entretanto, e no período da ordem do dia, a Assembleia aprovou, com os votos contrários dos deputados comunistas, uma proposta de lei do Governo que fixa em 42 mil e 500 escudos o vencimento do vice-primeiro-ministro. O PCP votou contra, conforme esclareceu o deputado Veiga de Oliveira, não pelo facto de se opor à existência do cargo nem por discordar do facto do seu vencimento ser diferente do comum dos ministros, mas sim por considerar que os ordenados dos membros do Governo não estão de acordo com a situação económica do nosso país e não são adequados a uma real política de austeridade.

A Assembleia da República voltará a reunir-se hoje para prosseguir os trabalhos que foram interrompidos na passada terça-feira quando,

em plena discussão da ratificação 44/1, o PPD pediu primeiramente a interrupção da sessão por vinte minutos e, depois, que a discussão e votação apenas tivessem lugar na sessão de hoje.

A citada ratificação foi solicitada pelo PS e refere-se ao Decreto-Lei 395/78, da autoria do Governo Nobre da Costa, que revogou o diploma que autorizava a aquisição pelo Estado do Palácio Valle Flor.

Convém, entretanto, notar que nas últimas sessões da Assembleia da República tem dedicado grande parte dos seus trabalhos da ordem do dia à discussão e votação de pedidos de ratificação, cuja esmagadora maioria são relativos a actos praticados pelo Governo Nobre da Costa.

É o que acontece quando o Governo não serve os interesses do país. É o que acontece com o Governo Mota Pinto.

Intervenções

Uma resolução que dá a medida deste Governo

Se antes da aprovação da resolução n.º 10/79 sobre Comissões de Trabalhadores da Função Pública algum anúncio que a primeira medida do Governo de Mota Pinto tendente a «aperfeiçoar a Administração Pública, a sua organização administrativa e a gestão, dos seus recursos humanos» — como se lê no preâmbulo da resolução — era a de considerar ilegítima qualquer intervenção das organizações de trabalhadores da Função Pública, mesmo que apenas a título consultativo, certamente que tal anúncio não deixaria de causar um riso involuntário de muitos cidadãos, porque certamente que ninguém adivinharia tanta expressão de incompetência e, mais do

que isso, tamanha declaração pública de falta de perspectivas e de vontade política de resolver os problemas, que são muitos, da Administração Pública.

É que vir a acusar a existência de uma intervenção das organizações de trabalhadores da Função Pública como a causa, e logo a primeira, dos múltiplos problemas da Administração Pública é uma prova mal disfarçada da incompetência para resolver aqueles problemas e, mais do que isso, é um índice de

o que o Governo Mota Pinto está interessado em calar as organizações de trabalhadores da Função Pública para lhes tentar impor as condições de trabalho (e de vida) que entende e preparar o caminho

para alargar este objectivo a outros sectores, nomeadamente às empresas públicas (como até já aconteceu no Gabinete da Área de Sines) e a CIP e a CCP, as próprias empresas privadas.

Como já tive ocasião de salientar, esta medida caracteriza-se essencialmente pela sua natureza antidemocrática porque o que ela recusa é, no fundamental, o diálogo com os trabalhadores.

Trata-se de facto de uma medida deste Governo: incapaz de resolver os problemas do País, ele procura liquidar as conquistas alcançadas por vastas camadas da população portuguesa, e nomeadamente pelos trabalhadores da Função

Pública, conquistas abertas pelo 25 de Abril. Estamos seguros de que não o conseguirão.

Estas considerações visam enquadrar a pergunta que queremos formular ao Governo. Este Governo, que até conta entre os seus membros com algumas cabeças brilhantes, juridicamente falando, declara ilegítima a intervenção das orga-

nizações de trabalhadores da Função Pública (que o Governo Mota Pinto — vulgarmente designado por IV, Governo Constitucional acintosamente apelida de «chamadas comissões de trabalhadores»).

Ilegítima porque? Porque como tal a declara a cidadã resolução? Porque como tal a declara algum outro diploma?

Neste caso, qual? (Jorge Leite, em 6/2/79)



Parar o Alqueva é um crime

Em muitas reuniões e plenários, nas UCPs e Cooperativas, os trabalhadores alentejanos têm defendido que é necessário e urgente o desenvolvimento agro-industrial do país, nomeadamente do Alentejo. Para que isso aconteça é indispensável a construção da Barragem do Alqueva.

(...) Da barragem do Alqueva depende a irrigação dos melhores solos alentejanos com a ideia de utilizar completamente os recursos naturais. Negar essa possibilidade impedindo a construção da barragem do Alqueva não é maneira de defender os interesses nacionais.

(...) Irrigar é indispensável para produzir milho para grão e substituir as importações desse cereal, que atingiam, no ano passado, muitos milhões de contos. Como é indispensável para produzir tabaco e beterraba açucarina, algodão e soja, culturas que podem reduzir drasticamente o défice da balança comercial incrementando o desenvolvimento agrícola, pecuário e industrial.

Para o Alentejo significava praticar um crime contra a economia nacional e os interesses do povo português.

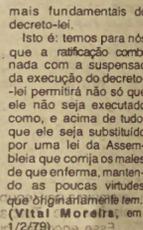
Os graus académicos

Tomaram-se claras as profundas objeções que temos em relação a este decreto-lei. Obejeções ao regime de «numeros classificados» do esquema da carreira académica prevista, ao regime de cada um dos graus previstos, objeções em relação à centralização excessiva do regime da carreira académica aqui prevista. Enfim, as objeções que temos relativamente a todo um enquadramento e elitização das universidades, nomeadamente quando

em confronto com as escolas não universitárias, são objeções de fundo que, em princípio, poderiam levar a que tomássemos outra posição na votação. Mas não foi assim (...).

Em primeiro lugar, cremos que a não ratificação deste decreto-lei tornaria mais difícil que a Assembleia da República, ela mesma, em prazo útil e mais célere, se ocupasse de estas questões. Assim, a ratificação combinada com a suspensão da execução do decreto-lei — o que tem o mesmo efeito que a não-ratificação — permite que a Assembleia da República tenha, desde já, uma base de trabalho e seja obrigada a introduzir-lhe as alterações que as intervenções aqui feitas desde já indicam serem possíveis na base de uma convergência de posições em relação à alguns dos aspectos

mais fundamentais do decreto-lei. Isto é: temos para nós que a ratificação combinada com a suspensão do decreto-lei permitirá não só que ele não seja executado como, e acima de tudo, que ele seja substituído por uma lei da Assembleia que corrija os males de que enferma, mantendo as poucas virtudes que originalmente tem.



Os problemas de Peniche

No mês passado visitou Peniche uma delegação do Grupo Parlamentar do PCP para se informar, ao vivo, dos problemas do povo daquela terra, tanto económicos como de outra ordem.

Peniche é terra à qual os comunistas estão indissoluvelmente ligados pelos numerosos anos que ali passaram na prisão fascista do Forte de São João e de outras centenas de militantes do mais valeroso da luta pela liberdade do nosso povo.

(...) Tive dum povo que virá dum povo que vem dum povo que encontra, entre os mais instantes problemas, os que decorrem da actividade pesqueira e conserveira.

Por isso, no uso das nossas faculdades, entregámos agora à Mesa, à requerimentos do Governo sobre outras tantas questões, e esperamos — nós deputados comunistas e o povo de Peniche — para eles resposta urgente.

Não podemos terminar sem esta última nota.

O Forte de Peniche já está. E dentro dele estão alojados cerca de meio milhar de retornados das ex-colónias.

(...) Uma vez reinstaladas aquelas famílias em condições de dignidade humana a que têm direito — então é urgente concretizar pelas nossas mãos, no Forte de Peniche, o museu do fascismo. Para que na nossa Pátria, fascismo nunca mais! (Vítor Louro, em 30/1/79).



Peniche quer ver os seus problemas resolvidos

A política de agravamento

O Governo reconhece publicamente que a taxa de inflação em 1978 rondou os 25 por cento, o que se traduz num fortíssimo aumento dos preços e do custo de vida. Apesar disso, o Governo pretende (por nota oficial) que se mantenha em vigor o Decreto-Lei 121/78 que limita para esse ano os ajustamentos salariais em 20 por cento.

Entretanto, no passado dia 1 de Fevereiro, também em nota oficial, o Governo declara que se propõe decretar a fixação de 18 por cento como limite máximo para os aumentos salariais em 1979. Isto, como é evidente, agravará ainda mais o nível de vida dos trabalhadores e das classes médias da nossa população.

É por demais sabido e sentido que a taxa de inflação tem subido muito mais do que os «plafonds» salariais até agora fixados. Também é sabido que a parte que cabe ao trabalho no rendimento nacional tem vindo a decrescer aceleradamente: em 1975 era de 63,4 por cento, em 1976 era de 62,5 por cento, em 1977 baixou para 59 por cento

e as previsões apontam ainda para 56 por cento, segundo os números do próprio Governo.

Recordar-se ainda que um milhão cento e setenta e sete mil e quinhentos trabalhadores, que deviam ter visto os seus salários actualizados em 1978, apenas viram subir 11,44 por cento em média os salários constantes dos respectivos contratos

e que, dos 677 mil trabalhadores que vivem em alojamentos salariais, 300 mil só em 1 de Novembro viram entrar em vigor as respectivas tabelas.

Não temos pois o Governo razão para estar constantemente a falar em reivindicações utópicas, para em vão tentar diminuir as justíssimas reclamações dos trabalhadores.

Assim se vê que a afirmação do Governo de que a subida de salários corresponderia idêntica ou maior subida dos preços não tem qualquer fundamento.

Por outro lado, lembro que o senhor vice-primeiro-ministro afirmou, quando da discussão do Programa do Governo, que procuraria manter o poder de compra dos trabalhadores. Dado que os governos anteriores fizeram idênticas promessas, com os resultados desastrosos que todos conhecemos,



Logo for 'JUVENTUDE' with text 'ARÇÃO CENTRAL DA UNIDADE DA JUVENTUDE COMUNISTA' and 'LIVRAR PARALAN ESTRELA'.

Advertisement for 'JÁ À VENDA NESTE NÚMERO:' listing items like 'Festivais da Canção Juvenil', 'Campanha 1500 contos', 'Cambodja', 'Constituição da República', 'Desemprego Juvenil', 'Ano Internacional da Criança', 'Argentina', 'Passatemplos'.

Advertisement for 'Rádio Moscovo transmite para Portugal' with '3 vezes por dia' and broadcast times.

Advertisement for 'PEQUENO GUIA PARLAMENTAR OS COMUNISTAS NA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA' with 'PREÇO 100\$00' and 'a distribuição'.

Advertisement for 'Problemas Políticos do Movimento Comunista e Operário Internacional' by 'LUIS CORVALAN' with 'A REVOLUÇÃO CHILENA a ditadura fascista e a luta para a derrubar e criar uma nova democracia' and 'edições Avante!'.

A organização na empresa é um dos temas centrais da Conferência de Organização Sindical

Aproxima-se a data da realização da Conferência Nacional de Organização Sindical. Em 17 e 18 de Fevereiro em curso, depois de amplamente discutidos os documentos-base, decorrerá em Lisboa, com delegados de todo o País, a fase final dessa grande iniciativa do Movimento Sindical Unitário. Preparada por uma Comissão Nacional Organizadora, de acordo com um regulamento aprovado em plenário da CGTP-IN, a conferência "CORRESPONDE à aplicação prática de orientações traçadas pelo Congresso de Todos os Sindicatos, enquadrando-se no desenvolvimento das perspectivas definidas no Programa de Acção aprovado no mesmo Congresso".

Um dos temas mais importantes a apresentar na conferência, a primeira a realizar em Portugal, será a "Organização dos Trabalhadores na Empresa". Objecto de um documento-base específico, o n.º 4, esse tema é abordado na perspectiva do sólido melhoramento dessa organização. Apesar do grande impulso imprimido à organização dos trabalhadores nas empresas e do reforço crescente das suas

estruturas — refere aquele documento — estamos ainda longe de ter atingido a organização que temos possibilidades de implantar e que é necessária para o cumprimento das tarefas que se nos põem no dia-a-dia, tarefas cada vez mais exigentes e complexas". A empresa é a base de organização do Movimento Sindical. No sentido de garantir, nomeadamente, a mais ampla participação dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, o documento em discussão atribui o relevo necessário ao papel dos delegados sindicais. "Eles representam na empresa o Sindicato, daí o seu papel extremamente importante na formação dos trabalhadores e na sua mobilização para a defesa dos seus direitos e interesses. Onde existe uma boa rede de delegados sindicais, combativos e devidamente organizados, os trabalhadores dão resposta imediata aos problemas correntes, forçando o cumprimento da contratação, combatendo os despedimentos e outras arbitrariedades do patronato; os trabalhadores recebem regular-



Os votos confirmam a força da unidade

As «tendências» da direita embrulhadas na UGT desejam à viva força que a vida sindical se transforme em coisa rotineira. Pôr de vez em quando e cada vez menos uma cruzinha num impresso, transformar os sindicatos em «beneméritas» associações da «paz social», afastar os trabalhadores da actividade sindical e da própria sindicalização são objectivos claros ou fáceis de detectar na corrida divisionista para a promoção do amarelo. Mas essa corrida continua a deparar com muitos obstáculos. Os interesses da unidade são por demais evidentes para que os trabalhadores fiquem em casa à espera do impresso para o próximo referendo, enquanto os promotores da divisão e da «benemérita reforma» se ocupam das reivindicações de gabinete, quando nem para essas deram provas (ou podem dar) de alguma eficiência e proveito para quem vê congelados os aumentos de salários, bloqueada a contratação colectiva, mudo o diálogo, cega a repressão em tantas empresas, crescente o desemprego e a ameaça contra os direitos e garantias mais elementares de quem trabalha.

Um desses obstáculos à corrida dos amarelos são as eleições sindicais, na via do melhor esclarecimento e maior participação democrática dos trabalhadores sindicalizados. Ainda recentemente, a CGTP-IN fazia notar, «face à campanha de desinformação a que se tem vindo a assistir», que, «em resultado de 240 actos eleitorais, realizados após o Congresso de Todos os Sindicatos, em Janeiro de 1977 (citamos um comunicado de 11 de Janeiro findo) não houve qualquer Sindicato identificado com o Movimento Sindical Unitário que tenha passado a ser gerido por divisionistas, tendo também aumentado a participação dos trabalhadores nesses actos. Houve, pelo contrário, 46 Sindicatos que saíram dos campos dos divisionistas».

Essa tendência, a tendência da unidade, continua a somar êxitos que são êxitos dos trabalhadores. Desde 14 de Dezembro do ano findo, a data mais próxima em que nos referimos especificamente a números sobre eleições sindicais, 12 Sindicatos elegeram direcções unitárias, o mesmo sucedendo com 9 Comissões de Delegados Sindicais. Note-se que, incluindo a TAP, e a J. Pimenta, onde venceram listas de direita, esses números representam praticamente o total das eleições efectuadas nesses período e são, sem qualquer dúvida, as mais representativas. A unidade venceu na Hotelaria do Sul, nos Professores do Centro, na Indústria Corticeira do Distrito de Setúbal, na Empresa Eléctrica da Madeira (Sindicato), nos Têxteis (Delães), Enfermeiros do Sul, Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas, Indústria Mineira do Sul (Aljustrel), Metalúrgicos de Faro, Agrícolas de Setúbal, Professores da Madeira, Construção Civil do Porto, CASI (Lagos), MDF, Fispse, CEP-7 da RN, CEP-7 (delegados sindicais dos cobradores), Arsenal do Alfeite, Companhia das Lezírias (delegados sindicais), Covina e Rodoviária Nacional (Abrantes). Os votos confirmam a força da unidade.

Um Encontro para defesa da banca nacionalizada

Decorre no próximo sábado, dia 10, o anunciado Encontro sobre Problemas da Gestão e Reestruturação da Banca. Promovido pelo Organismo de Direcção dos Trabalhadores Bancários de Lisboa do PCP, o Encontro, de âmbito local, levará ao salão da Voz do Operário centenas de participantes e convidados. Entre estes destaca-se o Organismo de Direcção dos Pequenos e Médios Comerciantes do PCP, que apresentará uma intervenção.

espírito e prática unitária, a todos os interessados no papel relevante que o sistema bancário

inevitavelmente desempenha na concretização da política económica nacional.



Como já referimos na semana passada, ao enumerarmos os objectivos do Encontro, entre eles conta-se a elaboração de conclusões que constituam uma contribuição dos trabalhadores bancários para o encontro de soluções concretas para os problemas mais imediatos de gestão e reestruturação bancária. Entre os temas de carácter geral a debater no Encontro, e para cada um deles haverá intervenções, são de assinalar a análise das alterações verificadas após a nacionalização, determinação das causas e indicações de medidas a adoptar, a reestruturação e coordenação interbancária, a política de crédito e a participação dos trabalhadores.

As ameaças de reprivatização, a que a banca nacionalizada não é alheia, perante uma política e um Governo de direita, que põem em cheque as conquistas de Abril, serão analisadas e debatidas com destaque nesta iniciativa dos bancários comunistas, aberta, com

Na Barreiros, despedimentos à vista? Uma situação insustentável para centenas de trabalhadores

A iniciativa privada — a tal que vai «salvar» o país — continua a provar, na prática, ao nível das grandes empresas, ser o único objectivo que a move o lucro que pode retirar à exploração dos trabalhadores e que não recua nem perante a sabotagem descarada nem perante a perspectiva, tantas vezes a concretizar-se, do despedimento de trabalhadores. Vem isto a propósito do caso da «Companhia Portuguesa de Motores e Camiões» (Barreiros), cuja CT, em conferência de imprensa realizada em Janeiro passado, denunciara a grave situação em que os trabalhadores se encontram.

No Centro de Trabalho de Setúbal, na semana passada, ouvimos três membros do Secretariado da Célula da Barreiros, do PCP, camaradas Fernando Gonçalves, Joaquim Castanhas e Adelino Cabela. — Os trabalhadores não recebem desde Dezembro. Isso deve-se a quê? — A situação é má e isto já vem de longe — esclareceram os camaradas. — Mas primeiro é necessário lembrar que a «Barreiros» é propriedade, em mais de 70 por cento, da «Guérin», tendo a «Volkswagen de Portugal» e a «Crysler de Portugal» 10 por cento cada das acções. Estas empresas são também proprietárias de parte dos mesmos donos da «Guérin».

montagem, já que eles modificam a bel-prazer as previsões que fazem, e os preços que impõem à «Barreiros» são abaixo dos custos reais! — Quer dizer que a «Barreiros» foi organizada para servir de fachada? — «A «Barreiros» nunca deu lucro nem foi feita para isso, mas sim para cobrir as outras empresas e arranjar lucros na parte comercial. E hoje os trabalhadores estão em risco de perder os postos de trabalho. A má gestão da empresa fez com que, só de Janeiro a Junho de 1978, se tivessem de pagar, em encargos de juros à banca, 3600 contos! Neste momento o que os donos querem é o despedimento. Não querem acabar com a empresa que lhes virá ainda a poder servir neste joga. Havia um projecto de reconversão, feito por um técnico, em 1976, de fabricação de correntes navais, a que a gerência nunca ligou. Esse projecto será para uma nova sociedade à qual a «Barreiros» arrendará as instalações. Mas o início deste projecto, para o qual transitará parte da mão de obra, prevê-se para Agosto. — E entretanto os trabalhadores não recebem... — A falta de pagamento destes meses é quanto a nós uma tática de fundo político. Visa saturar os trabalhadores e empurrá-los para fora da empresa. Apesar de a CT e a Direcção da fábrica terem conseguido um acordo com a RN para reparação de viaturas, um administrador, que prometera nesse caso desbloquear a situação bancária, diz hoje que mesmo assim não pagará aos trabalhadores, às casas de quem a miséria já está a chegar. Há os que não almoçam porque não têm almoço, há gente já a pedir para sustentar os filhos, gente com ameaças de acções de despejo. Há até casos de trabalhadores que se despedem, porque, nesse caso, a empresa já paga os meses em atraso... — Puxem fogo à empresa que resolvem o problema? diz o administrador Miranda Barbosa aos trabalhadores. Ou: «Façam queixinhas ao Ministério do Trabalho que a gente não se importa», dando a ideia de que têm as costas quentes. Para os trabalhadores que é uma situação insustentável.

— De então para cá a situação agravou-se? — Agravou, apesar de os trabalhadores terem sempre tentado desbloquear a situação. Mas em 1978 o Conselho de Gerência violou uma acta assinada em fins de 1977 sobre o pagamento, ainda em dívida, dos retroactivos das Portarias de 75 e 77. Cerca de 12 mil contos são devidos aos cerca de 400 trabalhadores. Alegaram dificuldades na obtenção de empréstimos na CGD e no Banco de Fomento. Mas averiguou-se que nem sequer os tentaram obter.

Em Junho de 1978 estávamos apreensivos com a baixa produção e com as dívidas da empresa. E propusemos que fossem resolvidas três questões: Resolver o conflito entre a empresa e os bancos — não são pagos os juros de empréstimos pedidos por volta de 1970, dinheiro que não foi entregue na empresa e que se pensa ter transitado para a «Guérin»... (Este conflito obrigava a que 10 por cento de cada letra metida no banco ficasse para ele como amortização dos juros. Ora os clientes pagam em letras). Resolver ainda que esses pagamentos dos clientes que afinal são os próprios donos da empresa — a «Guérin», a «Crysler» e a «VW», fossem modificados. E resolver finalmente que os clientes/donos da empresa assinassem contratos de responsabilidade de de

— Não era verdade. A CT da altura veio a saber que encomendas havia-as, mas a administração desculpava-se aos clientes dizendo que os trabalhadores não queriam trabalhar... — No entanto hoje o sector está em crise... — Os trabalhadores têm consciência da crise do sector e ao longo do tempo vieram apresentando propostas de reconversão a que a direcção respondeu sempre pela inviabilidade. Em Agosto de 1976 foi apresentada uma proposta escrita ao Conselho de Gerência e à Comissão para o Sector Automóvel. Apontávamos um projecto de montagem de «Vespas», com 60 por cento de incorporação nacional, prevendo-se mesmo que mais tarde essa percentagem subisse. E apresentávamos uma série de ideias a estudar — motores e equipamentos para o Sector

Pelo trabalho na Schimming

Muitas dezenas de trabalhadores da Schimming, empresa têxtil da Via Rápida, no Porto, concentraram-se na tarde de segunda-feira junto das instalações para reclamar a sua reintegração, uma vez que aquela unidade fabril vai reiniciar a laboração, depois de ter estado encerrada dois anos.

trabalhadores, o que veio a verificar-se. Os gestores do BPA cortaram o crédito à empresa para forçarem a sua paralisação ocorrida em Janeiro de 1977. Em Julho do mesmo ano, o BPA pedia a declaração de falência, após a venda das máquinas em hasta pública. O negócio foi «lão bem feito», que, sem os equipamentos terem saído das instalações, o intermediário que os adquiriu, em vendê-los dias depois, embolsou a meiga quantia de 6000 contos de lucro. Os procuradores do senhor Schimming acabaram por pôr a empresa em funcionamento.

depois de o BPA ter evitado que a mesma fosse vendida a industriais portugueses com garantia dos postos de trabalho. Os trabalhadores estranharam a presença de um forte contingente policial junto da Schimming quando lá se encontraram em luta pelos seus direitos e pela reintegração na empresa. Se alguém há a «meter na ordem» não são os trabalhadores, mas quem, neste caso, lesa os seus direitos. E para tal, tendo em conta as circunstâncias que têm rodeado esse negócio escandaloso, nem é preciso a Polícia. Um oficial de diligências basta.

CTs em debate

É já no próximo sábado, dia 10, na Parry & Son, em Caslhas, que um grande encontro de trabalhadores concluirá a ponte final da discussão colectiva dos três projectos de lei apresentados na Assembleia da República sobre Comissões de Trabalhadores (CTs). Esse encontro, que resulta de um direito constitucional conquistado pelas classes trabalhadoras e que tão atacado tem sido, é organizado, assim como o amplo debate que o precedeu, pelas Cintas Industriais de Lisboa e de Setúbal

(CIL e CIS). De interesse concreto e imediato para os trabalhadores organizados nas empresas, o debate e os seus resultados incidem substancialmente no controlo de gestão, no direito de forma de votar, na ingerência de entidades ou pessoas estranhas às CTs na sua actividade e em outros direitos dessas estruturas organizativas, que já foram alvo das arbitrariedades do Governo MP/PPD no que respeita à Função Pública. Há três projectos em discussão.

Um é da autoria do Grupo Parlamentar do PCP. Os outros são subscritos pelo PS e por um grupo de deputados independentes. O projecto do PCP vai reconhecendo ao encontro das propostas e sugestões feitas pelos trabalhadores. Garante a auto-organização sem ingerências e salvaguarda os direitos conquistados pelos trabalhadores no que respeita, designadamente, ao controlo de gestão.

Câmaras contra novo horário do «Pão de Açúcar»

A decisão arbitrária e ilegal do Governo Mota Pinto autorizando a abertura, ao sábado à tarde, das lojas da rede de supermercados «Pão de Açúcar», suscitou o mais vivo repúdio dos que trabalham naquela monopólio internacional, de pequenos e médios comerciantes e das autarquias locais onde os referidos estabelecimentos estão situados. O despacho governamental que concede a benesse aos patrões do «Pão de Açúcar», põe não só em causa o direito dos trabalhadores à semana inglesa e a sobrevivência das pequenas e médias empresas comerciais, como infringe claramente a legislação em vigor, que atribui às autarquias locais a competência de estabelecer os horários de funcionamento do comércio. Isto mesmo foi denunciado no passado sábado, em Conferência de imprensa, pelos presidentes das Câmaras Municipais de Setúbal, Barreiro e Almada, e ainda representantes das Associações de Comerciantes de Setúbal, Barreiro e Moita e do Sindicato dos Trabalhadores de Comércio do Distrito de Setúbal.

Açúcar» pelo seu direito, adquirido, à semana inglesa. Nas paralisações que se repetiram no passado sábado as adesões foram bastante significativas. Em Setúbal, por exemplo, apenas vinte e três pessoas furaram a greve, enquanto na loja da Cova da Piedade as adesões foram da ordem dos 60% e de 65% nos estabelecimentos da Boavista e Gaia, na zona do Porto. Estes números são ainda mais significativos, se se tiver em conta o clima de repressão criado na empresa, nomeadamente com ameaças de despedimento. A actuação do actual Governo, desautorizando o poder local e recorrendo à ilegalidade para privilegiar o monopólio brasileiro desmascara bem a política dos «operadores económicos» do PPD, que tentam encher ainda mais as algibeiras dos donos do «Pão de Açúcar» à custa dos pequenos e médios comerciantes e da exploração dos trabalhadores. O despacho MP/PPD é inconstitucional e deve ser revogado sem demora.



O Congresso de Todos os Sindicatos foi preparado em milhares de reuniões abertas a todos os trabalhadores. Na foto, uma delas, realizada no Instituto Superior Técnico em 28 de Dezembro de 1976

Lembremos um Congresso e uma verdade que perdura

O Congresso de Todos os Sindicatos, poderosa realização da unidade, foi há dois anos. Durante quatro dias (27 a 30 de Janeiro) e após preparação demorada por todo o país, os trabalhadores sindicalizados estavam legitimamente representados no Congresso. Há dois anos, como hoje, provava-se, na prática da democracia sindical, que uma forte organização de classe, como é a CGTP-IN, não tem qualquer interesse em acolher o sectarismo (e combate-o) dentro dela. Pode abrir, como abre, as suas portas a todos os trabalhadores. O Congresso de Todos os Sindicatos

demonstrou, e os últimos dois anos confirmam, a abertura total do Movimento Sindical Unitário e a sua inserção democrática nas massas trabalhadoras. A última mascarada divisionista no Porto, à qual os seus promotores chamaram «Congresso da UGT», ainda mais acentuou, por contraste, essa realidade. O arbítrio, a actuação sem princípios, o desprezo pelas regras mais comuns da vida democrática marcaram essa encenação amarela. Mas, ao mesmo tempo, serviram para tornar ainda mais visível por que lado se consolidava e reforçava a democracia.

Uma solução para a MDF

«A MDF vive actualmente os seus momentos mais graves de crise económica-financeira. Nunca os trabalhadores tiveram tanta consciência de que a situação da sua empresa não poderá continuar a manter-se assim por muito mais tempo. Há que encontrar uma solução urgente e realista», afirmam os secretários das Células do PCP na Metalúrgica Duarte Ferreira (MDF) das regiões de Lisboa, Tramaçal e Porto. A Comissão Administrativa, que conhece a situação da

empresa, deixa agravar as dificuldades. Quer assim criar as condições para o regresso do patronato. Mas a empresa continua a ser viável sem os patrões. Os trabalhadores perguntam por que razão, havendo propostas nesse sentido, não se aproveitam as capacidades técnicas e humanas da empresa. Por que razão não se investe? Por que razão não se reestrutura?

Lutas e Tarefas

Bancários, UGT e salários — O secretariado da comissão distrital de Lisboa dos delegados sindicais dos bancários acusa a direcção do seu Sindicato de ter participado no «Congresso» da UGT à «revelia dos trabalhadores» que não foram ouvidos sobre qualquer documento que os corpos gerentes tenham levado ao Porto. O secretariado realista, por outro lado, que a direcção «perdeu toda e qualquer credibilidade sindical», nomeadamente «ao permitir aos conselhos de gestão de instituições de crédito uma aplicação de desuniforme e arbitrária do CCT e ao não pugnar pela reestruturação da banca, único meio de garantir a segurança e estabilidade de emprego dos trabalhadores bancários». Entretanto, o Organismo de Direcção dos Trabalhadores Bancários de Lisboa do PCP apela a uma grande participação na revisão salarial através da estrutura do Sindicato.

Novas Uniões — No próximo sábado, dia 10, os Sindicatos representativos dos trabalhadores, criados Uniões sindicais nos concelhos de Águeda e S. João da Madeira. Serão discutidos e aprovados os Estatutos e eleitas as respectivas comissões instaladoras.

Contra os 18 por cento — O Secretariado Nacional da CGTP-IN, em reunião com o ministro do Trabalho, manifestou a sua «discordância e oposição» perante o decreto-lei que reduz os aumentos salariais a 18 por cento. A CGTP-IN «releu» o facto de, mais uma vez, o Governo ter utilizado uma política de facto consumado, não considerando as posições do Movimento Sindical, furtando-se à discussão com os seus representantes, ocultando aos trabalhadores o texto do projecto do novo diploma, antes de o mesmo ser aprovado» e violando, inclusivamente, o «direito que assiste aos trabalhadores de, através das suas organizações, participarem na elaboração das leis de trabalho». O decreto-lei é inconstitucional.

Aquelas Câmaras e associações de classe exigiram do Governo a imediata anulação do referido despacho dos Ministérios do Comércio e Turismo, e denunciaram a forma e o conteúdo do mesmo e inconstitucional como o Governo está a protoger o «Pão de Açúcar», aumentando a exploração dos trabalhadores, pondo em causa a sobrevivência de centenas de empresas e liquidando milhares de postos de trabalho. Durante a Conferência de imprensa foi ainda denunciada a tentativa do Governo para desacreditar os órgãos autárquicos, dando ordens à PSP não só para actuar quando solicitada pelas Câmaras como garantindo que a Polícia actuará para proteger a abertura daquelas lojas, em desrespeito pelos editais camarários. Esta prepotência do gabinete Mota Pinto foi igualmente repudiada pela Câmara Municipal do Porto. Prossegue entretanto a luta dos trabalhadores do «Pão de

A CGTP-IN e a ameaça do imposto — «Sem que se proceda a uma reforma fiscal no sentido da criação de um imposto único, conforme aponta a Constituição, só por demagogia se poderá falar em

Um comício de unidade e determinação

«Aqui, lá dentro, parecia o verão — comentavam, entre si, dola homens, à saída do Pavilhão dos Desportos, enquanto vestiam as suas guardiãs para enfrentar a chuva que, na rua, caía forte. Mais uma vez o recinto desportivo do Parque Eduardo VII foi diminuído para conter os milhares de isboetas que ali acorreram para o comício promovido pela Organização Regional de Lisboa do PCP e no qual falou o camarada Álvaro Cunhal, cujo discurso publicamos noutro local. Nem o mau tempo e a chuva constante, nem o facto de se realizar na véspera de mais um dia de trabalho foram factores de demobilização. Muito antes da hora aprazada para o início, já a sala, desta vez profusamente decorada, se encontrava cheia. No exterior, o habitual bulício que antecede qualquer comício promovido pelos comunistas. O «Avante!» e outras publicações do Partido eram vendidas por inúmeros militantes. Recolhiam-se fundos, vendiam-se autocollantes, angariavam-se assinaturas contra o desemprego juvenil. No grande átrio do Pavilhão as pessoas sacudiam os respingos da chuva, despiam os agasalhos, reconheciam amigos que já não viam há muito, trocavam impressões, enquanto

outras, em locais determinados e, com o olhar atento, procuravam o amigo que tardava ao encontro combinado. Um recinto repleto Na sala ouviam-se já as palavras de ordem. O ambiente era de confiança e firmeza. A sessão de canto livre em que participaram Barata Moura e José Jorge Letria foi pretexto para os milhares de pessoas reafirmarem a continuidade da sua luta pela defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo português. Poucos minutos depois das nove horas já se revelava quase impossível entrar na sala. As portas apresentavam, então, grandes aglomerações que não se desfaziam. Como pedir licença para passar se o companheiro da frente também não conseguia avançar? Mesmo assim tentava-se. Num momento político difícil os trabalhadores e o povo de Lisboa responderam procurando conhecer a posição do Partido Comunista para a resolução da crise, já que as soluções da direita são conhecidas todos os dias, tanto com os aumentos dos transportes, da gasolina e outros combustíveis, tanto com o aumento dos géneros alimentares para apenas falar de uma pequena parcela de um rol bem extenso. Por isso mesmo o discurso do

secretário-geral do PCP foi seguido com a maior atenção por parte de todos os presentes. Alguns acenavam a cabeça manifestando a sua concordância com as afirmações proferidas. Noutros casos era a sala em peso que sublinhava o discurso manifestando ruidosamente o seu repúdio por esta ou aquela figura política citada ou por esta ou aquela iniciativa de recuperação capitalista anunciada. Mas a alegria não esteve ausente. Ela revelou-se abertamente ao serem anunciadas recentes vitórias do movimento sindical unitário (caso das eleições para o sindicato dos Professores do Centro e para o Sindicato da Hotelaria do Sul), confirmando a confiança no sucesso da luta dos trabalhadores e de todos os democratas. O mais democrático... Os camaradas Domingos Abrantes, do Secretariado do CC, Dias Lourenço, da Comissão Política do CC e Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política do CC ocuparam, juntamente com os camaradas do Executivo da Organização Regional de Lisboa, a mesa que presidiu ao comício. Coube ao camarada Abílio Lopes Martins, membro do CC, saudar a assistência e anunciar os oradores. A primeira e única intervenção que antecedeu o discurso do camarada Álvaro

Cunhal foi feita pela camarada Rosa Rabalhas, membro do Comité Central. Centrando a sua intervenção na ofensiva divisionista contra o movimento sindical unitário, a oradora recordaria que nas eleições sindicais realizadas em 1977 e 1978, num total de 240, as listas unitárias venceram em 184. Neste dois anos — prosseguiu — os divisionistas foram afastados das direcções de 46 sindicatos. Desde o Congresso de Todos os Sindicatos aderiram à CGTP/Intersindical Nacional 29 sindicatos, contando actualmente com 223 filiados, representando 1 700 000 trabalhadores. Após se ter referido à constituição da central sindical amarela e aos apoios que conta entre o grande capital e o patronato, estabeleceu um paralelo entre a prática de trabalho democrático seguido pela CGTP/Intersindical Nacional e a propalada «democracia» da chamada UGT: na preparação do Congresso de Todos os Sindicatos, em Janeiro de 1977 — afirmou a camarada —, realizaram-se, durante 45 dias, 4337 reuniões. Foram distribuídos dois milhões e oitocentos mil exemplares de teses, às quais foram feitas 2871 propostas de alteração. Os 1147 delegados ao

Congresso, eleitos em amplas assembleias gerais, representavam 271 sindicatos num total de 1 689 424 trabalhadores. Para o congresso fantasma da UGT, autodenominado o mais democrático dos últimos 50 anos (gargalhada geral que ecoou pela sala), os trabalhadores não só não discutiram previamente qualquer documento, como no próprio congresso a sua apreciação foi remetida para os chefes. Estranha democracia esta, em que, para além do já referido, há acrescentar o facto de os delegados ao pseudocongresso não terem sido eleitos, mas sim nomeados e em muitos casos nomeados pelos partidos que apolam a UGT (PS/PPD/CDS).

A terminar e depois de salientar que em relação à acção divisionista conduzida pela UGT seria errado e perigoso subestimarmos os perigos que ela encerra, os fortes apoios nacionais e internacionais com que conta, a intensa campanha de propaganda que lhe serve de suporte, sublinhou ainda: Mas não devemos ignorar esta outra verdade: o movimento sindical unitário, os trabalhadores unidos e organizados em torno da sua central — a CGTP/Intersindical Nacional — têm força suficiente e conseguirão anular e desfazer mais esta tentativa divisionista.



DISCURSO DO CAMARADA ÁLVARO CUNHAL

A reacção fala agora muito no "país real". Tendo-se apoiado ilegalmente da maior parte dos meios de comunicação social do Estado, a reacção procura, através do monopólio da informação, fazer crer que o "país real" é a própria reacção e que a política dos governos tem por isso que ser reaccionária.

Nos pensamos também que a política dos governos deve ter em conta o "país real". Mas o "país real" não é (e lutaremos para que nunca venha a ser) aquele que afirma a reacção.

O "país real" é o país das nacionalizações e da Reforma Agrária e não o país dos monopólios e dos latifundiários, dos Mellos, Champalimauds, Espírito Santos e C.ª.

É o país das liberdades conquistadas pelo 25 de Abril e não o país da opressão e do terror fascista. É o país em que o povo quebrou as cadeias da ditadura e não um país que queira de novo ser acorrentado. É o país do 25 de Abril e não o país do fascismo.

Este é que é o "país real" — e por isso está condenada ao fracasso uma política que queira destruir o Portugal de Abril.

Uma tal política não resolverá nenhum dos grandes problemas nacionais.

Porque o não resolveu, fracassou o Governo PS sozinho aliado de facto à direita. Fracassou o Governo PS/CDS. Fracassará também o Governo Mota Pinto/PPD.

A política capaz de resolver os graves problemas nacionais existentes tem de assentar nas novas realidades políticas, económicas e sociais criadas pela Revolução e não no propósito de destruí-las.

O que Portugal precisa não é de um governo reaccionário e de uma política reaccionária, mas de um governo democrático e de uma política democrática.

Este objectivo será alcançado. A reacção tem força, mas o povo unido em torno dos ideais democráticos tem incomparavelmente mais.

A reacção reconquistou importantes posições? Sim, reconquistou. Conseguiu instalar-se no próprio Governo? Sim, conseguiu.

Mas o movimento operário, popular e democrático é vastíssimo e poderoso. Não pomos qualquer dúvida em que a grande maioria do Povo português está com o Portugal de Abril. Por muito difíceis que sejam os tempos presentes, a vitória é difícil mas será nossa.



O camarada Álvaro Cunhal quando, na tribuna, proferia o discurso que transcrevemos na íntegra



Houve quem trouxesse os miúdos. Já não eram horas de continuarem a pé. Mesmo assim havia que escolher. E as crianças puderam descansar sob o olhar entenecido de alguns participantes...

1- O ataque global da reacção e o Governo Mota Pinto

O Comité Central do nosso Partido, na sua reunião do dia 15 do mês passado, concluiu que se verificou uma nova mudança significativa na situação política portuguesa.

Se até recentemente se tinham desenvolvido ofensivas mais ou menos violentas visando a recuperação de posições pelo grande capital, pelos latifundiários e pelo imperialismo, agora a reacção lança um ataque global contra o regime democrático, visando a sua liquidação e a instauração de uma nova ditadura a médio prazo.

Naturalmente que a recuperação de posições (de fábricas, de empresas, de terras, das riquezas) continua a fazer parte (e fundamental) da política e da ofensiva da reacção.

Mas, ao contrário do que sucedia até recentemente, agora a liquidação do regime democrático é indelével, franca e clinicamente como o fim a atingir.

As forças em movimento são numerosas, diversas e por vezes contraditórias. Abarcam fascistas puros, partidos da reacção, organizações do grande patronato, teóricos mercenários e numerosos órgãos de comunicação social, disciplinadamente orquestrados para dar a ideia de um grande e irresistível movimento de opinião.

Significa isto, que se esteja concretizando o perigo de um golpe fascista, um golpe de força, um golpe militar, para instaurar uma nova ditadura?

Não, camaradas, não o pensamos.

Há, certamente, por aí fascistas e conspiradores. Continua a haver quem pense em golpes militares e quem sonhe com eles.

O sr. António Champalimaud, por exemplo, é duma louável franqueza.

Numa recente entrevista ("O País" 19/1/79) fez esclarecedoras declarações.

Declarou, por exemplo, que não está interessado em retomar as suas actividades em Portugal enquanto existir a democracia e estiver em vigor a actual Constituição, o que mostra que, pelo menos neste ponto, há perféito acordo entre o sr. Champalimaud e o Povo português, pois, se o sr. Champalimaud não está interessado em vir, o Povo português está interessado em que não venha. E quando lhe observarem que os seus

planos equivaliam a um golpe de Estado, respondeu irado: "Pois que se faça!"

Mas não basta, porém, o desejo, nem a vontade, nem o dinheiro do sr. Champalimaud para que um golpe se faça e vença. E estamos convencidos de que se alguém impaciente se atrever a tentar um golpe, a reacção pagará o atrevimento com uma pesada derrota.

Está em curso um ataque global visando a liquidação do regime democrático. Mas o golpe de Estado que se prepara (pelo menos neste momento) não é o clássico *putsch*, mas uma operação muito mais complexa e ambiciosa.

É necessário que os portugueses tenham uma clara noção de como se está a desenvolver o plano reaccionário e de quais são as suas grandes linhas de ataque.

As forças reaccionárias procuram restaurar no mais curto espaço de tempo as formas mais brutais de exploração capitalista, com a baixa dos salários reais, a atribuição de indemnizações monstruosas e a garantia de lucros crescentes aos capitalistas e agrários, de forma a reiniciar em ritmo acelerado o processo capitalista de acumulação, centralização e concentração que apresse a restauração dos monopólios.

Procuram apressar a obra de destruição ou inviabilidade das nacionalizações e da Reforma Agrária e de reentrega das riquezas e recursos nacionais a uma oligarquia financeira.

Procuram instaurar na prática governativa uma situação de facto anticonstitucional, com violações sistemáticas dos preceitos constitucionais e da legalidade democrática e limitações inconstitucionais dos direitos e liberdades dos cidadãos.

Procuram levar a cabo uma grande depuração do aparelho do Estado, saneando democratas assaltando postos-chave, tomando conta das alavancas de direcção e controlo.

Procuram eliminar das Forças Armadas o espírito do 25 de Abril, visando a substituição das Forças Armadas garantidas da democracia por Forças Armadas garantidas dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários.

Procuram agravar os laços de dependência de Portugal em relação ao imperialismo para tomar mais prementes as pressões

e ingerências externas contra o regime democrático que o Povo português criou e contra a opção socialista de Portugal.

Procuram impedir a realização de eleições democráticas e preparar os instrumentos (incluindo uma nova lei eleitoral) para que futuras eleições sejam novas mascaradas de tipo marcelista.

Procuram, finalmente, como objectivo para que convergem todos os outros, uma revisão inconstitucional da Constituição, que corresponderia, sem parecer sê-lo, a um autêntico golpe de Estado.

Onde se situa o Governo Mota Pinto/PPD em relação a este ataque global?

Os factos mostram que o Governo Mota Pinto não pode considerar-se como uma realidade estranha ao ataque global da reacção contra o regime democrático, antes pelo contrário tem de considerar-se como sua parte integrante.

Em cada acto do Governo é fácil observar como se insere nas grandes linhas de ataque da reacção.

Prosseguindo e ampliando a política de "pacotes", o Governo prossegue a galopar dos preços de artigos de primeira necessidade e anuncia aumentos de rendas de casa, de transportes, e de combustíveis, ao mesmo tempo que declara um limite máximo (18%) para o aumento anual dos salários nominais (inferior ao previsível aumento dos preços) e anuncia a criação de um novo imposto para pagar o défice do Orçamento Geral do Estado, esquecendo que o próprio anúncio de um tal imposto é inconstitucional uma vez que nos termos do art. 167, al) da Constituição, é da exclusiva competência da Assembleia da República legislar sobre a "criação de impostos e sistema fiscal".

(O Governo e diversas forças políticas procuram passar por cima da Constituição, fingindo ignorá-la ou esquecê-la. Mas nós temos o cuidado de lembrar as suas disposições que são obrigatórias para todos os portugueses, a começar pelo Governo).

O Governo prossegue a arbitrariedade e legal acatuação do MAP contra a Reforma Agrária restaurando latifúndios, concedendo reservas ilícitas, tirando aos trabalhadores gados, máquinas e produtos agrícolas, impedindo a venda da cortiça e causando assim prejuízos imensos aos trabalhadores e à economia nacional.

O Governo prossegue em série a restituição escandalosa de empresas intervenionadas ao patronato sabotador, admitindo iniciativas económicas e financeiras que violam os princípios constitucionais relativos às nacionalizações, e anuncia a próxima nomeação de novos conselhos de gestão da banca da sua confiança política (o que significará minar ainda mais profundamente por dentro a banca nacionalizada e o sector nacionalizado no seu conjunto e promove ou tolera negociações em curso para venda de participações do Estado mesmo quando maioritárias).

O Governo atenta contra as liberdades dos cidadãos, restringindo ilegalmente o direito de organização das Comissões de Trabalhadores atenta contra o controlo de gestão, faz saneamentos e depurações no aparelho do Estado e no assalto que acaba de praticar aos meios de comunicação social, dá um exemplo do abuso antidemocrático da autoridade.

Pela sua fórmula que não corresponde às exigências constitucionais (maioria na Assembleia da República e correspondência com os resultados eleitorais) pela sua orientação, pela sua prática, o Governo Mota Pinto traduz já uma situação anticonstitucional que se insere no ataque global da reacção contra o regime democrático.

Com uma tal política, que traduz a continuação e o agravamento dos traços negativos da política dos governos anteriores, o Governo provoca inculcáveis sofrimentos ao nosso povo e sérios danos ao nosso país, mas não só não resolverá um único dos grandes problemas nacionais como os agravará a todos.

O PCP, certo de interpretar os interesses e aspirações da maioria dos portugueses, luta e lutará para que o actual Governo e a actual política sejam substituídos por um governo e uma política que sirvam realmente o povo e o País, por um governo democrático com uma política democrática, governo e política inspirados pelos interesses e o bem-estar do povo, a consolidação da democracia e garantia de Independência nacional.

A reacção desenvolve o seu ataque. A acção do Governo Mota Pinto/PPD integra-se nessa vasta operação contra a democracia portuguesa. Mas o povo cortará o caminho à reacção e saberá defender e construir um Portugal democrático, livre e independente.

2- A aliança do PS com a direita e a unidade dos democratas

Pode afirmar-se que, se as forças reaccionárias recuperaram posições no Governo e no aparelho do Estado, na economia, nos meios de comunicação social, isso não se deve tanto à sua força efectiva, mas às progressivas cedências, às concessões, às capitulações e às alianças de forças e sectores que apareceram com papel de relevo na jovem democracia portuguesa.

Todos sabem a persistência com que temos lutado e continuaremos lutando pela unidade das forças democráticas, designadamente de comunistas e socialistas, a persistência com que insistimos na necessidade de aproximação, entendimento e acção comum.

Esta atitude não invalida, porém, o facto (que actualmente muito poucos contestam) de que a reacção não teria avançado o que avançou, se o PS, grande partido democrático, se não tivesse aliado a ela. Se o PS não se tivesse aliado à reacção, se não tivesse aliado à direita. Se o PS que se afirmava partido dos trabalhadores, se não tivesse tomado o partido dos "pacotes" e do agravamento das condições de vida de quem trabalha. Se o PS, partido de tradições antifascistas, não passasse a acompanhar as forças reaccionárias no coro anticomunista. Se o PS que jurava o propósito de construir o socialismo, se não tivesse tomado o partido da recuperação capitalista, latifundiária e imperialista, visando a restauração do poder económico e político dos monopólios (associados ao imperialismo) e dos latifundiários.

O PS tem inapagável responsabilidade histórica pelo avanço da reacção. O PS fez pagar caro aos trabalhadores e à democracia portuguesa a sua política de aliança com a direita ao serviço do grande capital. Mas o PS pagou e continua a pagar bem caro a sua própria política. Afastado do Governo, ultrapassado pela direita, saneado de numerosas posições no aparelho de Estado, o PS, que ainda não há muito se orgulhava de ser a "chameira" da situação política, debate-se agora dificilmente para manter um lugar ao sol.

Pode perguntar-se, camaradas, se os dirigentes do PS tiraram a lição

dos acontecimentos. Compreenderam os dirigentes do PS que a sua política que, conforme diziam, tinha em vista rectificar "excessos" e "avagares", se tornou a política e a bandeira da própria reacção contra o regime democrático?

Compreenderam os dirigentes do PS que a direita se serviu deles enquanto pensava precisar deles, para depois os ultrapassar e lançar às urtigas quando viu que os podia dispensar?

Não, parece não terem compreendido.

Os dirigentes do PS insistem na sua opção de classe: estão com os capitalistas e com os agrários contra os trabalhadores e as classes e camadas laboriosas.

Insistem na sua política de alianças: estão com a direita contra a esquerda, com os partidos reaccionários contra as forças democráticas, designadamente contra o PCP.

Se o Governo Mota Pinto/PPD passou, ao PS o deve. Se o Governo Mota Pinto/PPD leva a cabo a sua política de direita é porque a política do PS não difere muito da de Mota Pinto e porque o PS continua a colaboração e a aliança com o PPD, com a direita, com o capital, contra os trabalhadores, contra o movimento operário e popular.

E além dessa colaboração pontual, é de recar se estejam a tramar nos bastidores e nas costas do povo novos casamentos contra-natura, novos arranjos e novas parilhas do poder.

O Povo português tem o direito de saber o que combinam os partidos nos bastidores.

Tem o direito de saber, por exemplo, depois de o secretário-geral do PS ter escrito e defendido com energia verbal na "Acção Socialista" (25/1/79) que o Governo tem a obrigação de cumprir a Lei das Finanças Locais e de ter afirmado que se o Governo o não fizesse se tornaria "cómplice de uma verdadeira conspiração contra o poder local", se depois disto vai haver uma negociação do PS com o Governo para que este leve a cabo a "referida conspiração" sabotando na prática a aplicação da lei.

Tem o direito de saber também, por exemplo, se o PS vai actuar na

Assembleia de acordo ou em coincidência com o PCP para que a lei eleitoral se conforme com as objeções da Comissão Constitucional e seja rapidamente aprovada, ou se vai cozinhar com o PPD e o CDS qualquer esquema de voto obrigatório que viole o princípio do direito e da liberdade de votar.

Tem o direito de saber se à sombra do Governo Mota Pinto estão em curso negociações entre o PS e o PPD para a formação de um "bloco" de direita, planeando a partilha do poder, do aparelho do Estado, de pastas, de postos e de postas, ou se o PS se opõe realmente à política do Governo, não apenas com palavras demagógicas pronunciadas de vez em quando, mas nas actos de cada dia.

Como toda a gente sabe, mas alguns pretendem fazer esquecer, existe na Assembleia da República uma maioria de deputados do PS e do PCP.

Um entendimento de comunistas e socialistas na Assembleia da República seria suficiente para aprovar leis democráticas, impedindo a continuação de medidas fortemente antipopulares, das arbitrariedades, ilegalidades, acções inconstitucionais e violências do Governo Mota Pinto ou de qualquer outro governo.

Também nas autarquias, a unidade dos comunistas e socialistas poderia permitir a defesa eficiente dos interesses das populações.

Mas também nas autarquias o PS continua a sua política de aliança com a reacção contra as forças democráticas.

Quem não tem ainda presentes as recentes eleições na freguesia de Fanhões? Quem se não lembra de que o PS conduziu uma campanha com palavras de ordem democráticas, aparentemente contra a reacção? Quem se não lembra que com essa campanha o PS ganhou votos e o PPD os perdeu? Quem não se lembra também que a APU alcançou uma grande vitória obtendo 46,7% dos votos e só não alcançando a maioria absoluta pela diferença de um voto?

E o que sucedeu depois?

Viu-se que o PS, em vez de procurar um acordo com a APU para uma gestão democrática, pôs-se de acordo com o PPD.

Se o PS quer continuar a fazer a política do grande capital e a aliança à reacção, tem todo o direito de fazê-lo, mas tem também a obrigação de declarar-lhe aberta e claramente ao Povo português, designadamente aos seus militantes e eleitores, pois é tempo de acabar com uma prática que consiste em ganhar votos com promessas de esquerda para depois realizar uma política de direita.

A democracia portuguesa está interessada em que os planos de reacção sejam derrotados.

Está interessada em que as forças democráticas, em futuras eleições, continuem a ser maioritárias.

Não está interessada no afundamento do PS, para que, sobre as ruínas da sua organização e do seu eleitorado, apareça a cavalgar o PPD.

Mas o PS que interessa à democracia é um PS antifascista, um PS democrático, um PS defensor dos interesses da população laboriosa, um PS defensor do Portugal de Abril e não um PS aliado às forças de direita, um PS ao serviço do grande capital, um PS cooperando pelo silêncio, o seu apoio tácito, ou a sua colaboração efectiva, na ofensiva global que visa a liquidação da democracia portuguesa.

Pela nossa parte procuramos e procuraremos em toda a parte uma aproximação, o entendimento e a acção comum de todos os democratas e patriotas, designadamente de comunistas e socialistas.

E daqui quero saudar calorosamente os socialistas e todos aqueles que, independentemente do partido ou quadrante político onde se encontram, compreendem os perigos que pesam sobre o regime democrático, compreendem a necessidade da firme defesa dos interesses do povo contra o ataque das minorias privilegiadas, sabem vencer vinhos preconceitos e dúvidas nascidas do anticomunismo e concluem finalmente pela necessidade de se unirem aos comunistas numa luta que é comum, com objectivos que são comuns.

Participação no Pavilhão dos Desportos



Quando terminou o comício, a hora já tardia para os que apressadamente saíram do pavilhão em direcção aos transportes públicos, no ambiente entusiástico que caracterizou o decorrer desta iniciativa e que caracteriza sempre o final destas grandiosas demonstrações de confiança no Partido, abordámos alguns dos participantes.

As perguntas eram: que pensas da oportunidade do comício, que pensas do discurso e da situação actual?
Nem todos os que nos responderam eram comunistas.

● **Amílcar, bancário, 37 anos:**
Foi um discurso actual sobre o acontecimento, um discurso que dá uma panorâmica geral do que se está a passar neste momento no país...

● **Edite, técnica:**
Viemos dos arredores de Lisboa e por isso já chegámos tarde. Tivemos que deixar os miúdos. Já quase não conseguimos ouvir o discurso. Mas estes comícios têm sempre interesse e nós participamos sempre. Não somos militantes do Partido, somos simpáizantes e colaboramos sempre...

● **Carlos Alberto Jesus Trilhó, operário, 50 anos:**
Sou militante do Partido nas louças de Sacavém. Acho que foi óptima a ideia do comício. Foi bom ter-se falado neste problema, na política do PS em relação aos trabalhadores, ao custo de vida, à Reforma Agrária. Toda esta política se pode «agradecer» ao Governo PS que lhe abriu as portas. A gente só consegue levantar este país com os trabalhadores e não com os despedimentos...

● **Henrique Pinheiro, operário de mármore, 52 anos:**
Todos estes pontos sobre que o camarada Álvaro falou, os

comunistas sabem. Mas isto tem muita importância. Mas devia ser ouvido por muito mais gente. Isto é pequeno para tanta gente. Tive dificuldade em vir, com um filho no Hospital mas lá consegui vir.

● **Carlos Costa, empregado do comércio, 51 anos:**
Devia haver era mais comícios e em recintos maiores que as pessoas estavam ali apertadas. O que se disse foi a verdade. «Eles» sabem e não gostam. Se «eles» pudessem, travavam isto tudo.

● **Françisco Filipe, empregado de escritório, 20 anos:**
A realização do comício nesta altura foi muito importante, no seguimento da Reunião do Comité Central que fez uma análise bastante profunda da situação e das respostas que o Partido tem que dar a esta situação. O comício veio reafirmar a influência do Partido e é de assinalar o grande número de jovens que se vêm aí. Vem ali a fornecer, com as suas intervenções dos camaradas, uma clarificação e permitir que os camaradas e amigos que aqui vieram tenham mais argumentos para esclarecer os seus companheiros de trabalho.

● **Esperança Trindade, doméstica, 51 anos:**
Quanto ao comício, achei estupendo, achei que foi muito própria a altura por tudo quanto se está passando — porque temos um governo da direita, a reacção está a avançar e a tentar voltar ao 24 de Abril. Faremos o possível para que tal não aconteça. Estou muito preocupada pela situação. Mas isto não vai voltar para trás.

● **Ana da Concelção Hermenegilda, doméstica, 62 anos:**
O povo não deixa isto voltar para trás e este Governo não vai lá estar muito tempo. Este governo quer tirar-nos a pele. Hoje tu às compras e não podes comprar carne. Mas isto não vai voltar para trás por mais dificuldades que se tenha.

● **Augusto dos Santos Lobo Ramos, carpinteiro, 40 anos:**
Tenho visto poucos comícios como este. Álvaro Cunhal falou a realidade e é aquilo que o povo sente.

● **Lucinda Dias dos Santos Reis, doméstica, 67 anos:**
Achei muito bem o discurso do Álvaro Cunhal. Agora o pior vai ser conseguir melhorar tudo isto. Mas lá iremos.

● **Carlos Jeremias Espada, pedreiro, 62 anos:**
Importantíssimo. A gente tem lutado uma vida inteira e continuamos a lutar. Tudo o que o camarada Álvaro disse é mais do que verdade.

● **Heider Pratas, guia-intérprete, 25 anos:**
Uma grande manifestação de massas e a prova de que o PCP não está num «ghetto» conforme a campanha da direita procura fazer crer. Penso que este comício é importante na actual situação política em que os perigos para a democracia são maiores do que nunca desde o 25 de Abril. Foi um discurso à altura das intervenções que o camarada já proferiu bem como um ponto de apoio para os militantes.

● **Maria Teresa Paulino, empregada do comércio, 18 anos:**
Foi importantíssimo numa altura destas. Era o que a «maltaprecisava»: uma sessão de esclarecimento. E acho que foi isso mesmo, um bom esclarecimento sobre a situação política.

● **Maria da Purificação Pinto de Moraes, desempregada, 20 anos:**
Não assisti ao comício. Estive a recolher assinaturas durante todo o tempo. Assinaturas contra o desemprego juvenil. Pelo que vi, veio muita gente, houve uma grande participação.

O divisionismo sindical instrumento da ofensiva reaccionária

Nada pode caracterizar melhor a política dos dirigentes do PS ao lado do capital contra os trabalhadores do que a sua colaboração com o PPD e o CDS, com a CIP e a CAP, ou seja, com os partidos reaccionários e com grande patronato, todos activamente apoiados pelo imperialismo, na tentativa de formação de uma central sindical amarela.

Porquê, precisamente neste momento, a nova tentativa de divisão do movimento sindical? Porquê a concentração de esforços de toda a reacção com esse objectivo?

A razão é clara e está à vista. No preciso momento em que o grande capital, os latifundiários, a reacção, dentro e fora do Governo, lançam uma violenta ofensiva contra os direitos dos trabalhadores e contra as conquistas de Abril, a nova tentativa de divisão do movimento sindical visa enfraquecer a capacidade de resistência e a luta dos trabalhadores e do Povo português em geral contra o agravamento das condições de vida, em defesa das transformações democráticas alcançadas com a Revolução, em defesa do regime democrático.

Para esta operação divisionista foram concentrados recursos humanos.

Os partidos reaccionários e o PS, os meios de comunicação social estatizados, todas as organizações do grande patronato desenvolveram uma extensa campanha de lançamento da nova central, a UGT.

Para obter a máquina, o imperialismo lançou, às mãos cheias, milhões de dólares, que deram para pagar por canal comercial toda a propaganda do cartaz das máquinas amarelas, deram para pagar pseudocongresso com tal liberalismo que os organizadores pagaram duplicado aos delegados que tinham recebido do próprio sindicato revelaram tal temura por quem fizesse o frete, que além de hotel de primeira, além dos transportes, da alimentação e de todas as despesas da estadia, ainda cada delegado amarelo, ao chegar ao seu apartamento, encontrava um encantador envelopezinho com o seu nome do lado e fora e 1 507 escudos do lado de dentro.

Para rebaixados, naturalmente.

Todos temos presente a campanha desenvolvida ao longo dos anos contra o grande movimento sindical unitário dos trabalhadores portugueses.

Todos temos presente que três grandes e injustas acusações têm sido lançadas pela reacção contra a CGTP-IN: falta de democracia interna, falta de independência e o servir de correira de transmissão a um partido o PCP.

Mas que vemos nós nos sindicatos amarelos?
Quando a democracia, onde quer que os amarelos conseguem conquistar a direcção de um sindicato, logo se assiste à violação dos estatutos, à violação das normas democráticas, às golpadas e abusos da autoridade, à instalação de um clima autoritário e repressivo. Para chamado Congresso da UGT agora realizado no Porto, não houve debates de teses, nem regulamento eleitoral, nem sequer eleição de delegados.

Um jornal do grande patronato, o «Jornal da Economia» justificava, já, esse facto dizendo que não era de permitir a eleição de delegados porque, em tal caso, poderiam ser eleitos delegados do PCP que iriam estragar o Congresso. Oh Santa Democracia!

Quando a independência do movimento sindical em relação aos partidos, a máscara caiu. A UGT não é outra coisa senão um empreendimento conjunto do grande patronato, do imperialismo e dos partidos reaccionários tendo como colaboracionista o PS.

Na tentativa de organização da nova central sindical amarela, tudo foi organizado.

No pseudocongresso do Porto, vemos lado a lado, desmentindo o lema de «independência», grandes delegações dos partidos, controlados, sendo à sua frente Sá Carneiro, Mário Soares e Amaro da Costa, num belo conjunto sindical — o sindicato político da divisão dos trabalhadores para serviço do grande patronato. Há fotografias históricas que os trabalhadores não esquecerão.

Nos órgãos dirigentes saídos do pseudocongresso, o conteúdo dos artigos já nem se esconde. Três presidentes do PPD (do Conselho Geral, do Conselho Fiscal e do Conselho Fiscalizador), um secretário-geral do S e um Conselho Geral com 32 PS, 32 PPD, 5 CDS/PPC/MIRN e 8 intitulados «independentes».

Trata-se, como é de toda a evidência, de um acordo das forças reaccionárias e do PS contra os trabalhadores do grande patronato.

E não tenham dúvidas os socialistas. Quem pontifica na UGT não são os socialistas, mas o PPD, não são os trabalhadores, mas o grande patronato.

Na história de um partido que durante muito tempo se afirmava um partido dos trabalhadores e que, no seu próprio título, usa a palavra «socialista», a colaboração e actuação nesta sua manobra constitui uma vergonha negra e indelevel.

Citando este acordo entre os partidos do grande patronato e o PS, a propaganda reaccionária concluiu pelo espírito de diálogo existente entre todos esses partidos e pela incapacidade de diálogo do PCP.

A verdade é que o PCP está sempre aberto ao diálogo. Mas os comunistas querem e procuram o diálogo para defender a classe trabalhadora e jamais para traí-la.

Estamos profundamente convencidos de que os trabalhadores portugueses compreendem os objectivos, o significado e o alcance desta vergonhosa operação divisionista.

Compreendem que, se o grande patronato, o Governo e a reacção poiam os sindicatos amarelos e a sua UGT, é porque a operação divisionista é útil ao grande patronato e à reacção.

Compreendem que o grande patronato terá interesse em dar facilidades aos amarelos e mesmo atender reivindicações se avançam apenas com a finalidade de dividir os trabalhadores enfraquecer a sua grande organização sindical, para depois poder lançar-se a uma exploração ainda mais desenfreada.

Compreendem que hoje mais que nunca é necessário desmascarar e isolar os divisionistas, reforçar mais e mais o movimento sindical unitário — a poderosa, provada e gloriosa central sindical dos trabalhadores portugueses — a CGTP — Inter-Sindical Nacional.
O Governo pode dar o golpe baixo de retirar à Inter a sede no Intel. O movimento sindical contesta legitimamente esta decisão. Mas, se, ao mesmo tempo, tiver que abandonar as actuais instalações, a Inter outras instalações terá, e estamos seguros de que os trabalhadores portugueses tudo farão para que elas sejam condignas do seu grande movimento sindical.

O Governo pode também dar o golpe baixo de querer retirar à Inter o edifício de Rua de Lisboa, sob o escandaloso pretexto (completamente bricado) de que receberam também (e dias antes) pedido semelhante uma central fantasma. O movimento sindical, os trabalhadores, os democratas, lutarão firmemente para que esta decisão seja anulada para que, tal como todos os anos desde o 25 de Abril, o grande edifício da jornada internacional dos trabalhadores promovido pela CGTP-IN, julminará na concentração no edifício. De qualquer forma, estamos certos de que no dia 1.º de Maio, os divisionistas e os inimigos dos trabalhadores, terão a justa resposta. Os trabalhadores portugueses saberão de novo fazer do 1.º Maio uma jornada tão grandiosa que ninguém poderá contestar que os trabalhadores estão unidos na defesa dos seus interesses vitais e na defesa do Portugal de Abril.



A camarada Rosa Rabal, num momento da sua intervenção em que abordou fundamentalmente os problemas sindicais que se deparam aos trabalhadores



Não havia espaço para mais gente. E muitos não conseguiram lugar no vasto recinto superlotado. Trabalhadores de várias camadas sociais quiseram estar presentes e ouvir a apreciação que o Partido faz da situação política actual

4— A revisão da Constituição, a defesa do regime e as Forças Armadas

A Revolução de 25 de Abril, com o acordo unânime de todas as forças políticas e das Forças Armadas determinou que o futuro regime democrático fosse definido por uma Assembleia Constituinte resultante do sufrágio universal.

Realizaram-se eleições e o reparo que pela nossa parte fizemos, foi ao facto de não terem sido asseguradas em regiões do país, dominadas pela reacção, condições de liberdade suficientes, o que impediu que a votação expressasse verdadeiramente os sentimentos e opiniões do eleitorado e que os partidos reaccionários sofressem uma maior derrota.

A Assembleia elaborou e aprovou a Constituição e o reparo que pela nossa parte fizemos, foi ao facto de ter demorado demasiado tempo a elaborá-la e, durante largos meses, ter-se preocupado mais em intervir na vida política quotidiana do que em executar a missão que lhe competia.

A Constituição foi promulgada, consagrou as transformações democráticas fundamentais alcançadas pela Revolução e passou a ser a lei fundamental da República Portuguesa, cujo cumprimento é obrigatório para quem com ela concorda e para quem dela discorda.

A quem fale de respeito pela legalidade, pelas instituições e pela ordem democrática, há que lembrar que quem não observe a Constituição coloca-se fora da lei, fora das instituições e fora da ordem democrática.

As forças reaccionárias, na sua campanha anticomunista, dizem e repetem que o PCP se opõe à legalidade e à ordem democrática.

Claro que isto é inteiramente falso. O PCP tem insistido numerosas vezes que a sua acção se desenvolve rigorosamente no quadro do regime, das instituições, da legalidade democrática.

Quem se coloca fora do quadro do regime, fora das instituições e fora da legalidade são as forças reaccionárias que violam os princípios constitucionais e exigem a revisão constitucional da Constituição.

Defender a Constituição e actuar no seu âmbito é marca essencial dum acto de acção legal e democrática. Pretender rever Inconstitucionalmente a Constituição é já em si uma atitude subversiva e golpista.

Certamente que é possível uma revisão da Constituição, constitucional e legal com a alteração ou actualização de tal ou tal preceito. Mas qualquer revisão constitucional (a não ser que se trate dum golpe de Estado) tem de observar os limites, os termos e os preceitos previstos na própria Constituição.

Assim, em primeiro lugar, a Constituição só pode ser revista pela Assembleia da República eleita nas eleições de 1980 e não antes dessa data, mesmo no caso de se realizarem eleições antecipadas, nem por outro qualquer órgão de soberania que não seja a Assembleia.

Em segundo lugar, qualquer alteração da Constituição terá de ser aprovada por dois terços dos votos dos deputados.

Em terceiro lugar, a revisão constitucional terá de respeitar uma série de aspectos e princípios fundamentais do regime, entre outros, os direitos, as liberdades e garantias dos cidadãos, das Comissões de Trabalhadores e das Associações Sindicais, o princípio da apropriação colectiva dos principais meios de produção e solos, a eliminação dos monopólios e latifúndios e o sistema de representação proporcional.

É evidente, camaradas, que o regime democrático português

acautelou-se, na própria Constituição, contra aqueles que de futuro quisessem destruí-la.

É por isso que as forças reaccionárias não querem a revisão legal da Constituição, mas a revisão Inconstitucional e ilegal, pois só Inconstitucionalmente e ilegalmente o regime democrático existente pode ser destruído.

As exigências da revisão inconstitucional são agora feitas descaradamente. No chamado Congresso das Actividades Económicas ressuscitaram as velhas múmias dos governos fascistas que vieram, talvez em nome da «democracia... orgânica» de Salazar, exigir a «ocidentalização da Constituição». Lucas Pires do CDS reclama que se desrespeite o artigo 290.º e a CIP proclama que a Constituição foi «elaborada e votada sob coacção das forças comunistas» e exige a «revisão imediata», portanto ilegal.

Também, como sabemos, o dr. Sá Carneiro elaborou um projecto. Não de revisão constitucional, mas de uma nova Constituição ou talvez de uma nova Carta Constitucional.

Parece que o presidente do PPD anda a distribuir exemplares aos domicílios e não é de lhe levar a mal uma vez que é humano cada qual pretender vender o seu peixe.

O pior é que o dr. Sá Carneiro, à falta de conhecimentos próprios, usou conhecimentos alheios e isso também não seria de lhe levar a mal se tivesse observado uma condição: se não tivesse apresentado como sendo seus, textos inteiros copiados dum obra de Vital Moreira e Gomes Canotilho. Como se vê, a competência do copião.

Além destes pequenos pecados, o projecto, pelo seu conteúdo, é manifestamente inconstitucional pois visa alterar preceitos inconstitucionalmente inalteráveis e por mecanismos inconstitucionais. Em resumo: o que se pretende não é uma revisão mas um golpe de Estado.

O dr. Sá Carneiro não aceita (claro está) esta acusação.
Diz ser uma grande injustiça acusar o seu plano de «golpe de estado». Não senhor, diz ele, é láia de desculpa. A Constituição (diz ele) é que, a continuar, poderá provocar um golpe de Estado para modificá-la.

E aqui está como uma pessoa, querendo desmentir uma acusação, imediatamente a confirma. O que significa a justificação? Significa que o presidente do PPD entende que, ou o seu projecto de revisão constitucional é aceite e, porque é inconstitucional, corresponde a um golpe de Estado, ou então não é aceite e haverá um golpe de Estado para fazer aceitá-lo! Vê-se que o presidente do PPD não perde a sua vocação golpista e pretende fazer crer que a revisão inconstitucional da Constituição tem de ser feita a bem ou a mal.

Pela nossa parte empenharemos as nossas forças para que a revisão Inconstitucional da Constituição, não vá a bem, nem vá a mal.

Não irá a bem porque precisamente é inconstitucional e ilegal e porque o povo, no quadro das instituições democráticas, votará no 25 de Abril, no regime democrático, na Constituição.

Não irá a mal, porque se houver aventureiros que queiram impor alterações do regime político pela força, contra a vontade do povo democraticamente expressa, estamos seguros de que, por parte da democracia portuguesa e dos seus órgãos e das suas forças, terão

o respeito que merecem.

Ligada aos planos de revisão inconstitucional da Constituição e de golpes de Estado directos ou indirectos recende-se a discussão acerca do papel das Forças Armadas na democracia portuguesa.

É nesse contexto que tem de ser considerada uma polémica, que achamos prematura, a fim de definir no imediato se o futuro Presidente da República deve ser um civil ou um militar.

O nosso Partido terá ainda muito tempo para se pronunciar sobre candidaturas para a Presidência.

Por agora, podemos adiantar duas ideias. Em abstracto não vemos razões de princípio para que seja ou não seja civil ou militar o futuro Presidente da República. No concreto, a vantagem ou mesmo a necessidade de ser um civil ou militar dependerá de numerosos factores que se tornarão mais claros no tempo que decorre até à eleição presidencial.

Se, ao defender-se uma candidatura civil, se pretende reforçar a ideia de que as Forças Armadas se devem submeter ao poder civil, não está provado que, nas condições existentes em 1981, esse objectivo seja melhor alcançado com um presidente civil do que com um presidente militar, nem o inverso, naturalmente.

Não podem, porém, deixar de detectar-se as manobras de certas forças que defendem, em abstracto e em princípio, uma candidatura civil para inviabilizarem em concreto tal ou tal possível candidato militar, mas já dum forma muito concreta fazem diligências e manobras com vistas à escolha do seu candidato não civil, mas militar.

É também necessário desmascarar a campanha demagógica de forças reaccionárias insurgindo-se com aparente indignação contra a intervenção dos militares na vida política, quando o que pretendem é que deixem de intervir os militares do 25 de Abril e voltem a intervir os militares do 28 de Maio.

Pretendem que deixem de intervir na vida política, de forma institucionalizada, as Forças Armadas respeitadoras do legado de 25 de Abril, e passem a intervir, de forma não institucionalizada mas mais imperativa, Forças Armadas dirigidas por uma restabelecida hierarquia reaccionária.

O que a reacção quer afinal é que as Forças Armadas deixem de assegurar a democracia e as suas realizações e conquistas e passem a impor ou a proteger com a força a restauração do poder económico e político dos grupos monopolistas (associados ao imperialismo) e dos latifundiários.

A nosso ver, o essencial é que as Forças Armadas não se tornem novamente aquilo que foram na política nacional do 28 de Maio de 1926 a 25 de Abril de 1974: o garante de um regime de exploração e opressão odiado pelo povo.

O essencial é que as Forças Armadas, mantendo e reforçando o espírito libertador do 25 de Abril, sejam garante da democracia e da Independência nacional.

É esse objectivo que a Constituição consagra, lutamos para que continue consagrando e confiamos em que, com a luta e o voto popular, consagrará.

5— Democracia política, democracia económica e independência nacional

O nosso Partido tem defendido que, nas condições existentes em Portugal, o processo de democratização política da vida nacional é inseparável do processo de democratização económica e social.

Tem defendido também que, nas condições existentes em Portugal, a democracia e a independência nacional são inseparáveis.

A própria vida mostra dia-a-dia como a ofensiva contra as transformações democráticas das estruturas socioeconómicas, a ofensiva contra a Reforma Agrária e as nacionalizações, marcha par a par com a ofensiva contra as liberdades e os direitos dos trabalhadores e de todos os cidadãos e com a acentuação dum política de entrega e de dependência em relação ao imperialismo estrangeiro.

Não se trata de qualquer resultado inevitável da situação económica como as forças reaccionárias procuram fazer crer.

A crescente dependência resulta da própria agressividade do imperialismo para recuperar em Portugal as posições dominantes que tinha antes do 25 de Abril e que perdeu com a Revolução.

A crescente dependência em relação ao imperialismo é uma arma da reacção interna no seu ataque global contra o regime democrático e as suas conquistas.

A ligação entre a intervenção, a ingerência, e a acentuação do

domínio imperialista e a recuperação capitalista e o plano de restauração dos monopólios, aparece, com toda a evidência, não apenas no plano político, diplomático e militar, mas também no plano económico e financeiro.

Apesar de ser formalmente interdita a formação de empresas bancárias privadas, o Governo e as direcções da Banca nacionalizada estão trabalhando tenazmente nessa direcção.

Nos perguntamos: é ou não verdade que a própria Banca de Portugal está promovendo ou facilitando a criação de sociedades financeiras?

É ou não verdade que o Banco de Fomento está estudando com bancos alemães a criação de sociedades de investimentos?

É ou não verdade que emissários do sinistro Banco Morgan dos Estados Unidos, comparsa dos Mellos, vieram recentemente a Portugal visitar o antigo Banco dos Mellos, (o Totta & Açores) e negociar ajuda aos mesmos Mellos?

É ou não verdade que, como caminho para actividades bancárias privadas, vemos que se está constituindo uma outra sociedade financeira, com participação do Commerzbank (RFA) e de mais de uma dúzia de empresas do Norte, entre as quais a Empresa Fabril do Norte, a têxtil Manuel Gonçalves, Quintas e Quintas, Rlopele, Violas e outras?

É ou não verdade que nos próprios Bancos se considera que estas

sociedades são uma forma de permitir aos grandes capitalistas e ao imperialismo retomar ilegalmente actividades parabenárias que lhes estão proibidas?

É ou não verdade que se está a negociar a venda ilegal e inconstitucional da participação do Estado, mesmo quando maioritária, como é o caso da ALCO, da SONAE, da NOVOPAN, da PRECIX, da SOVENA, da GAZINE, da GELEX, da Companhia Portuguesa do Cobre e de outras?

Quanto ao (Morgan-Deutchbank-Mellos) a sua actividade é já pública e notória tendo assaltado e tomado conta de numerosas empresas com a connivência do Governo e das gestões de empresas nacionalizadas.

A ligação entre a recuperação capitalista e o agravamento das pressões, ingerências e domínio imperialistas não oferece contestação.

A política de recurso considerado aos empréstimos externos acabou por sujeitar Portugal às imposições e ingerências do FMI altamente lesivas da economia nacional, que impedem a expansão económica, que obrigam a provocar falências de empresas e despedimentos em massa, e amarram Portugal a gigantescos compromissos financeiros que absorvem já hoje cerca de 25 milhões de contos de encargos anuais dos quais mais de metade em juros.

Aos interesses estrangeiros e às suas exigências corre o risco de ser sacrificados grandes e promissores projectos nacionais, como o Plano

Onde nos quer o MAP levar?

“É um desemprego grande que vai aí ficar. Os nossos filhos, quem é que lhes vai dar de comer?”
Estas as palavras que andam na boca dos trabalhadores das UCPs e Cooperativas atingidas por reservas, na esmagadora maioria dos casos injustas, arbitrarias, ilegais e marcadas por um crescendo de acções intimidatórias e de violência cada vez mais feroz.

Mas o desemprego, a fome dos filhos, é não somente uma consequência das mais graves, mas também das mais imediatas da política latifundista do MAP de Vaz Portugal/Ferreira do Amaral, o MAP próprio para o Governo Mota Pinto. Porque a curto e médio prazo há outras consequências que não atingem já somente os trabalhadores atingidos e as suas famílias: trata-se da destruição do aparelho produtivo na agricultura, da baixa catastrófica de produção a que assistiremos e (agravada com o tempo de má feição) cuja responsabilidade pertence integralmente ao MAP, pertence à política reaccionária de Mota Pinto e seu elenco. Política esta aplaudida e incentivada pela CAP e por demais forças da extrema-direita. A tal ponto que a CAP manda publicamente ao MAP recados deste teor: “É urgente uma mais firme autoridade do MAP para que a entrega das reservas seja intensificada e inclua, em estado de utilização, a devolução de todos os meios de produção necessários à actividade das explorações”. Ou seja, os fascistas da CAP ordenam ao MAP maior repressão na extensão das terras aos trabalhadores, ritmo mais veloz e roubo dos meios de produção — máquinas, gados — não a devolução dos que os agrários deixaram incapazes de serem utilizados, mas de outros, dos já adquiridos pelos

local que não vende quando o desemprego bate à porta dos seus consumidores. São, ainda, as forças democráticas que — mesmo em quadros políticos responsáveis pela lei Barreto — já denunciam e falam na necessidade da sua revogação; como sucede no interior do PS.

Panos negros e firmeza na luta

“Estamos aqui para denunciar aos órgãos de soberania as graves consequências da criminosa política do MAP e do Governo.”

consequências da criminosa política do MAP e do Governo, para exigir que pára a ofensiva contra a Reforma Agrária e que seja aberto o diálogo com os trabalhadores e as suas organizações”, dizia o comunicado que na passada segunda-feira cerca de 300 trabalhadores de UCPs/Coop. de Portalegre distribuíram em Lisboa. Traziam panos e bandeiras negras, denunciaram o desemprego, a fome, falaram aos trabalhadores

da cidade e deles receberam apoio e solidariedade. “Nós somos trabalhadores, nós é que produzimos o pão de que o nosso povo precisa”, disseram, e demonstraram que todo o povo é afectado com uma situação que já se salda em Portalegre na entrega de 75 herdades, afectando 35 cooperativas, e na promessa de entregar de imediato mais 62 herdades em 27 cooperativas. Dos resultados desta situação na Reforma Agrária falaram igual-

mente aos trabalhadores da cidade os homens e mulheres que vieram de Portalegre para se avistarem com Vaz Portugal, ministro do MAP, com o comandante geral da GNR e com os órgãos de soberania.

“Os agrários nada fizeram e nada farão: a produção agrícola sofrerá uma grande baixa se o Governo continuar a destruição das nossas cooperativas. Os trabalhadores da cidade verão o custo de vida aumentar assustadoramente.”

Vaz Portugal diz que vai continuar. Mais: diz que vai intensificar. Anunciou já para curto prazo a obrigatoriedade de rendas ao Estado pagas pelas UCPs e Cooperativas. Quanto às expropriações, diz que serão retomadas quando estiverem criados os mecanismos e ultrapassado o momento revolucionário.

Este o MAP coerente com os interesses dos grandes agrários, o MAP característico do Governo Mota Pinto: o governo que ordena desintervenções e entregas de empresas ao patronato sabotador, que conduz na área da comunicação social uma ofensiva sem precedentes, que procura restringir as finanças locais, que se prepara para meter as mãos nos bolsos dos trabalhadores e tirar-lhes o décimo-terceiro mês; o Governo que, neste momento, negocia com o FMI maiores e pesados encargos e dependências do Povo português para alimentar o imperialismo.

Este o Governo condenado ao fracasso que os trabalhadores encaram empunhando panos e bandeiras negras. Mas também com uma firme e acentuada vontade de resistirem e lutarem.



“Estamos aqui para denunciar aos órgãos de soberania as graves consequências da criminosa política do MAP e do Governo.”

Provocações no Alentejo

Três provocações ocorridas este fim-de-semana no Alentejo são reveladoras de que a reacção apesar de estar cada vez mais isolada se sente estimulada com a política do Governo Mota Pinto/PPD.

Em Estremoz, na madrugada de sábado, um grupo de arruaceiros fascistas assaltou o Centro de Trabalho local do PCP. Os vandálicos — refere o comunicado da Comissão Concelhia de Estremoz do PCP — arrombaram a porta, partiram vidros e só não consumaram a destruição total das instalações devido à intervenção dos moradores do prédio.

Rosado, filho do ex-presidente fascista da Câmara Municipal de Estremoz e o filho do agrário Maldonado de Velos são alguns dos arruaceiros reconhecidos. Entretanto, a Comissão Concelhia exige a prisão e julgamento dos respectivos arruaceiros pagamento de todos os prejuízos causados insistindo ainda para que as autoridades locais tomem medidas eficazes no sentido de impedir actos criminosos como este.

No domingo, o camarada António Murteira, membro Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP, foi agredido por três provocadores debaixo dos arcos de Praça do Giraldo em Évora.

Também aqui a rápida reacção popular pôs em fuga os vândos, entre os quais foi possível identificar o filho do agrário Custódio Alves. Na noite de 3 para 4, elementos fascistas apedrejaram e quebraram os vidros das janelas do camarada Quelros, também em Évora. Denunciando este clima de provocações da reacção contra os trabalhadores, contra os democratas e contra o nosso Partido, o que está a indignar profundamente as populações do distrito, o comunicado difundido posteriormente pela Comissão Distrital de Évora do PCP salienta ainda ser motivo de preocupação as atitudes de alguns oficiais da GNR com insultos carregados de ódio e ameaças contra os trabalhadores, activistas e militantes do PCP.

Alertando para que no momento em que a luta dos trabalhadores se intensifica em defesa da Reforma Agrária e das outras conquistas democráticas, as forças reaccionárias, isoladas e desesperadas, retomam as ameaças e as provocações, a Comissão Distrital de Évora exorta todos os militantes do Partido, os trabalhadores e todos os democratas do distrito no sentido de reforçarem a sua unidade com vista a desmascarar e isolar os inimigos da Reforma Agrária e do Portugal de Abril.

Por que razão a direita minimiza a Jornada do dia 24?

A preocupação das forças de direita é da reacção em minimizar o impacto da Jornada do passado dia 24 em defesa da Reforma Agrária é digna de atenção. As tentativas começaram mesmo antes da própria Jornada. Nos dias anteriores, a imprensa reaccionária, numa clara intimidatória, esboçava nas linhas e entrelinhas ameaças e perigos para os que participassem em paralisações e manifestações. Na véspera, o Primeiro-Ministro “alertava” os portugueses para esta “espécie de quer-filha civil”. No próprio dia “O Dia” considerava que não é de prever que a paralisação constitua a maior manifestação de oposição ao Governo realizada depois do 25 de Abril!

Também no próprio dia da Jornada, Vaz Portugal, em declarações à ANOP, chegou à conclusão de que a paralisação era desestabilizadora e constituía “uma afronta aos trabalhadores portugueses”. De que “trabalhadores portugueses” falava, não esclareceu o senhor ministro: seria daquela classe de “parceiros sociais” a que se chama empresários?... Estes consideram, de facto, a Jornada de 24 como uma afronta e não pouparam esforços, em várias empresas, para intimidarem os trabalhadores e levarem-nos a desistir de testemunharem a sua solidariedade para com a Reforma Agrária. Aliás, o exemplo veio do próprio Governo: quer a Secretaria de Estado da Administração Pública — que enviou uma nota a todos os locais de trabalho ameaçando com a perda do salário de todo o dia os trabalhadores que aderissem à manifestação —, quer o ministro do Comércio e Turismo — que, além de ameaças, enviou um “convite” para que todos os trabalhadores que aderissem, assinassem um documento —, quer o ministro dos Transpor-

tes — que pediu listas nominais dos trabalhadores que aderissem à manifestação de solidariedade, paralisando —, todos estes sectores governamentais se distinguiram em actos intimidatórios.

Isto foi antes, porque depois o tom das afirmações com as quais a direita procurou extrair importância à Jornada de 24 atingiu as raízes do desespero e da histeria. Assistimos a manobras de manipulação da opinião pública que chegam a roçar o absurdo: em meios de Comunicação Social, dizia-se e escrevia-se que alguns balanços — especificava-se os dos trabalhadores e das suas organizações — apontavam para percentagens de participação próximas dos 100% nas paralisações; outros — os Governos Civis e da Polícia — eram mais discretos... Eram somente os “discretos” e preferencialmente os da polícia, os apontados pela maior parte dos meios de Comunicação Social. Na ansia

desabalada de manipular, de desinformar, de torcer a realidade que se saldou por uma extraordinária movimentação, dizia um locutor da RTP que seis cooperativas de Évora não haviam aderido à paralisação e interrogava em termos afirmativos se o Secretariado das UCPs não estaria a perder a sua capacidade de intervenção junto dos trabalhadores do Alentejo...

Quer dizer: num distrito onde existem 155 UCPs/Coop., na RTP procura-se tirar a conclusão que não tendo aderido 6 e tendo aderido 149, o Secretariado está a perder influência entre os trabalhadores do Alentejo... A não adesão de 6 cooperativas — aliás de 4 cooperativas pois 2 desmentiram a RTP — eis o que tem a apontar-se à Jornada! Se mesmo aqueles que pretendem distorcer a realidade só têm para apontar que no total de 550 UCPs/Coop. existentes na zona de intervenção, não aderiram seis

— donde, aderiram 544 UCPs/Coop. — reconhecem implicitamente que — ao contrário das suas previsões, isto é, das suas manobras de desmobilização — a Jornada de dia 24 representou uma prova inequívoca da disposição de luta das massas trabalhadoras em defesa da Reforma Agrária, em defesa da Constituição, em defesa do Estado democrático e contra a política de direita do Governo de Mota Pinto.

Porquê tanto esforço por parte da reacção?

Se efectivamente a Jornada de dia 24 tivesse ficado aquém das expectativas das organizações dos trabalhadores — expectativas que não nasceram de uma análise subjectiva mas da apreciação realista da disposição das massas trabalhadoras — será que a reacção teria gasto tantas linhas nas páginas dos órgãos de Comunicação Social que

domina, às vezes por portas e travessas, mesmo nos órgãos estatizados?

É exactamente pela importância quantitativa, mobilizadora, que a Jornada de dia 24 representou, que a reacção espemeia. Mas é sobretudo ainda pela sua importância qualitativa, pelo seu significado, que CDS, PSD, vozes do Governo de Mota Pinto, vêm à liça, aguerridos e furiosos. Porque sabem que a Jornada de dia 24, sendo uma manifestação do movimento popular em defesa da Reforma Agrária, constituiu por isso mesmo uma manifestação de oposição de massas à política de reconstrução dos latifúndios e monopólios, seguida pelo Governo — política anticonstitucional, na medida em que a reconstrução dos latifúndios e dos monopólios é expressamente proibida pela Constituição e constitui, ainda segundo a Constituição, matéria que não pode ser alterada em futura revisão constitucional.

Com a Jornada de dia 24 não foi somente a política do MAP que foi posta em causa. Não foi somente a crua evidência da falta de apoio popular ao Ministério da Agricultura e Pescas. Foi ainda, e de forma igualmente inequívoca, a demonstração da falta de base de apoio popular ao Governo Mota Pinto, o fracasso das suas tentativas de intimidação, o fracasso de toda a sua política imperialista e de recuperação do capitalismo.

Pelo país não se gritou somente a vontade popular de defesa da Reforma Agrária. Gritou-se igualmente o protesto contra o aumento do custo de vida — e quantas, quantas mulheres não saíram à rua neste dia de Janeiro? — o protesto contra o galopante desemprego, contra as desintervenções, contra o ataque do Governo às liberdades democráticas e nomeadamente contra a sua ofensiva aos meios de Comunicação estatizados.

Gritou-se, enfim, a vontade de fazer virar a democracia. Demonstrou-se nas paralisações na zona da Reforma Agrária, nas concentrações, nas manifestações, nas diferentes formas de solidariedade que trabalhadores de outros sectores desenvolveram, a unidade do povo trabalhador, o seu repúdio por um Governo cuja política é em si mesma um fracasso.

É esta derrota da política de direita do Governo Mota Pinto que as forças da reacção não podem esquecer e procuram minimizar. Uma derrota cujo campo foi o das ruas das cidades e aldeias do país, o das explorações agrícolas colectivas e das fábricas e escritórios, terreno que olimpicamente Mota Pinto diz desprezar, mas no qual não pode ignorar se movimentaram cerca de um milhão de pessoas. Numa quarta-feira, dia de semana, 24 de Janeiro, quando a chuva e o temporal não detiveram as multidões

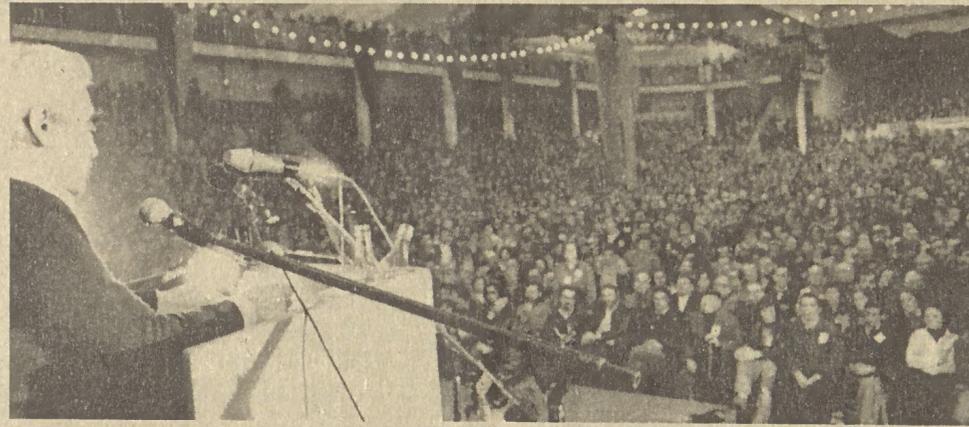
DISCURSO DO CAMARADA ÁLVARO CUNHAL

Siderúrgico Nacional, o aproveitamento do ferro de Moncorvo, o aproveitamento integrado das pirites, o projecto da petrolifbras e os planos de Alqueva, da Cova da Beira e da irrigação do Baixo Mondego. É a grande operação da integração no Mercado Comum, tomou-se (tal como o PCP preveniu) uma grande operação política visando pretextar, com a integração, a restauração em Portugal do capitalismo monopolista pois agora já a reacção proclama que, para que a integração no Mercado Comum possa ter lugar, é indispensável a destruição das nacionalizações e da Reforma Agrária, é indispensável a revisão da Constituição tal como a reacção reclama.

Os factos mostram que a defesa do regime democrático português é inseparável da firme defesa da independência e da soberania nacionais e da defesa da independência nacional e inseparável da defesa do regime democrático e das grandes e históricas conquistas.

Tanto a defesa do regime democrático, como da independência nacional exigem uma política económica e financeira assente fundamentalmente nos recursos e energias internas e determinada apenas pelos interesses portugueses, pelos interesses do povo, do país, da comunidade nacional e não pelos interesses mesquinhos dos grandes potentados do dinheiro e da terra que, para recuperarem o seu poderio liquidado pela Revolução, não hesitam em estimular a pressão e o domínio estrangeiro contra a independência portuguesa.

Exigem uma política externa de relações diversificadas, o que significa o desenvolvimento das relações de amizade e cooperação com os países capitalistas, incluindo os Estados Unidos e os países do Mercado Comum, mas também o desenvolvimento de relações de



amizade e cooperação com os novos Estados africanos e com os países socialistas.

Exigem que cesse a sabotagem ao desenvolvimento das relações diversificadas, (designadamente a sabotagem ao estabelecimento efectivo de relações de amizade e cooperação com Angola e Moçambique), por parte das forças reaccionárias (designadamente do PPD e do CDS) que continuam a jogar na aventura neocolonialista, que apoiam abertamente os inimigos da República Popular de Angola e da República Popular de Moçambique, como testemunha o recente encontro de um grupo de deputados reaccionários com um agente do colonialismo, do imperialismo e da contra-revolução angolana. Trata-se de uma autêntica provocação contra Angola e contra Portugal e por isso apoiaremos certamente o nosso protesto levantado na Assembleia da República.

Os grandes capitalistas e os grandes agrários estão prontos a vender a Pátria ao diabo desde que o diabo os ajude a reinstaurar os privilégios e poderes que o Povo português liquidou com o 25 de Abril.

A determinação em defender e assegurar a Independência nacional não se encontra nas classes parasitárias, para as quais a restauração do domínio económico e político e entrega ao imperialismo são sinónimos, mas nas classes trabalhadoras, nas classes laboriosas, para as quais liberdade, democracia, conquistas da Revolução e Independência nacional são indivisíveis.

A defesa das liberdades e das outras conquistas da Revolução, como as nacionalizações e a Reforma Agrária, a defesa do regime democrático consagrado na Constituição é uma tarefa iminente e tarefa patriótica, pois se identifica plenamente com a luta pela salvaguarda da própria Independência de Portugal.

6-O povo português defenderá a democracia

O nosso Partido defende os planos, manobras e acções das forças reaccionárias. Alerta para o facto de que está em curso uma ofensiva global contra o regime democrático.

Mas, ao mesmo tempo que adverte dos perigos, sublinha que há razões para ter confiança, que o Povo português está em condições de cortar o passo à reacção e de acabar por impor uma viragem democrática na política portuguesa.

São os reaccionários e não os democratas que traçam finalidades e recorrem a métodos de acções ilegais e subversivos.

Os trabalhadores, as massas populares, os comunistas e outros democratas e patriotas actuam no quadro das instituições e do regime democrático.

Não excedem as liberdades e direitos que a Constituição lhes confere. Mas também não abdicam de nenhum.

As iniciativas, as acções e as lutas das massas populares mostram que ao mesmo tempo que a direita e os oportunistas perdem apoio social e capacidade de mobilização, o movimento operário, popular e democrático dá mostras de inabalável unidade, determinação e confiança no futuro.

Tivemos disso recentemente no dia 24 de Janeiro um exaltante exemplo na grande jornada de solidariedade para com a Reforma Agrária.

A jornada do dia 24 constituiu uma grandiosa demonstração da determinação dos trabalhadores de defenderem essa conquista histórica do Povo português.

Adesão maciça das UCPs e Cooperativas e dos trabalhadores agrícolas do sector privado na zona da Reforma Agrária, paralizações mais ou menos demoradas de centenas de empresas, tanto na zona da Reforma Agrária, como nos distritos de Lisboa, Faro e outros, 32 concentrações em que participaram quase 200 000 pessoas, apoio de 300 sindicatos, centenas de Comissões de Trabalhadores, dezenas de associações de agricultores, 150 organizações unitárias.

Confirma-se que o movimento popular constitui uma força imensa que tem condições para salvar e prosseguir Portugal de Abril.

Nós, os comunistas, na nossa justa luta não estamos só. Conosco estão os trabalhadores e amplos sectores de democratas e patriotas, para cuja unidade trabalhamos constante e infatigavelmente.

Lutamos e lutaremos por uma alternativa para a situação actual, para a formação de um governo democrático com uma política democrática.

Lutamos e lutaremos para que sejam revistas, revogadas, rectificadas as decisões arbitrarias e ilegais dos últimos governos.

Lutamos e lutaremos para que as fábricas, as terras, os bens arbitraria e ilegalmente arrancados aos trabalhadores e entregues aos capitalistas e agrários, voltem de novo para a propriedade, a posse ou a gestão dos trabalhadores.

Lutamos e lutaremos para que todos aqueles que foram arbitraria e ilegalmente saneados e despedidos por motivo dos seus ideais democráticos ou da sua luta social sejam readmitidos nos seus lugares, se assim o desejarem.

Lutamos e lutaremos pelo melhoramento das condições de vida dos trabalhadores e das classes laboriosas, certos de que a recuperação económica do país se pode e deve realizar, não com a miséria do povo dum lado e o amontoar do capital do outro, mas com a elevação do bem-estar geral, na base das grandes transformações democráticas realizadas desde o 25 de Abril.

Disse há dias o Primeiro-Ministro que o “Governo não consentirá a continuação de uma delapidação dos dinheiros públicos”.

Magnífico, sr. Primeiro-Ministro. Ai tem o campo em que o Governo pode e deve tomar medidas eficientes e patrióticas.

Para não consentir a continuação da delapidação dos dinheiros públicos, o Governo pode e deve, por exemplo, pôr fim à atribuição de escandalosas indemnizações aos capitalistas e latifundistas.

Pode e deve intervir para impedir os gestores reaccionários da banca nacionalizada entregarem por tuta e meia aos capitalistas empresas em cujo capital o Estado tem elevada participação.

Pode e deve pôr fim ao regabafe das ajudas de custo, e das viageiras dispendiosas e em pura perda, das despesas de representação, dos gastos inúteis e sumptuosos, da subida vertiginosa dos proventos dos altos cargos, ao mesmo tempo que se obrigam as classes laboriosas a insuportáveis privações.

Pode e deve o Governo pôr termo à desvergonha de dar chorudas pensões aos ex-pídes, como prémio dos seus crimes, como a de 19 500\$00 ao Inspector Amorim e 13 contos, 9 contos, 6 contos a muitos outros.

Reclamamos que cesse esta vergonhosa delapidação dos dinheiros públicos pagando prémios aqueles cuja profissão era explorar, oprimir, perseguir, terrorizar, torturar e matar, e que, se querem dar pensões e reformas então se aumentem as somas miseráveis que actualmente recebem aqueles que queimaram as suas vidas a criar riqueza, trabalhadores, reformados, assim como deficientes.

As mil e uma formas de apoio de massas ao PCP, mostram que grande parte da população trabalhadora e da opinião democrática compreende que o PCP desempenha, na defesa dos interesses do povo laborioso

e do regime democrático, um papel determinante, indispensável e insubstituível.

Não é para gabarmos o nosso próprio Partido. É para dizermos o actual quadro e com a actual arrumação das forças políticas portuguesas, o PCP é o único grande partido de quem trabalha, o único grande partido intrinsecamente fiel aos ideais libertadores e igualitários da democracia e do socialismo, o único grande partido que levanta a voz contra as pressões, as ingerências, as imposições do imperialismo e reclama uma política patriótica e de brío nacional que sobreponha definitivamente os interesses portugueses aos interesses mesquinhos de minorias privilegiadas.

É em virtude desse papel determinante, indispensável e insubstituível do PCP na defesa dos interesses do povo, da democracia, do país, que a reacção, acompanhando a acção do Governo Mota Pinto, a campanha contra a Constituição, o ataque global ao regime democrático, desdenha de uma nova campanha anticomunista que transpira a intolerância, a mentira, a raiva, o ódio e a impotência.

Lá vem outra vez com a gritaria para que o PCP seja “isolado” e metido num “ghetto”, ou seja uma zona completamente separada e segregada na sociedade portuguesa.

Eles dizem “ghetto”, mas, como alguns mais impacientes reclamam ao mesmo tempo a “ilegalização” do PCP, é de ver que, ao dizerem “ghetto”, estão a pensar não num bairro à parte, mas em novos Peniches e Tarrafais.

Obicho que morder, mas o povo português não permitirá que morda.

Em primeiro lugar, o Povo português saberá defender as liberdades e a democracia, saberá defender as suas opiniões, e isso não diz respeito apenas ao PCP mas a todos os democratas e patriotas pois aqueles que hoje exigem em gritaria a “ilegalização” do PCP pretendem naturalmente antes de mais atingir o PCP, mas pretendem também a “ilegalização” de todas as forças democráticas, do regime do partido único (o seu, o fascista), pretendem o regresso de Portugal, ao despotismo, à intolerância, à ausência das mais elementares liberdades, às perseguições, à repressão e ao terror fascistas.

Não, a reacção não realizará os seus planos. O povo cortará o passo à reacção. Portugal viverá em liberdade.

Em segundo lugar, é ridículo pretender “isolar” um partido que é de longe o maior partido português, que tem o mais activo e entusiástico apoio popular, e a cujas iniciativas acorrem em toda a parte tão amplas massas que o problema que se nos põe é que não há

recintos suficientemente grandes para conterem aqueles que estão com o PCP.

O PCP é uma grande realidade no Portugal democrático dos dias de hoje.

Mas apesar da grande força que temos, da política clara e segura, do número de militantes, da sólida organização, do amplo trabalho de informação e esclarecimento, da estreita ligação com as massas, da capacidade de mobilização e da intervenção em todos os sectores da vida nacional, precisamos, não de nos auto-satisfazer com o que somos, mas ter plena consciência de que, para podermos cumprir as nossas tarefas históricas, para conseguirmos determinar uma viragem democrática na situação política, necessitamos de continuar reforçando, e reforçando consideravelmente, a força do Partido, a sua influência de massas e o seu poder de intervenção na vida nacional.

Colocamos a nós próprios esses objectivos, trabalhamos para alcançá-los e eles serão alcançados.

Poderão outras forças políticas empunhar conjuntamente a bandeira negra da recuperação capitalista, latifundista e imperialista, e do ataque global contra o regime democrático.

Podem alguns outros empunhar a bandeira amarela do divisionismo e da traição à classe trabalhadora.

Nós, os comunistas, em quaisquer condições e circunstâncias, continuamos sempre e sempre a empunhar a bandeira dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, dos interesses das classes e camadas laboriosas, a bandeira das liberdades e da democracia, a bandeira da Independência nacional, a bandeira do socialismo.

Os problemas essenciais que Portugal defronta podem ser resolvidos e acabarão por ser resolvidos. Não contra os trabalhadores, mas com os trabalhadores. Não contra os comunistas, mas com a participação viva, a capacidade de trabalho, a preparação, a experiência, a intervenção organizada, entusiástica e criadora do grande partido da verdade, da esperança e do futuro — o Partido Comunista Português.

A reacção não passará.

O Povo português construirá um Portugal livre, democrático e independente, a caminho do socialismo.

Viva Portugal de Abril!
Viva a unidade dos trabalhadores e de todos os democratas e patriotas!
Viva o PCP!

Desestabilização nas autarquias A Câmara de Belmonte teve 4 presidentes em 2 anos!

O funcionamento dos órgãos autárquicos continua a ser alvo do boicote sistemático das forças de direita, nitidamente empenhadas na desestabilização e na inoperância do poder local.

Quando nos encontramos a menos de um ano das eleições gerais para as autarquias, que se realizarão em Dezembro, os eleitos do PPD e do CDS, e alguns outros também do PS, persistem em provocar a realização de eleições suplementares, com todos os inconvenientes que isso acarreta para a gestão autárquica e, conseqüentemente, para os interesses das populações.

De assinalar que, de uma maneira geral, são as manobras do PPD que estão na base das demissões que levam à necessidade de novos actos eleitorais. O objectivo — que o PS parece não perceber — tomou-se já claro: arrastar o PS, ainda mais, para uma política de direita, para depois de lhe dar o golpe no campo eleitoral, onde vem acumulando sucessivas perdas.

É sem dúvida lamentável ver como os socialistas se deixam arrastar pelo jogo da direita, fazendo de cada campanha eleitoral uma cruzada de anticomunismo, dividindo onde era importante a unidade, abrindo o caminho aos interesses da reacção.

Até meados do corrente ano, mais dez eleições suplementares terão de ser realizadas, duas das quais para Câmaras Municipais. Cabe perguntar que interesses — que não exclusivamente partidários — poderão justificar tão aberrante situação, sabendo-se, como se sabe, que muitos dos que irão ser eleitos não

chegarão sequer a ter meio ano de mandato para cumprir.

Independentemente dos arranjos de última hora que poderão ser tentados, o cumprimento da legalidade democrática exige que se efectuem novas eleições para as Assembléias de Freguesias de Macinhata do Vouga (Aguada-Coimbra); Parada de Tudeia (Paredes-Porto); Maia (Ribeira Grande-S. Miguel); Feteira (Horta); Vila Nova (Barcelos-Braga); Fial (Viseu); Lódares (Lousada-Porto) e Cavés (Cabeciras de Basto-Braga). Excepto o caso de Maia, nos Açores, onde o PS é o único responsável, a paralisação dos restantes órgãos de freguesia deve-se à demissão dos eleitos do PPD (na grande maioria) e do CDS.

Outro tanto sucede em relação à Câmara Municipal de Valença (Viana do Castelo), impedida de funcionar pelas recentes demissões em bloco dos eleitos do PPD e CDS, que desta forma culminaram uma «gestão» caracterizada pelo boicote à resolução dos problemas das populações e a utilização duvidosa dos dinheiros públicos.

Quando a Belmonte (Castelo Branco), o outro município onde terão de realizar-se eleições suplementares, a situação, ainda que provocada pela política de desestabilização e de desinteresse do PPD e PS, é substancialmente diferente.

Dos cinco vereadores eleitos em 1976, (três do PS, um «Povo Unido» e um PPD), a Câmara Municipal de

Belmonte encontrava-se reduzida a três, um de cada força política, ou seja, ao «quorum» mínimo.

Após as demissões sucessivas dos elementos socialistas, que provocaram a mudança de presidente da edilidade por quatro vezes (!!!), esgotando a sua própria lista, o executivo ficou durante seis meses apenas com três vereadores, dos quais só o representante da APU tinha o hábito da assiduidade.

Impedida de funcionar pelas faltas constantes quer do presidente quer do vereador PPD, a Câmara de Belmonte chegou a um ponto de tal inoperância que não só nada fazia de novo como não concluiu sequer as obras iniciadas. Devido a esta situação o concelho de Belmonte viu-se privado de 60 casas pré-fabricadas concedidas pelo FFH para famílias carecidas, enquanto por outro lado erros de urbanização impedem a entrega de casas já construídas ou em fase adiantada de conclusão.

O prolongamento deste estado de coisas só prejudica a população que, não afortunado qualquer proveito, sabe que a Câmara já pagou e continua a pagar centenas de contos de juros. A crítica popular assumiu tais proporções que ao elemento da APU apenas restava criar condições para a eleição de um executivo que respeitasse os anseios populares. Foi o que sucedeu.

A degradação a que chegou o município de Belmonte não se teria verificado se a representação da APU fosse mais forte. A população tem agora nas suas mãos o meio de impedir que tão lamentável experiência se repita.

O imperialismo chega aos esgotos de Lisboa

A cidade de Lisboa e a sua zona envolvente debatem-se com graves problemas em matéria de saneamento básico.

É conhecida a insuficiente cobertura da cidade com redes de colectores de esgotos, o estado de envelhecimento de muitas outras e, além disso, o facto igualmente preocupante dos esgotos da cidade (com cerca de um milhão de habitantes) não sofrerem qualquer tratamento antes de lançados no destino final — linhas de água e, especialmente, o rio Tejo, o qual apresenta já elevados índices de poluição orgânica.

Recorde-se, a propósito, que a situação de carência neste tipo de infraestruturas motivou, na capital, aquando da ocorrência da última epidemia de cólera, 11 mortos em 312 casos registados.

A resolução dos problemas de saneamento básico da capital não será possível sem a rápida concretização das grandes obras integrantes do sistema de esgotos da cidade — o Interceptor Geral de Esgotos de Lisboa, a Estação de Tratamento de Esgotos de Lisboa e o Emissário Final no Estuário do Tejo.

Os respectivos estudos e projectos têm vindo a ser realizados por um gabinete de projectistas portugueses, encontrando-se numa fase em que, face aos elevados montantes envolvidos — cerca de 1 250 mil contos, segundo as últimas estimativas — a Câmara Municipal de Lisboa vem procurando obter participação do Estado no financiamento das obras, cujo âmbito ultrapassa largamente o município, pois, por si só, não terá capacidade financeira para suportar.

Contudo, até ao momento, tal participação não está assegurada, apesar de insistentemente solicitada desde Dezembro de 1977 e da presença na execução daquelas obras. Por outro lado, encontra-se também comprometida uma outra participação faseada, já autorizada por despacho de Outubro de 1977 do então secretário de Estado dos Recursos Hídricos e Saneamento Básico do

Governo Constitucional, para uma obra directamente ligada com os grandes projectos anteriormente referidos: drenagem das águas pluviais da Plataforma de Beiroles, onde terminará o Interceptor e se instalará a Estação de Tratamento e o Emissário.

De facto, o Governo Mota Pinto/PPD, argumentando que no ano de 1979 entrará em vigor a «Lei das Autarquias Locais» (sic) — deve querer referir-se à Lei de Finanças Locais — vem agora recusar o cumprimento de um compromisso assumido pelo Estado perante uma autarquia, o que é ainda mais grave pelo facto de apenas se esperar pela garantia do financiamento para proceder à adjudicação da obra e avançar, assim, com a sua urgente execução.

Aquelas grandes obras de Saneamento — que constituem uma unidade, já que a Estação de Tratamento e o Emissário não poderão funcionar sem o Interceptor e este sem aqueles — contribuirá para a concentração da poluição orgânica — interessam não só ao concelho de Lisboa como também aos de Loures, Oeiras e Cascais.

Efectivamente, parte dos esgotos do concelho de Loures — Moscavide (30 000 habitantes) e Beiroles (50 000 habitantes) — serão drenados para a Estação de Tratamento de Lisboa e as praças da Costa do Sol serão seguramente beneficiadas do ponto de vista sanitário com a eliminação de uma grande fonte de poluição a montante constituída pelos esgotos de Lisboa.

A submissão ao estrangeiro

Há sérios motivos para acreditar que as negociações de participações por parte do Estado continuarão a ser entravadas, pois surgiu entretanto um «Estudo Global de Despoluição do Tejo», tutelado pela Secretaria de Estado do Ordenamento Físico, dos Recursos Hídricos e Ambiente do Ministério da Habitação e Obras Públicas, cuja execução contará com especialistas em Engenharia Sanitária da UNESCO

é financiado pelo Banco Mundial através do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Afirma-se que a 1.ª fase deste Estudo orçará em 27 000 contos.

Não está em causa, obviamente, a necessidade de se proceder com urgência à despoluição do Tejo, para o que há que tomar grandes medidas de Saneamento Urbano e Industrial.

O que preocupa é que, em troca de promessas de empréstimo para financiamento de projectos, (não para as obras, note-se), a conceder por essa «prestimosa instituição» que é o Banco Mundial, se pretenda ignorar a existência de técnicos portugueses cuja competência não oferece dúvidas e entregar a feitura de tais projectos a gabinetes estrangeiros... recomendados pelo Banco Mundial.

Esta ideia, a concretizar-se, provocaria a saída do país de elevada quantia em divisas, dado que um projecto global para a despoluição do Tejo será da ordem dos milhões de contos e que as «empenhadas» entidades estrangeiras que se propõem «ajudar-nos» cobram sobre o preço dos seus estudos a módica percentagem de 8%!!!

Nada justificará uma tal «solução»... a não ser uma total e cega submissão aos ditames do imperialismo.

Em Portugal existem suficientes capacidades técnicas para a elaboração de tais estruturas e projectos, e no caso concreto de Lisboa, esses estudos encontram-se já bastante avançados, não sendo necessário esperar por estudos «globais» para o imediato início das obras de saneamento, nomeadamente no que se refere à fase de execução do Interceptor e dos ensaios piloto no que toca à Estação de Tratamento, em cujos estudos a Câmara Municipal de Lisboa dispunha já cerca de treze mil contos.

Pretenderá o Governo deitar para o «esgoto» soluções que podiam ser aplicadas com êxito e que já tanto custaram ao povo português, só para satisfazer as exigências do Banco Mundial?

Debater problemas, apresentar propostas de solução



Nas Instalações da Feira Nacional da Agricultura, realizou-se, no passado dia 4, o Encontro Distrital de Santarém da APU, com o objectivo de trabalhos que incluam o balanço do Recenseamento — Intervenção de Carlos Pinho; Lei das Finanças Locais — Bruno Soares; Lei das Competências — Luís Sá; e eleições para as autarquias — Madeira Lopes.

Na mesa que presidiu aos trabalhos encontravam-se, além dos intervenientes referidos, o presidente, Francisco Viegas, da AM de Santarém, Vítor Louro, deputado do PCP, Jacinto Fernandes, da AM de Santarém, Anselmo Anibal, vereador da CM de Lisboa, e ainda Octávio Pato, do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP.

Participaram 253 activistas e eleitos da APU de 18 dos 21 concelhos dos distritos que, à tarde, debateram as questões expostas e discutiram experiências locais. Aprovearam também, por aclamação, duas moções apresentadas, uma exigindo a aplicação integral da Lei das Finanças Locais e uma segunda saudando o Ano Internacional da Criança e exortando os elementos da APU a enviarem esforços para a criação de comissões

unitárias que mobilizem as estruturas populares, de modo a fazer de 1979 o ponto de partida para o futuro livre das crianças portuguesas e do mundo inteiro. No final, ainda por aclamação, aprovaram mais duas moções — uma de apoio à Reforma Agrária e outra de apoio à luta dos trabalhadores da «Metalúrgica Duarte Ferreira».

O camarada Octávio Pato encerrou o Encontro com uma intervenção sobre a situação política actual.

Matosinhos e Braga No dia seguinte, em Matosinhos, nas instalações do

Licou, um Encontro de municípios inventariou os principais problemas do concelho, definiu prioridades e apresentou soluções para superar as dificuldades constatadas.

Com a discussão serena e fundamentada das carências, dos entraves e obstáculos levantados, os duzentos participantes deram um assinalável contributo para a mudança necessária a operar na vida do concelho, só possível através do empenhamento dos órgãos autárquicos e da sua cooperação com as estruturas populares.

Os documentos resultantes deste Encontro são muito concretos na análise das situações e propõem soluções plausíveis, tendo sido notada uma cuidada preparação da reunião, no decurso da qual foram recolhidos mais de meia centena de inquéritos acerca dos mais variados aspectos da vida do concelho. Igualmente de assinalar a profunda ligação dos participantes aos anseios populares, sendo significativa a presença de sete dezenas de representantes de colectividades, cooperativas e de associações.

Também em Braga, no passado fim-de-semana, um Encontro semelhante se organizou à volta dos problemas das populações, das estruturas populares e das autarquias, visando contribuir para o melhoramento do trabalho nesta frente.

Movimento popular debate criação do Município da Amadora

A criação do município da Amadora, que neste momento é já não um imperativo administrativo, socioeconómico e político, mas também uma imposição legal (a Lei 22/77 determina que só o novo município esteja instalado até 31 de Dezembro do corrente ano, o mais tardar), coloca de imediato, entre outras, três importantes questões:

- delimitação do concelho e das freguesias;
- instalações municipais e de freguesia;
- estado da organização dos serviços.

A primeira questão, sem dúvida a que mais polémica pode vir a provocar, não seria certamente resolvida da melhor forma sem a participação das populações interessadas, nomeadamente através das respectivas organizações populares de base e órgãos autárquicos.

As três propostas de delimitação do concelho da Amadora apresentadas no último relatório da respectiva Comissão Instaladora (CIMA) — passagem automática da actual Freguesia da Amadora a concelho; Integração no futuro concelho, além da actual freguesia, de alguns lugares circunvizinhos; Integração das localidades de Amadora, Queluz, Belas, Idanha, Venda Seca e lugares circundantes — mostram bem como se impõe um amplo debate sobre o assunto, de forma a impedir

qualquer decisão de gabinete que, em vez de contribuir para resolver, viesse agravar os problemas com que tem de haver-se a ainda maior freguesia do país.

Nos debates que estão a ser realizados nas organizações populares em torno das propostas da CIMA e da distribuída pela APU começaram já a ser tomadas posições muito definidas sobre este ponto. Assim, na última reunião da Assembleia de Freguesia de Queluz, foi aprovada por unanimidade a não integração no novo concelho.

Entretanto, numa reunião recentemente efectuada na sede da Comissão de Moradores do Bairro Novo, na Amadora, moradores de Caranque, A-da-Beja, Belas e Bairro Novo repudiaram a passagem pura e simples da freguesia da Amadora a concelho e consideraram que

a eventual integração de Queluz, Idanha, Belas e Venda Seca deveria ser considerada apenas pelas respectivas populações, embora a solução não lhes parecesse a mais conveniente.

A animada discussão, que incluiu sobretudo sobre a proposta da APU, coincidente com a segunda hipótese da CIMA, viria aliás a revelar que esta é a única que, para além de atender à situação geográfica, procura respeitar tanto quanto possível os sentimentos populares e facilitar as deslocações dos moradores.

Isto não impediu, evidentemente, críticas pertinentes e sugestões que a APU não poderá deixar de ter em consideração. Fazendo notar o atraso com que estes problemas começaram a ser discutidos, um morador de Caranque levantou a hipótese da passagem desta localidade a freguesia, pelo menos a médio prazo.

Zona em plena expansão, que conta já com cerca de vinte mil habitantes, Caranque pertence administrativamente à freguesia de Belas, para a qual nem sequer tem transportes! Lutando por uma freguesia há cerca de quinze anos, extremamente carenciada em infra-estruturas, sem transportes suficientes, sem equipamentos,

Caranque não lucraria no entanto com a passagem, de imediato, a freguesia. As escassas verbas que, como tal, lhe seriam atribuídas (em função do número de habitantes recenseados), não lhe permitiriam corresponder às necessidades e aspirações da respectiva população.

Estas e outras questões, como por exemplo o caso de moradores de uma freguesia terem de passar por outra freguesia para se deslocarem à sede do seu órgão autárquico; as comunicações inexistentes entre locais relativamente próximos, provocadas por aberrações da rede viária; a preservação de áreas para equipamentos e zonas verdes e tantos mais casos pontuais que só a população conhece bem, porque os vive no seu dia-a-dia, mostraram clara e neta a importância da discussão pública que a APU propôs.

Como se disse no Bairro Novo, no passado sábado, o debate está em aberto. Todas as críticas, sugestões, propostas serão estudadas devidamente.

O balanço desta audição de opinião pública será feito no próximo sábado, dia 10, durante um encontro promovido pela APU, a realizar na Cel-Cat, na Amadora.



Habitação económica Prepara-se um Congresso

Um vasto movimento a nível nacional prepara a realização, para os próximos dias 16, 17 e 18 de Fevereiro, do I Congresso Nacional das Cooperativas de Habitação Económica, que terá lugar no Hotel Penta, em Lisboa.

A organização do movimento, a sua institucionalização e a discussão dos problemas que mais pesam sobre as Cooperativas de Habitação Económica — dificuldades no financiamento, terrenos, projectos e infra-estruturas —, serão os objectivos deste I Congresso.

Das cerca de duas centenas de Cooperativas do género que existem actualmente no país, já 70 se tinham inscrito no passado fim-de-semana, aguardando-se que muitas mais participem. Cada Cooperativa estará representada por 3 delegados.

Segundo o Fundo de Fomento da Habitação, ainda não se encontra assegurada a verba para financiamento no corrente ano. Os dinheiros existentes — 300 mil contos — duram só até Março e apenas permitem o prosseguimento das obras em curso. Há cerca de 1800 fogos que, apesar de autorizados, não se encontram em construção por falta de financiamento.

A Universidade em eleições

Está a decorrer no Ensino Superior mais um período de eleições para os órgãos de gestão. Trata-se de uma importante fase da vida universitária portuguesa, não só pelos objectivos em vista, mas também pela própria situação em que estes actos eleitorais se desenrolam, situação caracterizada no fundamental pelas apreensões dos estudantes em relação ao futuro — ao seu futuro e ao do Ensino Superior —, e pela necessidade de levar à prática a mais ampla e representativa unidade democrática no âmbito da luta estudantil, de que são exemplo as recentes vitórias para os órgãos de gestão de listas unitárias, nomeadamente, na Faculdade de Medicina e no Instituto Superior de Economia (ISE) — Lisboa. Na primeira, a lista constituída por estudantes progressistas obteve 705 votos (mais de 50 por cento dos expressos) e elegeu 16 dos 30 elementos que compõem a nova Assembleia de Representantes. Na segunda, a lista democrática ganhou o apoio de 615 estudantes, obtendo 11 dos 30 lugares que constituem a AR.

Falávamos nas apreensões estudantis face à grave situação que se vive presentemente no Ensino Superior. Não é caso para menos: ao mesmo tempo que o MEIC vai nomear o professor Rosado Fernandes, alto dirigente da CAP (I), para Reitor da Universidade Clássica de Lisboa, mesmo após o parecer desfavorável da maioria dos estudantes e professores (e dos seus organismos representativos) daquela Universidade (refira-se, a propósito, a tomada de posição conjunta das Associações de Estudantes de Letras, Ciências e Medicina), continuam nos bastidores as manobras para a reintegração de docentes justamente saneados após o 25 de Abril, continuam por resolver os problemas levantados com a «reestruturação» dos cursos de Letras, nomeadamente para os

estudantes dos antigos cursos de Anglo-Americanos e Germanísticas, continuam a existir escolas em «situação de excepção» no que se refere à gestão democrática (é o caso do ISEF e de certas escolas da Universidade Nova, nomeadamente Ciências Médicas, para já não falar dos institutos particulares), continuam sem solução os problemas originados pela aplicação de «números clausus» no 4.º ano do Ramo Educacional de Ciências, isto sem referir outras questões não menos preocupantes.

É, pois, neste quadro que estão a decorrer as eleições para a gestão na Universidade, tendo-se realizado até agora os actos eleitorais em Medicina, ISE e Direito de Lisboa; Letras do Porto; e Direito, Letras, Medicina, Economia e Ciências e Tecnologia de Coimbra, onde decorrerá no próximo dia 15 um dos actos eleitorais aguardados com mais interesse: o da Direcção-Geral da Associação Académica.

Para além dos resultados e das listas que concorreram (a direita apareceu várias vezes assim coligada: PPD/CDS/MIRN/etc.), interessa agora prosseguir e desenvolver o trabalho das forças de esquerda com vista às próximas eleições. De salientar, a propósito, que, entre outros, falta ainda realizar o acto eleitoral do maior escola superior do país: a Faculdade de Letras de Lisboa.

Os responsáveis pelas actuais dificuldades — denuncia energeticamente o comunicado da Direcção Central do Superior da UEC — são os partidos e as forças que promoveram tal política, e em primeiro lugar o PS, o PPD e o CDS, responsáveis integrantes ou cúmplices na formação e sobrevivência dos últimos quatro Governos do país.

Apesar das graves limitações e restrições impostas pelo decreto da gestão aprovado na Assembleia da República em 1976 pelo PS, PPD e CDS, a participação de estudantes democratas nos órgãos de gestão das escolas continua a ser da maior importância. Votar para defender

e alargar a gestão democrática significa escolher para aqueles órgãos os estudantes

que se comprometem a lutar pela revisão e revogação da actual legislação da gestão, que espalham a capacidade de acção e decisão dos órgãos eleitos (designadamente o Directivo) e concentram no MEC e nos omnipotentes Conselhos Científicos, decisões que atingem dezenas de milhares de jovens.

A desorganização e o caos pedagógico actualmente existentes nas Faculdades de Letras e de Ciências, fruto das reestruturações arbitrárias do MEC, são a mais clara demonstração que só a participação activa e efectiva dos órgãos de gestão eleitos na definição da política de ensino universitária pode salvaguardar a defesa dos mais elementares direitos estudantis, nomeadamente do direito às aulas.

que se comprometem efectivamente a reivindicar junto dos órgãos do poder (Governo e Assembleia da República) a publicação de um Estatuto Universitário, que consagre normas de autonomia para as Universidades e para as Faculdades nos campos pedagógico, financeiro, administrativo e científico, que institua um Conselho Nacional do Ensino Superior, órgão com representação estudantil e com voz activa na definição da política universitária.

Votar para dar mais força à unidade estudantil! Anuncia-se para o próximo Orçamento Geral do Estado novas restrições nas verbas destinadas à Educação. Destas, a parte de leão será para as Universidades Novas e Particulares, que



Apesar das graves limitações e restrições impostas pelo decreto aprovado na AR pelo PS, PPD e CDS, a participação de estudantes democratas nos órgãos de gestão das escolas superiores continua a ser da maior importância

o Governo (e as forças de direita que o apoiam) pretende promover para servir os seus objectivos reaccionários. Para os três grandes centros universitários do país (Universidade do Porto, Coimbra, Clássica e Técnica de Lisboa, onde estudam 70 mil alunos) será o prosseguimento da asfixia financeira, será a política de limitação elitista à entrada de novos alunos, e limitação à contratação de novos docentes e ao requerimento do material didáctico e laboratorial. Em suma, alerta a UEC, vai prosseguir e agravar-se a crise da Universidade portuguesa.

Mais adiante, lê-se no documento dos estudantes comunistas: As organizações juvenis reaccionárias (a JSD e a JC) são, pelos compromissos e ligação que têm com o actual governo, os representantes daquela política no Movimento Estudantil. Por muito que o escondam, que o neguem, que o escamoteiem, a JSD e a JC são, na

Universidade, as corréias de transmissão do actual governo. Votar nas listas que promove é apoiar uma política que contraria os interesses mais imediatos e as aspirações mais profundas da generalidade dos estudantes. É dar pretexto a que se afirme uma política antiestudantil, antidemocrática e antipatriótica. A terminar, a Direcção Central do Superior da UEC salienta nomeadamente que só a unidade de todos os estudantes, em torno de aspirações e problemas comuns pode opor uma resistência efectiva e eficaz a esta política. Só a unidade de todos os estudantes, construída no dia-a-dia da vida escolar, pode abrir caminho a uma escola e a uma vida melhores, onde o estudo ganhe um sentido e o futuro seja algo mais que um intrínseco «puzzle».

Dia-a-dia, é maior o número de estudantes que engrossam as fileiras da batalha pela unidade. A corrente unitária é hoje uma poderosa realidade do Movimento Estudantil.

Mas é possível e necessário enraizar ainda mais a unidade estudantil, tornando mais sólidos os laços de solidariedade entre todos os estudantes. Exige-o a urgente necessidade de transformar a Universidade que temos.

Votar para dar mais força à unidade estudantil é votar nas listas unitárias, aquelas listas cuja composição e programa reflectem a preocupação primeira de dar mais dinamismo e eficácia à gestão, tomando esta um instrumento ao serviço da transformação democrática da Universidade.

Ao mesmo tempo que empenham todos os seus esforços na formação de listas da mais larga unidade estudantil, reafirmando a importância que, no quadro desta, assume a unidade entre os estudantes comunistas e socialistas, os estudantes comunistas apelam ao voto massivo nas listas unitárias.

A unidade também vence no Secundário!

Ao contrário do que as organizações de direita e certos órgãos de Comunicação Social que lhes dão cobertura tentam fazer crer, a verdade é que também no Ensino Secundário as eleições já efectuadas no presente ano lectivo apontam claramente para um importante reforço das posições democráticas e progressistas, demonstrando a vez mais que a massa estudantil não apoia a prática golpista e provocatória de forças como a JSD, não apoia os grupelhos neoznais, não apoia os que pretendem criar nas escolas

um ambiente desestabilizador e antidemocrático.

Nas consultas eleitorais para as direcções associativas, as listas de unidade obtiveram recentemente vitórias no Liceu do Barreiro, na Escola Preparatória Álvaro Velho, Liceu D. Duarte (Coimbra), nas escolas secundárias de Soura, Aveiro, Our, Chaves, Macedo de Cavaleiros, José Falcão, Machado de Castro (Lisboa) e na Escola Industrial de Évora. Nas eleições para os estatutos da Associação de Estudantes da Escola Industrial e Comercial de Leiria também saiu vencedora uma lista

unitária de esquerda.

Para os Conselhos Directivos (representação dos estudantes), foram também alcançadas importantes vitórias por listas unitárias. Assim aconteceu, por exemplo, na Escola Industrial e Comercial de Setúbal, Liceu do Barreiro, e escolas secundárias de Espinho, Gouveia, Figueira da Foz, Soure, Tondela, Vila Real de Trás-os-Montes, Chaves, Tomar, Moura, Grândola, Póvoa de Varzim, Anjos e D. Maria I (ambas de Lisboa) e Infante D. Henrique e Soares dos Reis (Porto).

Semana

31 Quarta-feira

1950 — Truman, presidente dos EUA, decide fabricar a bomba H.



Samora Machel

O IV Congresso da FNL elege o coronel Benjedid Chadli como candidato à Presidência da República da Argélia...

1 Quinta-feira

1968 — Os guerrilheiros vietnamitas conquistam a cidade de Hue, durante a ofensiva do Tet.

Deng Xiaoping, em "visita de amizade" à pátria do imperialismo, sugere aos norte-americanos uma aliança...

2 Sexta-feira

1943 — A "Wehrmacht" nazi, o Exército de Hitler, sofre a sua primeira grande derrota em Stalingrado.



Asinar sobre o povo

O senador norte-americano Frank Church, acusa a Arábia Saudita de colocar entraves aos "esforços de paz" para o Médio-Oriente...

3 Sábado

1969 — É assassinado o dirigente da FRELIMO Eduardo Mondlane.

A Assembleia Consultiva do Conselho da Europa recomenda em Estrasburgo o restabelecimento das penas para crimes de guerra...

4 Domingo

1961 — O povo angolano, dirigido pelo MPLA, inicia a luta armada contra o colonialismo português.



Agostinho Neto

O secretário-geral do Partido Comunista Italiano, Enrico Berlinguer, declara que a solução mais adequada para a actual crise política italiana seria uma coligação governamental de representantes de todos os Partidos democráticos...

5 Segunda-feira

1974 — 81% dos mineiros ingleses votam uma greve total que durará até 6 de Março, provocando a queda do governo conservador.

O "Movimento al Socialismo" (MAS) propõe a criação de uma comissão especial para investigar casos de corrupção administrativa nos dois últimos governos venezuelanos...

6 Terça-feira

1932 — Nasce em Havana Camilo Cienfuegos, destacado dirigente da Revolução cubana.

O Vietname acusa a China de ataques e violações ao seu território nacional. A TASS acusa a China de fomentar actividades subversivas contra a Índia e de colaborar com a CIA...

Vivem-se no Irão momentos decisivos

Um novo passo foi dado no Irão. Não se sabe ainda para que futuro foi dado esse passo. Para uma nova situação mais democrática e uma política anti-imperialista?

Uma coisa, entretanto, é certa: foi um povo em revolução que impôs mais este passo — que abriu as portas ao dirigente religioso que no momento encarna a aspiração nacional de um novo vida, sem monarquia, sem exploração, sem os ditames de Washington.

O regresso de Khomeiny foi precedido de significativas manifestações nas ruas. Por outro lado, as forças militares ocuparam Teerão numa demonstração de força.

Negando a legitimidade do governo nomeado pelo Xá e presidido por Shapur Bakhtiar, o ayatollah Khomeiny anunciou a nomeação do primeiro-ministro de um governo provisório, Mehdi Bazargan, ministro do governo progressista em 1950 presidido por Mossadegh, que então dirigiu a companhia nacionalizada do petróleo, preso numerosas vezes pela polícia do Xá, actualmente dirigente do Movimento de Libertação do Irão.

a opinião popular sobre o governo provisório se expressou através de manifestações pacíficas nas cidades e vilas de todo o país.

A exigência de demissão do governo de Bakhtiar mobiliza forças importantes: toda a oposição organizada, desde a Frente Nacional ao Partido Tudeh (que divulgou em Paris um comunicado em que apela para a intensificação da luta contra o governo do Xá), as massas populares do país, com expressão particularmente nítida nas cidades mais mobilizadas também os campos.

Que forças há do outro lado? Grande parte da hierarquia militar, intimamente ligada aos meios militares norte-americanos. As 500 grandes companhias norte-americanas. Os interesses estratégicos e económicos de Washington, de Pretória, de Tel-Aviv. As dezenas de milhares de conselheiros militares norte-americanos. A CIA. As comissões especializadas criadas de emergência pela Casa Branca para "solucionar" a "questão" dos problemas criados pela explosão de descontentamento popular.

O enviado especial do Departamento de Defesa dos EUA, Eric Von Marbot, não está no Irão unicamente a negociar dívidas, o corte do fluxo de petróleo e mesmo tão pouco o cancelamento de certas vendas de armas (aliás significativo). Tal como o general Robert Huyser, 2.º comandante das forças da NATO na Europa, denunciado pelos manifestantes iranianos. O imperialismo trabalha activa-

mente — com os oficiais iranianos que formou, com os seus agentes, com as armas que vendeu ao Irão. Na convulsão que se vive no Irão, a clareza meridiana com que surge a barreira entre o Imperialismo e todo um povo, abre portas a uma mais profunda tomada de consciência que nenhuma manobra há-de poder sufocar.

Xá do Irão: 2,4 biliões na Suíça!

Genebra, 6 — A Suíça não restituirá ao Irão o dinheiro depositado pelo Xá Reza Pahlevi nos Bancos suíços, informou em Berna a Comissão instituída pelas autoridades helvéticas na sequência do pedido feito por dirigentes da oposição iraniana para que sejam restituídos o ouro e o dinheiro "espoliados pelo imperador".



A moradia que o Xá do Irão possui em Saint Moritz, na Suíça

Conferência dos Países Não Alinhados

Terminou no passado fim-de-semana, no Maputo, a Conferência Extraordinária dos Países Não-Alinhados, cujos trabalhos se prolongaram por quatro dias e onde, no final, foi considerado da maior importância que todos os países não-alinhados preservem a integridade e identidade do movimento e mantenham fidelidade aos seus princípios e objectivos.

Por outro lado, foi distribuído um comunicado final onde o Bureau coordenador dos não-alinhados tomou público os resultados da

conferência. Nele se lê a conclusão de que a África Austral é um dos pontos fulcrais da tensão nas relações internacionais e centro da confrontação entre as forças imperialistas de agressão e as forças da libertação, do progresso e da paz.

petróleo que fazem o mesmo.

Em relação à Rodésia os representantes da meia centena de países que participaram nesta Conferência do Maputo apoiaram a luta armada travada pela Frente Patriótica, considerando-a o único movimento de libertação do Zimbábue, pedindo a todos os não-alinhados que tudo façam para fortalecer a unidade no seio da Frente, recusando ainda reconhecer a legitimidade e representatividade do actual governo de Salisbury e rejeitando o chamado «acordo interno».

Foi decidido que os não-alinhados devem condenar o recrutamento, treino, trânsito e financiamento de mercenários estrangeiros para o polo regime de Ian Smith e insistir na sua retirada imediata do território rodésiano.

Quanto à Namíbia, a Conferência pediu a todos os Estados que boicoteem e bloqueiem os grupos ou regimes que lá forem instalados pela África do Sul e decidiu criar um fundo especial dos não-alinhados para auxiliar a Organização do Povo do Sudoeste Africano (SWAPO).

CAME tem 30 anos. Que resultados?

A comunidade dos países socialistas distingue-se actualmente pela aproximação cada vez mais acentuada entre os Estados Irmãos, pelo aparecimento de um número cada vez maior de elementos de comunhão na sua vida política, económica e social.

É da necessidade objectiva, própria da nossa época, de aproximação e interdependência entre as nacionalidades como forma de pleno desenvolvimento das capacidades económicas, técnico-científicas e culturais, que surge o Conselho de Ajuda Mútua Económica (CAME), que agrupa, na base do voluntariado, dez países socialistas em três continentes, com 10% da população e 10% do território de todo o mundo.

Isto significou a passagem de medidas isoladas na esfera da integração a formas complexas e a longo prazo, numa ampla perspectiva de desenvolvimento do sistema económico socialista mundial.

Um pouco de História

Em Janeiro de 1949, em Moscovo, numa conferência

(1950), Mongólia (1962), Cuba (1972) e Vietname (1978).

Os números do progresso

O CAME é a mais dinâmica força económica mundial. Entre 1950 e 1977, o rendimento nacional dos países membros aumentou 7 vezes, a produtividade do trabalho 5 vezes e o bem-estar da população 38 por cento.

Actualmente, os países membros do CAME produzem cerca do triplo da produção de carvão, extraem 50 vezes mais petróleo e quase o dobro do gás natural, cerca de 1,5 vezes mais aço e 1,4 vezes mais cimento do que os países da CEE. Em 1977 a quota parte dos países do CAME na produção mundial de energia eléctrica aumentou, enquanto a parte proporcional dos países da CEE diminuiu.

A indústria proporciona mais de metade do rendimento nacional, satisfaz, quase por completo, as necessidades dos países do CAME em maquinaria,

equipamento, aparelhagem, instrumentos electrónicos e computadores, assegura a renovação técnica e o desenvolvimento de todos os ramos da economia nacional.

Os elucidativos números da expansão económica têm o seu reflexo directo no nível de vida

material e cultural da população. Actualmente o salário médio na URSS, tendo em conta os subsídios sociais, é de 15 contos e quinhentos. Em 1977, o salário real médio dos trabalhadores dos países do CAME aumentou cerca de 5%.

Factos que demonstram a concretização dos objectivos do CAME: os objectivos do socialismo.



A Indústria do CAME satisfaz hoje, quase por completo, as necessidades dos países membros em maquinaria, equipamento, aparelhagem, instrumentos electrónicos e computadores

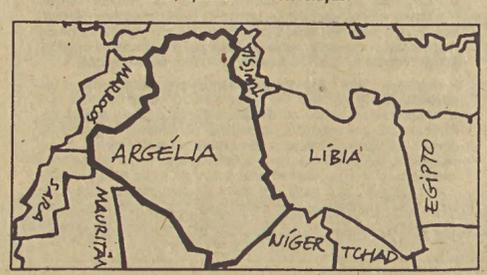
A Argélia já tem novo Presidente

Após a morte, em 27 de Dezembro de 1978, do presidente argelino Houari Boumediene, segundo os preceitos constitucionais, o IV Congresso da Frente de Libertação Nacional (FLN), que assumiu entretanto o poder elegeu para candidato à Presidência da República o coronel Benjedid Chadli, tendo sido eleito em referendo popular no passado dia 7. Assim, Chadli é o novo presidente argelino e simultaneamente o secretário-geral da FLN, como também determina a Constituição do país.

O coronel Chadli tem 49 anos e é um veterano da guerra de libertação contra o colonialismo francês, tendo-se tomado, em 1960, comandante dum batalhão do Exército de Libertação Nacional, estacionado junto à fronteira com a Tunísia. Em 1961 foi nomeado para o Estado Maior General e, dois anos mais tarde, recebeu o comando da Região Militar de Constantina, a 6.ª do país. Em 1964 transitou para a Região Militar de Orão, passando assim a comandar a 2.ª R.M. do país, cargo que deteve até agora.

O novo presidente foi um dos militares que apoiaram Boumediene em 1965, quando

o governo de Ben Bella foi derrubado. No âmbito da Constituição de 1976 o Presidente da República tinha a opção de nomear o primeiro-ministro, o que Boumediene nunca fez. Agora o IV Congresso adoptou uma recomendação para que o Chefe de Estado nomeie o primeiro-ministro, com poderes especiais, e vários vice-presidentes, e adoptou novos Estatutos estipulando a criação de um Comité Central de 120 a 160 membros e um Politburo de 17 a 21 membros, para o qual deverão ser eleitos a maioria dos oito membros do agora autodissolvido Conselho da Revolução.



China: quem ameaça quem

O estreitamento de relações entre diferentes países, nomeadamente entre países com sistemas políticos e socio-económicos diferentes, constitui normalmente um facto positivo, insere-se numa prática sem a qual o processo de desenvolvimento e o clima de coexistência pacífica seriam improváveis.

Antes a dita a lógica da guerra. Quanto a isso, as afirmações do vice-primeiro-ministro chinês são claras, quando retoma ao velho fantasma da «ameaça russa», da «expansão hegemónica», apelando à União Soviética de «inimigo principal», contra a qual a China apela para a unidade dos EUA, dos outros países da NATO e do Japão, no mesmo momento em que nas fronteiras vietnamitas se concentraram 150 mil soldados chineses e diversas esquadras de aviões de combate.

O ataque sistemático à comunidade socialista, em particular à URSS, não surge isolado no contexto da política chinesa. Há uma linha de coerência que unifica as diversas posições políticas — uma posição de classe: oposta aos interesses da classe operária, das massas trabalhadoras, e como tal das forças progressistas. Exemplos actuais ilustram esta realidade.

Estão neste caso as garantias de manter o sistema político e económico da Formosa, quando de uma posterior reunificação (isto portanto em relação a uma zona onde impera o sistema capitalista e de facto o domínio dos EUA), tal como a decisão chinesa de restituição dos bens, depósitos bancários e outros valores aos capitalistas, outrora confiscados.

A colaboração aberta e multilateral da China de hoje com o imperialismo é um dado irrefutável: tanto no plano económico, como político (no apoio a todos os regimes e movimentos reaccionários) e militar.

Washington autorizou a venda de modernos computadores electrónicos à China podendo o Congresso conceder-lhe o estatuto de nação mais favorecida para ampliar a venda de produtos agropecuários.

Gigantescas companhias norte-americanas entram em competição para participarem na exploração dos jazigos petrolíferos do litoral chinês. Segundo informações de Londres, em cada semana, 50 a 60 banqueiros dos países capitalistas consultam o Banco da China em Pequim para examinar as possibilidades de concessão de empréstimos que poderão concretizar-se em acordos no montante de 10 mil milhões de dólares. O Japão tem parte de leão neste processo onde não por acaso, os grandes monopólios estão tão empenhados. O exemplo dos países em vias de desenvolvimento, que se batem pelo domínio das suas riquezas, por justos preços para os seus produtos, países bem marcados pela «equidade» da ordem económica mundial capitalista, tanto no plano económico como socio-político, diz-nos das repercussões que este processo não poderá deixar de ter na China.

Se o tipo de «desenvolvimento» económico em curso na China afecta profundamente um país ainda actualmente 75% agrícola e que, tendo um quarto da população da terra, contribui

unicamente com um vigésimo do PNB mundial, recal como uma carga brutal sobre o povo chinês, o conciliante «desenvolvimento» a nível militar é particularmente preocupante e perigoso.

Mais de 40 por cento do orçamento da China é destinado a fins militares. O acordo assinado em Bruxelas, em Abril do ano passado, que concedeu à China o regime de «nação mais favorecida» junto do Mercado Comum, activou o acesso de Pequim aos arsenais do mundo capitalista.

Segundo a «Newsweek», Pequim tentou adquirir na Europa capitalista e no Japão cinco mil tipos diferentes de armamentos e equipamentos militares dos mais modernos. Contra quem se dirige este arsenal? A sistemática propaganda anti-soviética, como a concentração de tropas nas fronteiras vietnamitas a que se somam provocações diárias, são suficientemente elucidativas. Há que juntar-lhe os mapas «históricos». Em tais mapas, publicados na China, as fronteiras dos países abrangem, além de zonas do território soviético, parte da República Popular da Mongólia, da Coreia, parte da Índia e do Nepal, o Butão, a Birmânia, a Tailândia, a Malásia, o Camboja, o Laos, o Vietname, quase todas as ilhas dos Mares da China Oriental e do Sul. Cabe perguntar: quem ameaça quem? De onde parte, de facto uma política hegemónica?

Temas e tácticas da campanha anticomunista

Temos assistido nos últimos tempos a uma nova e violenta ofensiva contra o PCP, traduzida simultaneamente nas palavras de dirigentes dos partidos reaccionários e de membros do Governo (com destaque para Prouça de Carvalho, Vaz Portugal e o próprio Primeiro-Ministro) e em "comentários", "análises" e "revelações" da imprensa de direita e fascista.

A campanha em curso acompanha e dá cobertura à intensificação da política antipopular do Governo e à ofensiva global contra o regime democrático, procurando mascarar o estrondoso fracasso da política de recuperação capitalista e criar a ideia, entre outras, de que tal fracasso se deve não à sua incapacidade congénita para resolver os problemas do país, mas sim à oposição "antipatriótica", "antidemocrática" e "desestabilizadora" do PCP.

Recorrendo a velhos métodos de triste memória, o Primeiro-Ministro, frouxo de imaginação, não hesita mesmo em deitar as mãos a argumentos como este: "Os comunistas não têm legitimidade para nos falarem de independência nacional, pois subordinam a sua acção em Portugal a uma estratégia e a interesses alheios".

Neste **Em Foco** de hoje analisamos alguns dos temas e das tácticas da campanha anticomunista. O empenhamento na luta ideológica e no desmascaramento da propaganda da reacção, mesmo quando esta recorre a métodos caluniosos e a aos argumentos mais absurdos, deverá ser uma preocupação constante não só dos militantes comunistas mas também de todos os democratas e patriotas que estão com o Portugal de Abril.

Está o PCP isolado?

As afirmações de que o PCP «está isolado» não são de hoje. Ao longo destes anos elas têm-se repetido periodicamente, mas como a própria vida o demonstra tais afirmações não assentam numa análise das realidades, mas sim, e isto é que é importante sublinhar, na manifestação por parte da reacção.

Ou seja: perante o aumento da audiência e da implantação do PCP, a reacção, no intuito de iludir a força crescente dos comunistas, desenvolve toda uma campanha no sentido de esconder essa força, procurando fazer crer que o PCP se isola. A reacção julga assim poder transformar os seus sonhos em realidades.

Aliás, quando se fala de «isolamento», é necessário esclarecer desde logo o que se entende por tal conceito, e em relação a quem e a quem se manifesta esse isolamento.

E então caberá perguntar: está o PCP isolado da classe operária, dos trabalhadores, das massas populares?

É evidente que não. Antes pelo contrário, as realidades demonstram que em todo o país, aumenta a simpatia e a confiança populares em relação ao PCP. Nos sindicatos e nas empresas, as listas apoiadas pelos comunistas somam vitórias sobre vitórias; nas escolas e entre a juventude trabalhadora, é cada vez maior o prestígio e a audiência da UEC e da UJC; em todas as eleições para as autarquias realizadas nos últimos meses, não houve uma única em que a APU, apoiada pelo PCP, não tenha aumentado substancialmente as suas votações, incluindo nas regiões ainda dominadas pelo caciquismo reaccionário!

Verifica-se assim claramente até que ponto o apregoado «isolamento» do PCP não passa de uma manobra propagandística, completamente contrária aos factos, destinada no fim de contas a tentar disfarçar o isolamento da reacção, esse sim, bem real, ainda que mascarado por detrás de grandes fanfarronadas e afirmações de força.

Quem se isola do povo, quem se afasta do tão falado «país real», são os partidos reaccionários, o PSD e o CDS, e também o PS, com a sua política ao serviço do grande capital, dos latifundiários e do imperialismo. Uma tal política, profundamente inadequada às realidades do país, conduzirá inevitavelmente aqueles que a defendem a uma cada vez maior confrontação com as massas populares. Pelo contrário, não se isola do povo quem defende os legítimos interesses do povo.

Como o sublinhou recentemente Álvaro Cunhal no Porto, «se o PCP fica sendo o único partido da oposição a uma política antipopular e antinacional, se fica sendo o único partido a defender firmemente o regime democrático consagrado na Constituição, ninguém tenha dúvidas que não só o PCP estará com a maioria do povo português como a maioria do povo português virá a estar com o PCP».

A reacção gostaria de ver o PCP isolado, metido num «ghetto». Que a reacção se desengane. Não está nem estará isolado um partido que, com os seus mais de 140 000 militantes, 30 000 membros das Juventudes Comunistas, e talvez perto de um milhão de eleitores, é a maior força política organizada do país. Não está nem estará isolado um partido que detém, indiscutivelmente, uma influência decisiva e determinante no seio da classe operária e dos trabalhadores organizados. Não está nem estará isolado um partido responsável e respeitado, com uma voz activa e interveniente em todos os domínios da vida nacional. Não está nem estará isolado um partido cujo órgão central, com os seus cerca de 80 000 exemplares vendidos, é o jornal de maior tiragem de toda a imprensa semanal portuguesa. Não está nem estará isolado um partido intimamente ligado ao povo, que norteia toda a sua actividade pela defesa intransigente dos interesses populares e dos interesses nacionais.



Nenhum outro partido além do PCP consegue reunir nas suas iniciativas tão grandes multidões, com a participação, além de militantes e amigos do Partido de muitos outros democratas e patriotas. Assim se manifesta o «isolamento» do PCP...



As palavras que saem da boca dos diferentes escrevinhadores reaccionários incitam ao anticomunismo e à repressão contra o movimento operário e popular (Desenho do alemão G. GROSZ, 1893/1959)



Quem não é comunista é reaccionário?

Na tentativa permanente de isolar os comunistas e os afastar das massas populares, a reacção inventa e calunia, atribuindo aos comunistas designios que a política e a prática do PCP quotidianamente desmentem. Uma dessas invenções é a de que para o PCP «quem não é comunista é reaccionário».

O objectivo é evidente: trata-se de dar dos comunistas a imagem de gente intransigente e sectária, incapaz de diálogo e da abertura às ideias dos outros. Os reaccionários procuram

assim transformar em sectarismo e intransigência tudo aquilo que, da parte dos comunistas, denota firmeza e determinação na luta contra os inimigos da democracia, isto é, contra os próprios reaccionários...

Em tal luta, porém, hoje como ontem, sempre o PCP seguiu uma política de ampla unidade, procurando conglomerar à volta de objectivos essenciais comuns todos os democratas e antifascistas, todos os que, independentemente das suas opiniões políticas e crenças religiosas, estão dispostos a unir-se no

combate em defesa das liberdades, do regime democrático e das conquistas dos trabalhadores.

A política de unidade do PCP não é um mero slogan nem é uma posição recente. Nos sindicatos, nas empresas, nos campos, nas escolas, nas autarquias, o esforço persistente dos comunistas dirige-se para a concretização desse objectivo, para a formação de uma ampla frente unitária que reuna todos os democratas e patriotas na defesa dos ideais de Abril. Pode-se dizer que não há

um discurso de um dirigente do Partido, não há um documento da direcção do Partido em que tal orientação não esteja claramente expressa.

E não se trata de uma posição de hoje. Evoca a reacção o ano de 1975 para acusar os comunistas de «sectarismo», terem tentado impor as suas ideias ao povo português. Nada mais falso. O apelo à unidade, uma política consequente de unidade, de abertura e de diálogo, sempre foi uma constante da política do PCP.

«Neste momento em que vejo que há aqui muitos

comunistas — dizia Álvaro Cunhal, em Malo de 1975, falando de improviso num comício em Pêro Pinheiro — faço um apelo para que cada comunista olhe para o seu lado e veja se há outro trabalhador, outro português ou portuguesa que não seja comunista, e dê o braço a esse trabalhador que não é comunista, a essa trabalhadora, ou a esse outro português ou portuguesa que não é comunista e venha com ele para a luta, e o chame à luta, e não se isole dentro do Partido».

A unidade entre todos os

que estão com o regime democrático encontra hoje sérias dificuldades para se concretizar no plano orgânico, devido à arrumação das forças políticas e à política de alianças com a direita da direcção do PS. Constatando este facto, o Comité Central do PCP, na sua reunião de 15 de Janeiro, sem pôr de parte «a continuação do esforço para a aproximação, acordo e acção comum dos partidos democráticos», fez um solene apelo «a todos os democratas e patriotas, a todos os que estão dispostos a lutar para que

Portugal não volte ao passado de terror da ditadura fascista, para que se aproxime, para que debatam os problemas, para que se entendam, para que decidam em comum, junto com os comunistas, os objectivos e as formas de luta e de intervenção em defesa do Portugal de Abril».

É esta, e não outra, a política do PCP. Ao acusarem falsamente os comunistas de considerarem reaccionários todos os que não pensam como eles, os inimigos da democracia procuram afastar as

massas populares do PCP, criar uma barreira entre os comunistas e o povo. Trata-se de um esforço que a própria realidade demonstra não ter êxito. Por cada organização, por cada militante, o PCP está íntima e indissolubilmente ligado ao povo, ligado às massas. E o povo não é reaccionário: os democratas e patriotas, os que estão com a democracia e os ideais de Abril, embora com opiniões políticas diversificadas, constituem a maioria esmagadora do povo português.

Porquê a ofensiva contra o PCP?

Pode perguntar-se, camaradas, porquê esta nova ofensiva contra o PCP?

Porque a reacção sabe tão bem como o nosso povo, que, no movimento operário, popular e democrático o PCP se tornou, no Portugal dos dias de hoje, uma força essencial, insubstituível e indispensável.

Porque o PCP não é um partido que se curve ante as campanhas venenosas dos fascistas e reaccionários, ante as ameaças e os despotismos.

Porque o PCP é um partido que sempre falou verdade ao preço da liberdade e da vida dos seus militantes e por isso continua hoje e continuará sempre desmascarando a mentira, venha ela donde vier, continuará dizendo a verdade ao povo.

Porque, no quadro das forças políticas, o PCP é o grande, firme e inabalável defensor dos interesses da classe operária e de todos os trabalhadores, da população laboriosa das cidades, do campo e do mar, porque é praticamente o único que em todas as circunstâncias, favoráveis ou desfavoráveis, está sempre ao lado de quem trabalha contra os seus exploradores.

Porque, em contraste com o fracasso dos sucessivos governos, o PCP apresenta uma saída para a crise, soluções concretas para os grandes e graves problemas nacionais.

Porque, no quadro das forças políticas, o PCP é hoje o único grande partido que defende firmemente, sem vacilações, as

grandes transformações democráticas alcançadas desde o 25 de Abril.

Porque o PCP é o único que continua a apontar, como sempre apontou, como condição de uma vida próspera e livre, como garantia das liberdades e da independência nacional, a perspectiva da sociedade socialista.

E ainda por uma razão mais.

Porque o PCP é o único grande partido que, através de todas as dificuldades e obstáculos, fazendo frente às manobras e acções divisionistas, luta sempre e sempre, continua e tenazmente, pela unidade de combate dos trabalhadores, pela aproximação, o entendimento, a acção comum, a unidade dos democratas e patriotas portugueses na construção do Portugal de Abril.

Porque o PCP procura sempre e sempre, tenazmente, superar diferenças de pontos de vista, divergências e conflitos entre democratas, está sempre pronto a examinar com portugueses e portuguesas de outras tendências as soluções para os problemas, porque, apesar das severas críticas que faz à acção do PS, insiste sempre (porque isto é essencial na democracia portuguesa) no entendimento e acção comum de comunistas e socialistas.

(Álvaro Cunhal no comício realizado no Porto em 27 de Janeiro)

Alguns exemplos

Na campanha propagandística contra o PCP têm-se empenhado com afinco nas últimas semanas os jornais de extrema-direita, de tendência fascizante ou claramente fascistas. As tiragens irrisórias desses pasquins revelam a frágil audiência da sua «mensagem» política na opinião pública, mas nem por isso aquilo que neles se escreve deve deixar de ser considerado, na medida em que nos ajuda a detectar as tácticas e os objectivos da reacção.

Alguns exemplos dos seus títulos de 1.ª página dão ideia de alguns dos fins em vista: «Referendo popular para legalizar o PCP» e «O PCP deve ser ilegalizado» («A Rua»); «O PCP despiu a pele de cordeiro e mostra os dentes» («O Diabo»), etc.

Mas para além destes e doutros jornais, como «Pais», «Jornal Novo» e «O Dia»,

alguns que se pretendem mais moderados têm igualmente participado na campanha, como é nomeadamente o caso do «Tempo». Um artigo recente deste semanário, com o título de 1.ª página «O PCP num ghetto», é um exemplo significativo dos métodos «jornalísticos» empregues pela reacção. Na prosa há um pouco de tudo.

Apresentar como pretensamente consumado e irreversível aquilo que não passa de um plano e de um desejo da reacção: «O PCP caiu num ghetto, que se julga definitivo, pois encontra-se em marcha um movimento tendente a isolar completamente e tornar impossível qualquer tipo de diálogo dos partidos democráticos com os seguidores do dr. Álvaro Cunhal».

Descaradas manobras de pressão política: «A única dúvida reside em saber se o PS deseja aceitar esta realidade

ou se insiste em manter uma margem de diálogo com o PCP...». «Uma vez conseguida a unidade entre o PSD, o CDS (já obtida na prática) e o PS, o Presidente da República será convidado a definir-se. Só no caso de apoiar sem ambiguidades um projecto democrático, poderá contar com uma reeleição».

Invenções e mentiras: o PCP «está isolado no ghetto do desespero», «sem agilidade democrática», «totalmente afastado da vida política real do país» e «vive praticamente na clandestinidade».

O sr. Manuel Castelo Branco afirmava: os comunistas ameaçam «formas de oposição que extravasam os muros da Assembleia da República» e contribuem «definitivamente para a confrontação, por ora pacífica, entre blocos políticos». O sr. V.S. gritava: os comunistas nos sindicatos fazem «manobras», «boicotes», «instrumentalizações» e «graves irregularidades». Para completar a panóplia, arquive-se ainda esta poderosa opinião do sr. Humberto Ferreira: «No campo dos comunistas as dissidências e os ódios viscerais não passam despercebidos a qualquer observador nacional ou estrangeiro».

Delirante imaginação e insuperável falta de vergonha — eis coisas que manifestamente não faltam aos escrevinhadores da reacção...

O verdadeiro significado do anticomunismo

O anticomunismo é a arma da reacção. Esta é uma verdade histórica cuja comprovação não resulta apenas da análise da realidade portuguesa. Desde os finais do século passado, lá onde as massas populares se lançam decididamente na luta contra a exploração capitalista e a dominação imperialista, logo os defensores da ordem estabelecida agitam o «papão comunista» como seu principal «argumento» político e ideológico.

Os motivos pelos quais os comunistas, hoje como ontem, são os alvos privilegiados dos ataques da reacção e do imperialismo derivam das suas intransigentes posições de classe, do seu profundo patriotismo e amor ao povo, da sua condição de vanguarda organizada na luta em defesa dos interesses populares e dos interesses nacionais (ver, a propósito, o texto de A. Cunhal transcrito nesta página). Percebe-se assim o «privilegio» dado na luta contra os comunistas. Mas o anticomunismo, no seu verdadeiro significado, visa mais fundo.

Durante o fascismo sabemos todos como foi: qualquer democrata ou qualquer movimento que ousasse pôr em causa o regime, logo era «acusado» de comunista ou de estar infiltrado pelos comunistas. Depois do 25 de Abril, com as diferenças impostas pela nova situação, a táctica repetiu-se. Mudaram os processos e o estilo — quando mudaram — mas o objectivo permaneceu. De tal modo que bem se pode dizer ser a atitude

perante o anticomunismo uma excelente bitola para distinguir os saudosistas do passado daqueles que estão com o Portugal de Abril.

É que o anticomunismo, enquanto consigna, é perfeitamente enganador. Dizendo lutar contra os comunistas, a reacção visa principalmente lutar contra o regime e o Estado democráticos. O anticomunismo é essencialmente uma capa detrás da qual se procuram disfarçar todos os que se opõem ao fim dos privilégios e da exploração. Os fomentadores e intérpretes das campanhas anticomunistas são precisamente os mesmos que procuram travar as justas lutas dos trabalhadores, defendem os grandes capitalistas e latifundiários, executam e aplaudem a recuperação capitalista, apoiam o enfeudamento ao imperialismo, incentivam a desestabilização política e social — acusando depois os trabalhadores, quando firmemente se opõem às medidas antipopulares, de serem eles os «desestabilizadores»... São os mesmos, enfim, que tudo fazem para destruir as conquistas da Revolução e impedir a consolidação da democracia.

Recorrendo ao anticomunismo como ponto central da sua ofensiva política e ideológica, a reacção revela, entretanto, a própria fraqueza. Incapaz de se impôr através da vida democrática — que por vezes dá aceitar, a fim de reagrupar forças e ganhar fôlego para outros voos mais do seu gosto —, incapaz de

propor ou executar soluções (o Governo Mota Pinto aí está para o demonstrar) que resolvam os problemas nacionais, incapaz também de se unir e de suplantar as suas próprias contradições internas, a reacção procura fazer dos comunistas o «bode expiatório», procura encontrar no anticomunismo o ponto de convergência de todas as forças antidemocráticas e oportunistas, a plataforma comum que, à falta de melhor, lhes sirva de «alternativa» política e ideológica.

Que ninguém se engane. O anticomunismo dirige-se contra o PCP, mas ao procurar identificar todos os partidos, forças e personalidades progressistas com o PCP e os comunistas, denuncia o seu real objectivo: atingir sem excepção todos os democratas independentemente das suas diferenças de opinião, atingir todos os que decididamente se opõem à reacção.

O jogo é claro e faz-nos forçosamente lembrar métodos do passado. Cada vez são em maior número os democratas que o compreendem e não se deixam ludibriar por tais manobras. Afirmava-se, por exemplo, no editorial do último número de «O Jornal»: «É para que tudo seja semelhante ao antigamente, até os processos se repetem a papel quílcimo — a começar por dar dos «comunistas» imagem semelhante à que os nazis deram destes e dos «judeus», e a partir daí tratar de comunistas, acusar de comunistas ou insinuar que o são, ou estão «objectivamente» ao

seu serviço todos os democratas e antifascistas. E tudo isto, aliás, como se ser comunista (ou socialista, ou católico, ou conservador) constituísse um crime ou um apelo indigno!»

Que ninguém se engane. No dia em que a ofensiva anticomunista atingisse seriamente o PCP, eram a própria democracia e as liberdades de todo o povo que seriam atingidas. Não só porque não pode haver verdadeira democracia sem o PCP, mas também porque isso seria o passo decisivo para o regresso à ditadura fascista.

Com boas e justificadas razões o Comité Central do PCP, na sua reunião de 15 de Janeiro, assinalava: «Na situação existente em Portugal, dada a correlação das forças partidárias e a política de capitulação dos dirigentes do PS, que continuam a aliar-se à direita e às forças do capital e abrem à reacção o caminho do poder e da destruição do regime democrático, o reforço incessante do PCP torna-se uma condição indispensável dos trabalhadores e das classes e camadas laboriosas, das conquistadas da Revolução e do regime democrático».

E o CC sublinhava: «Por força da evolução da situação, o reforço incessante do PCP não é apenas do interesse dos comunistas mas de todo o povo trabalhador, de todos os democratas e patriotas».